FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.297 — DOMINGO, 26 DE FEVEREIRO DE 2023 — R$ 9,00

Comício da campanha por eleições diretas para a Presidência da República em 25 de janeiro de 1984 reúne 300 mil manifestantes na praça da Sé, centro de São Paulo Fernando Santos/Folhapress

Ressaca do setor produtivo aumenta escrutínio com Lula 3

Retomada econômica, calibragem de juros e impostos e controle da inflação são demandas de principais setores

Crescimento econômico, aumento do poder de compra, calibragem dos juros, controle da inflação e melhora da arrecadação estão entre as expectativas dos principais setores da economia para o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao lado da reforma tributária e da promessa de apresentar nova regra fiscal para substituir o teto de gastos até o próximo mês.

Os obstáculos para tanto, porém, são muitos. Dados que medem a atividade econômica mostram perda de ritmo desde o final do ano passado. Apesar da melhora no nível de emprego, a renda média cai desde 2021 e chegou aos menores patamares da década. Setores que conseguiram manter bons resultados em 2020 e 2021, no auge da pandemia de coronavírus, vivem uma ressaca.

Representantes de setores como eletroeletrônicos, vestuário, siderurgia, construção civil e agronegócio relatam percalços. O reaquecimento da economia é considerado prioritário, e o escrutínio sobre Lula foi redobrado.

"Ele não poderá errar", afirma José Jorge do Nascimento, da Eletros, que congrega fabricantes de eletroeletrônicos. Mercado A14

Após tragédia, litoral norte de SP teme perda no turismo

No primeiro verão sem as restrições da pandemia, a região de São Sebastião (SP) esperava retomar a atividade e faturar até 25% mais do que em 2022. Agora, entre o luto e os escombros, comerciantes tentam reconstruir seus negócios e refazer planos após as chuvas que deixaram mais de 50 mortos e 4.000 desalojados. Cotidiano B1

Atuação no desastre reposiciona Tarcísio

Mostrando-se presente e aberto ao diálogo após chuvas no litoral norte, o governador de SP expôs seu processo de desbolsonarização, que desagrada aliados conservadores. A4

Diretas Já, há 40 anos, mudou país

Mobilização iniciada em 1983, mesmo frustrada, acelerou fim da ditadura C1

MÔNICA BERGAMO

Mônica Salmaso já não treme perto de Chico Buarque, com quem faz turnê C2

equilíbrio B6

Americano gasta US$ 2 mi anuais para deter velhice e diz que ritmo caiu 28%

esporte B7

Monarquia do Qatar, dona do PSG, quer Manchester United e liga alerta na Europa

alalaô B2

Shows de BaianaSystem e Anitta esticam Carnaval de São Paulo e Rio de Janeiro

China não deve atacar Taiwan por ora, diz jornalista

Ex-editor do South China Morning Post, de Hong Kong, Wang Xiangwei diz a **Nelson de Sá** não esperar uma ofensiva de Pequim contra Taiwan nos próximos dez anos. Mundo A13

Folha volta a ter correspondente na Ásia, baseado em Taipé, após 8 anos

Por Ucrânia, Biden arrisca capital político

Presidente americano empenha assistência financeira e militar recorde a Kiev, e oposição trumpista diz que ele não prioriza população dos EUA. A11

Multidão acompanha a banda BaianaSystem sob calor e garoa no Ibirapuera Adriano Vizoni/Folhapress

Elio Gaspari

Antigo pesadelo, o trem-bala voltou

A Agência Nacional de Transportes Terrestres outorgou à empresa TAV Brasil autorização para "a construção e exploração de estrada de ferro entre São Paulo e o Rio de Janeiro". É o velho trem-bala que ressuscita. Política A10

Fechada, Pan dava doces a crianças em São Caetano

Em recuperação judicial e com pedido de autofalência, a Chocolate Pan foi uma grande empresa do setor, e vizinhos da fábrica hoje fechada em São Caetano do Sul contam que crianças ganhavam doces em dia festivo. Mercado A20

Reforma política de 2017 enxuga partidos no Brasil

Política A6

Congressistas já têm 34 propostas ligadas ao 8/1

Política A7

EDITORIAIS A2

Pouco a pouco

Sobre ajustes que reduziram número de partidos.

Riscos lá fora

Acerca de alta dos juros do banco central americano.

ISSN 1414-5723

INÊS249

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), Everton Fonseca (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Pouco a pouco

Número de partidos cai; estratégia de ajustes graduais é mais realista do que reforma profunda

Quase a metade dos 31 partidos políticos do país estará excluída, neste ano, do rateio das verbas do fundo orçamentário —dinheiro público— destinado a manter tais agremiações. Essa é uma boa notícia.

Se o pluripartidarismo costuma ser um sinal de vitalidade de uma democracia, a existência de mais de três dezenas de siglas constitui uma anomalia que resulta de distorções do sistema político-eleitoral brasileiro e as agrava.

Resultante de normas por demais permissivas, a proliferação de siglas em nada ajuda os eleitores na hora de decidir o voto. Grande parte delas opera como meros escritórios especializados em amealhar recursos públicos, seja diretamente do fundo partidário, seja negociando cargos e verbas por meio de seus membros eleitos.

A fragmentação dificulta a governabilidade. Presidentes precisam cercar-se de uma miríade de legendas médias e pequenas, a custos elevados, para formar maiorias no Legislativo e aprovar seus projetos —ou, ao menos, para evitar CPIs e ameaças de impeachment.

O país só agora começa a colher os resultados de reformas aprovadas a duras penas para lidar com o problema. A primeira, de 2015, fixou exigências maiores para a coleta de assinaturas necessária para a criação de partidos.

Depois, em 2017, a chamada cláusula de desempenho impôs votações mínimas, crescentes a cada pleito até 2030, para que as siglas tenham acesso ao fundo partidário e à propaganda eleitoral paga com dinheiro do contribuinte.

Desde o início das mudanças, a quantidade total de legendas, graças a fusões e incorporações, diminuiu de 35 para as atuais 31. A cifra deve recuar em breve para 29, com dois processos ainda em análise na Justiça Eleitoral.

Mais importante, o número de agremiações representadas na Câmara dos Deputados caiu do recorde de 30, em 2018, para 23 agora, com perspectiva de recuo para 20. Se consideradas as federações, nas quais as siglas se unem por prazo limitado para cumprir a cláusula de desempenho, a cifra pode chegar a 16 forças em atuação.

Obviamente, não se está diante de alguma panaceia. Falta muito, ainda, para que mais partidos busquem se estabelecer em bases mais duradouras, com coerência programática e inserção na sociedade. Nesse sentido, o financiamento público de campanhas também deveria ser reexaminado.

De todo modo, a estratégia de aperfeiçoamentos graduais parece mais realista e promissora do que alguma tentativa de reviravolta total das normas eleitorais do país.

Riscos lá fora

Com EUA e Europa ainda instáveis, Brasil precisa ser responsável na política econômica doméstica

Mesmo após o ciclo de alta de juros mais rápido das últimas décadas, ainda não se sabe se a ameaça de inflação persistente está debelada nos EUA e na Europa. É possível que o arrocho prossiga, aumentando o risco de recessão.

O americano Federal Reserve subiu a taxa básica de zero para o intervalo entre 4,5% e 4,75% anuais nos últimos 12 meses —uma mudança no padrão que vigorou entre a crise de 2008 e a pandemia, período em que a ameaça mais premente era de deflação.

O custo do capital elevado também vem sendo complementado por uma reversão gradual do chamado afrouxamento quantitativo, a expansão de dinheiro na praça usada na década passada. Na prática, cerca de US$ 95 bilhões mensais em liquidez estão sendo retirados.

O padrão europeu é similar, com juros em 3% ao ano, podendo atingir quase 4% nos próximos meses.

O problema é que o legado da pandemia e mudanças na economia mundial —política industrial baseada em segurança nacional, menor tolerância à globalização da produção a baixo custo e preços altos de energia— sugerem pressão inflacionária mais persistente.

A economia americana, por ora, mostra resistência. Há alguns sinais de desaceleração, casos do setor imobiliário e da indústria, mas ainda são localizados.

Nos últimos meses, acelerou-se a criação de empregos e os salários ainda crescem em torno de 4,5% ao ano, muito acima da produtividade. Estima-se que as famílias americanas tenham cerca de US$ 1 trilhão em poupança oriunda dos programas de estímulo da pandemia, o que franqueia amplo espaço para o crescimento do consumo.

A inflação ao consumidor, enquanto isso, se manteve em torno de 6,4% nos 12 meses encerrados em janeiro. Um progresso ante os 9,1% registrados em meados de 2021, mas ainda muito distante da meta de 2% do Fed.

A persistência da atividade e da inflação sugere, portanto, que o aperto dos bancos centrais pode ter de continuar. As projeções atuais de mercado contam com alta para até 5,25% nos EUA, mas com cortes a partir de 2024 —perspectiva que pode ser frustrada.

Já a retomada na China é um alento. A economia do país asiático deve acelerar de 3%, em 2022, para até 5%, neste ano. Ademais, não há pressão inflacionária.

Com esse cenário internacional ainda conturbado, o Brasil precisa ser cuidadoso. Flertar com irresponsabilidade orçamentária, em tal contexto externo, pode abortar as já declinantes chances de retomada no ano que vem.

Latim em pó

Hélio Schwartsman

A língua é uma coisa esquisita. Não há nada que utilizemos tão intimamente. Nós nos valemos do idioma até quando dormimos, nos sonhos. A proximidade não impede que desenvolvamos um enorme rol de ideias pouco esclarecidas sobre ela. As escolas, ainda fiéis ao modelo da gramática prescricionista, que equipara variantes de menor prestígio da língua a erros, como 2+2=5, não ajudam a desfazer as impropriedades. O remédio para isso seria a linguística, que ao menos tenta dar um tratamento científico ao fenômeno da linguagem. O problema é que ela é muitas vezes impenetrável. Alguns textos técnicos de Noam Chomsky, por exemplo, são incompreensíveis para o não especialista.

"Latim em pó", de Caetano Galindo, resolve ao menos o problema da impenetrabilidade. Num livro relativamente curto, gostoso e ler e que não exige nenhum tipo de conhecimento prévio, o autor conta para o leitor a história do português brasileiro, fazendo interessantes incursões pela linguística. Uma das ideias recorrentes da obra é a de que a língua muda, ou ainda estaríamos falando latim, não português. E uma nova variante, quando surge, tende mesmo a ser "percebida como desvio, como aberração a ser evitada a qualquer custo. Mas o fato incontornável é que muito do que é hoje tido como refinado, elevado e sofisticado em algum momento foi visto como um desvio simplório e grosseiro da norma-padrão".

Galindo, que além de linguista é tradutor de mão cheia, dá especial atenção às influências das línguas africanas e indígenas sobre a variante brasileira do português. Ele não se limita, como ocorre em outras obras, a trazer listas de palavras com origem nesses idiomas, mas mostra como eles ainda influenciam nossa forma de falar. Mais, mostra como, em diversas ocasiões, foi o português que esteve ameaçado de extinção, dada a prevalência da língua geral e do nheengatu, dois idiomas crioulos baseados no tupi.

helio@uol.com.br

A maldição dos combustíveis

Bruno Boghossian

Poucos fatores podem drenar a popularidade de governantes e produzir problemas políticos como os preços dos combustíveis. O gás de cozinha mais caro pressionou FHC, a gasolina alimentou o mau humor de opositores com Dilma Rousseff, o diesel jogou uma greve de caminhoneiros no colo de Michel Temer, e Jair Bolsonaro lutou contra as bombas durante a campanha à reeleição.

Lula tenta adiar seu encontro com essa maldição. Assim que voltou ao Planalto, o petista prorrogou o corte de tributos sobre combustíveis —um explosivo deixado por Bolsonaro. A decisão contrariou a equipe econômica, mas o presidente preferiu fugir a todo custo de uma má notícia no primeiro dia de mandato.

O assunto voltou à mesa de Lula porque o governo quer evitar uma escalada de preços quando a desoneração acabar, na quarta-feira (1º). Depois de passar a campanha prometendo baratear os combustíveis, o petista pretende desviar esse peso dos consumidores num momento de inflação já pressionada.

O ministro Fernando Haddad é contra esticar mais uma vez o corte de impostos, que custa alguns bilhões de reais por mês ao governo e atrapalha sua missão de equilibrar as contas. Os conselheiros políticos de Lula argumentam, por outro lado, que uma nova prorrogação é necessária para dar tempo à Petrobras de adequar sua política de preços e amenizar o impacto nas bombas.

Voz influente nas decisões tomadas por Lula, a presidente do PT disse que taxar os combustíveis agora seria "penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha". Em outras palavras, Gleisi Hoffmann insinuou que a equipe de Haddad propõe uma medida que causa prejuízos à população e danos políticos ao presidente.

A maldição dos combustíveis agora ameaça Haddad. Não é pequena a chance de o ministro da Fazenda ser obrigado a absorver uma derrota pública para a ala política do governo nesse embate, além de ter que acomodar o custo da desoneração por mais dois meses.

Outro bom dia para escrever

Ruy Castro

Hoje, 26 de fevereiro, faço 16 anos como colunista da **Folha**. Foi quando saiu a primeira coluna, em 2007, "Outro bom dia para nascer". O título era uma referência à crônica inaugural de Otto Lara Resende neste espaço, em 1991, "Bom dia para nascer". A data de estreia de Otto no jornal, 1º de maio, era também o dia do seu aniversário e, por coincidência, comigo acontecia o mesmo. E contei que, entre outras efemérides de 26 de fevereiro, estava o Dia do Comediante. "Mas, no Brasil, qual não é?", perguntei.

Dias antes, Otavio Frias Filho, diretor de Redação da **Folha**, me telefonara aqui no Rio convidando-me a revezar com meu amigo Carlos Heitor Cony na coluna Rio da página 2. Otto morrera em 1992 e fora sucedido por Cony, que escrevia então quatro vezes por semana. Otavio me oferecia as outras três. O desafio de escrever coisas curtas e em cima do laço, tipo guerra de guerrilha, me fisgou.

Aceitei no ato e, sendo a coluna "do Rio" (as de cima eram "de São Paulo" e "de Brasília" —não há mais essas rubricas), perguntei a Otavio se seria uma coluna sobre assuntos do Rio. Ele respondeu: "Não. Escreva sobre o que quiser. Só quero que seja de um ponto de vista carioca". O que Cony fazia como ninguém e eu teria de rebolar para estar à altura.

E assim se passaram os primeiros anos. Em 2010 ou 11, Cony propôs à **Folha** reverter o quadro: eu passaria a escrever quatro vezes por semana e ele ficaria com três. Cony morreu em 2018 e, em seu lugar, entraram os brilhantes Mariliz Pereira Jorge e Alvaro Costa e Silva. Eu continuo aqui.

Ontem, com uma maquininha, multipliquei 52 por 16, ajustei as semanas de três ou quatro crônicas e, descontando as semanas em que não escrevi, constato que produzi cerca de 3.000 colunas nesses 16 anos. Seria uma aritmética de assustar, se eu não tivesse hoje o mesmo prazer de escrevê-las que em 26 de fevereiro de 2007.

A mão que não se estende

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Quase dois meses após a posse presidencial, permanece aceso o instante em que Janja, durante os cumprimentos diplomáticos, se afastou de Lula para evitar o aperto de mão dos iranianos. Aliás, uma nota da embaixada do Irã reaviva o episódio, dizendo que eles mesmos haviam pedido ao cerimonial para contornar a saudação às damas.

Se real, a nota é um pioramento da atitude poluta dos que fazem cortesia diplomática ser a ruína do que foi ou, como se diria no tempo do Barão do Rio Branco, passar de porqueiro a porco. A viravolta poderia permanecer como bizarrice, mas se trata mesmo de dissonância de segunda mão, primordialmente política. É que os descorteses são paus-mandados dos mulás, líderes religiosos que controlam um aparelho de Estado regido pelo ódio à condição feminina.

Nenhum exagero nesta afirmação, quando se considera a perspectiva do politólogo alemão Carl Schmitt, para quem a política não tem substância própria, seria um fenômeno relacional, fundado na distinção entre amigo e inimigo. Uma diferença sujeita a práticas odientas, apesar da eventual convergência de determinados propósitos.

Schmitt é ícone intelectual do pensamento de direita. A sua visão ressoa no caso das ditaduras islâmicas, em que a contraposição homem/mulher é tão radical em termos ontológico-existenciais que funda uma política própria, pois ali a dicotomia de gênero equivale à de amigo/inimigo. Religião é disfarce para que a moralidade privada se torne matéria de Estado e de opressão. Mata-se uma mulher por fios de cabelo soltos.

O fenômeno agrava-se em regiões como o Afeganistão, onde jovens ou idosas, soterradas por burcas, não andam nas ruas sem escolta masculina, não podem estudar, trabalhar, nem frequentar consultórios médicos. Também não podem cantar. Curiosamente, essa é a versão troglodita da companheira virtual no ultracivilizado aplicativo de inteligência artificial, que não sente, não pensa e não vê.

No grau zero da feminidade, o amor evaporou-se como chuva no deserto: mantém-se, claro, a urgência reprodutiva com as injunções do estupro caseiro. Mas o ódio como substrato das relações evidencia-se politicamente na máquina estatal-patriarcal de apagamento da mulher no espaço islâmico.

Nos termos de Schmitt, a fricção violenta da dicotomia é propriamente bélica. Daí a guerra das iranianas contra a misoginia dos mulás. Sem armas: o que não impede assassinatos, prisões e enforcamentos. Assim, o drible de Janja na fraca-gente diplomática foi metáfora de mão estendida às guerreiras do Irã. Não é mão que mate carpas para catar moedas em laguinho. É mão de outra estirpe humana em Brasília.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Rua não é endereço, e barraca não é lar

Em SP, acolher é trabalho sério, sem maquiagem

Ricardo Nunes
Prefeito de São Paulo (MDB)

O objetivo não é recolher barracas, mas reconstruir vidas de parte de uma população empurrada para as ruas. Meu olhar não enxerga dignidade diante de crianças, jovens e idosos que vivem nas ruas em condições precárias. Como prefeito, essa indignação fez com que se tornassem imediatas ações pragmáticas para resolver o problema, tão complexo quanto necessário. Não vou medir esforços para mudar essa realidade de desigualdade em curva crescente por décadas.

Para isso, mais que vagas de abrigamento, estamos criando uma rede de atenção para quem está na rua. Nessa gestão, criar espaços nunca foi apenas somar números. É preciso entender o perfil de cada grupo e buscar soluções distintas. Sim, estamos fazendo diferente do que não deu certo lá atrás.

Atualmente, temos a maior rede socioassistencial da América Latina, com mais de 20 mil vagas de acolhimento e capacidade e planejamento para atendimento de quase 32 mil pessoas em situação de rua. Além do acolhimento, procuramos engajar a sociedade no nosso projeto. Por exemplo, o programa Auxílio Reencontro, ou auxílio-aluguel, para quem pode abrir suas portas a famílias em situação de vulnerabilidade. Governar junto com a sociedade torna a caminhada mais assertiva e igualitária.

Temos ainda o programa Recâmbio, que auxilia na compra de passagens rodoviárias aos que não tinham condições de retornar às suas cidades ou estados de origem. Uma procura que saltou de 339, em 2021, para 1.954, em 2022. Somente um trabalho de campo, olho no olho, pode identificar a necessidade real de quem está nas ruas, muitas vezes em busca de uma oportunidade para voltar para casa.

Nem por isso deixamos de criar programas que vão além de oferecer um teto, como a Vila Reencontro, já na segunda unidade. Trata-se de um conjunto acolhedor de moradias transitórias, equipadas, mobiliadas e com privacidade às famílias. Com café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, as unidades contam com playground, brinquedoteca, acompanhamento psicológico, capacitação profissional e busca ativa para intermediação de mão de obra, emprego e renda aos adultos.

É trabalho sério, sem maquiagem, com foco na autonomia e no desenvolvimento social como porta de saída para uma vida independente, digna e cidadã.

Também cerca de 3.500 vagas foram criadas em 31 hotéis voltados para acolhimento, sobretudo para idosos e famílias. Privacidade, dignidade e possibilidade de reaver valores perdidos pelos mais variados motivos, principalmente em uma crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19.

Temos ainda buscado continuamente parcerias que possam resultar na qualificação do atendimento de nossa rede. Em 2022, por meio de Termo de Cessão de Uso, o governo do estado de São Paulo disponibilizou seis prédios da antiga Fundação Casa para a criação de mais 600 vagas para essa população, em ambiente totalmente readequado.

No total, foram 45 serviços para atendimento à população em situação de rua abertos nos últimos 12 meses. Criamos, ainda, os Centros de Acolhida Especiais (CAEs), destinados ao mais variados públicos: mulheres em situação de violência, gestantes, mães e bebês e idosos, além de homens e mulheres transexuais, pessoas em convalescença e imigrantes, numa política de atenção à diversidade em todas as suas formas. Olhamos e tratamos de forma individualizada cada situação que levou, quem quer que seja, a fazer da rua moradia. Rua não é endereço, e barraca não é lar.

O direito de aceitar acolhimento ou não tem de ser respeitado, assim como o direito de ir e vir de todos que vivem ou transitam na nossa cidade. É preciso findar o jogo de apontar defeitos e apenas tecer críticas para, de forma objetiva, unir esforços. Soluções efetivas são criadas a partir de ideias e conversas com vários setores da sociedade.

Não podemos ser míopes nem tapar o sol com a peneira para os problemas. Por isso, de cara limpa e alma tranquila, sei que estamos caminhando na direção certa. Não sou de discurso: sou de trabalho incansável e diário para, junto com uma grande equipe, executar ações que possam verdadeiramente melhorar a vida das pessoas!

Carvall

Justiça fiscal seja feita

Reforma precisa ser tratada como pacto federativo

José Guimarães
Advogado e deputado federal (PT-CE), é líder do governo na Câmara

O Fórum Econômico Mundial, reunido em janeiro em Davos, na Suíça, foi surpreendido por 205 bilionários e milionários de vários países exigindo pagar mais impostos. Eles reconhecem a hiperconcentração do capital e o acelerado aumento da pobreza no mundo, depois das crises de 2008 e da pandemia. Na mesma linha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diz que quer justiça fiscal para que ricos paguem mais impostos, e os pobres, menos.

Cresce na sociedade o consenso de que a justiça fiscal terá que ser feita. Os direitos sociais não podem mais ficar subordinados ao equilíbrio orçamentário ditado por tecnocratas. A reforma tributária precisa ser tratada como pacto social e federativo, que leve em consideração a função social e redistributiva do Estado.

O momento é de diálogo, para superação do atraso do nosso sistema tributário. Um modelo injusto, que onera os pobres e desonera os ricos. O Brasil precisa remover o entulho tributário; simplificar o sistema de cobrança e criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para reduzir as disputas na Justiça; aumentar a progressividade da tributação sobre a renda do capital e do trabalho; e revisar os benefícios fiscais sobre dividendos. Esse é o busílis da reforma.

A unificação dos tributos sobre produtos e serviços, a serem substituídos pelo IVA, seria um avanço na modernização do sistema. A racionalização aproximaria as regras brasileiras das de países de economias mais desenvolvidas, melhoraria o ambiente para atrair investidores.

As anomalias do sistema tributário são tão graves que as disputas judiciais entre Estado e contribuintes já somam R$ 5,4 trilhões. Esse valor representa 75% do PIB. Atualmente, o governo deixa de arrecadar mais de R$ 400 bilhões por ano com benefícios para setores e segmentos da sociedade.

A eleição do presidente Lula e a união dos três Poderes da República encerraram o danoso ciclo de destruição, de fragilização institucional, de ataques a autoridades judiciárias e políticas e à imprensa. Um ciclo que deixou como herança maldita um caos orçamentário, um déficit de R$ 231,5 bilhões. Nesse cenário político promissor, e ao mesmo tempo de crise econômica e social, a reforma tributária surge como argamassa na reconstrução do país.

A dramática situação nacional despertou a sensibilidade do Congresso e uniu forças políticas potentes, dispostas a se engajarem na agenda de reconstrução, de forma republicana, de acordo com nosso presidencialismo de coalizão. No mesmo sentido da convergência de forças democráticas, o presidente Lula, a presidente do STF, Rosa Weber, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstraram publicamente que estão unidos na defesa da democracia, da reconstrução do país, na condenação da tentativa de golpe e na rigorosa investigação e punição dos golpistas.

O Brasil precisa de diálogo, democracia, desenvolvimento e justiça social e tributária para superar suas mazelas históricas, suas heranças coloniais.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Festa popular

"Homens fantasiados de mulheres para Carnaval geram debate" (Cotidiano, 25/2). O brasileiro tem mania de fazer piada com coisas que não deveria. Sempre julguei esse hábito de "imitar" mulher dessa forma tão caricata. Não se veem mulheres por aí fazendo o mesmo com homens.
Amabile Zavattini (Rio Claro, SP)

*

Sugiro pensar uma narrativa do Carnaval como a oportunidade de deixar de ser você mesmo. A fantasia tem essa função de romper barreiras e encontrar outras expressões. Em vez de proibir, podemos estimular o debate sobre esse desejo de ser outro.
Claudia Codeco (Rio de Janeiro, RJ)

*

Agora ferrou. Eu saio por mais de 50 anos de piranha no Carnaval, se continuar assim vou ser processado pelo baixo meretrício.
Laudgilson Fernandes (Rio de Janeiro, RJ)

Imunização

"Vacina bivalente contra Covid já é aplicada em oito estados" (Saúde, 25/2). A ciência retoma o seu papel na sociedade e as crendices digitais, aos poucos, vão se restringindo a grupos de mentes que mentem.
Antonio Neto (São Paulo, SP)

Promessa de emprego

"Trabalhadores de colheita de uva são resgatados em regime análogo à escravidão no Rio Grande do Sul" (Mercado, 24/2). E não é que a região Sul me surpreende mais uma vez? Impressionante.
Karina Kanazawa Rienzo (São Paulo, SP)

*

E nós, meros consumidores, podemos fazer o quê? Podemos boicotar essas marcas que, na cara de pau, dizem que não sabiam de nada. Ainda que seja verdade, é inadmissível!
Marisa Castilho (Curitiba, PR)

Assistência financeira

"Biden arrisca capital político em aposta agressiva na Guerra da Ucrânia" (Mundo, 25/2). Seria bom ser agressivo também com os israelenses que invadiram as terras dos palestinos. Fato que faz aniversário de 50 anos de sofrimento do povo palestino.
Josué de Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

Vice-presidente

"Alckmin fica fora do núcleo de poder do governo e foca atuação em militares, agro e oposição" (Política, 25/2). Faz ele muito bem, porque o núcleo do poder político é problemático.
Antonio Jordão (São Paulo, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 17.fev a 24.fev - Total de comentários: **13.674**

- **425** — Zambelli critica Bolsonaro, diz que pode ser presa e pede trégua ao STF e foco em Lula (Política) **22.fev**
- **303** — 'Rasgaram a Constituição', diz Oscar Magrini, sem provas, sobre a eleição de Lula (Mônica Bergamo) **18.fev**
- **236** — Parceria Lula e Tarcísio após chuvas vira contraponto a Bolsonaro e incomoda aliados de ex-presidente (Política) **20.fev**

ASSUNTO COMO O PODER PÚBLICO PODE PROTEGER O BRASIL DE DESASTRES CLIMÁTICOS?

O poder público e a mídia têm que parar de glamourizar as favelas e as construções irregulares, falta de infraestrutura e planejamento não é bonito, e garantir que essas regiões recebam a infraestrutura necessária antes de receber construções.
Vinicius Gomes dos Santos (Curitiba, PR)

*

Essa população com construções em locais de risco deveria dispor de ferramentas de alerta como sirenes e avisos de quantidade de chuva para cada região.
José Umberto Visconti (Franca, SP)

*

Há diversos mecanismos de evitar desastres climáticos como ocorreram nos municípios de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e em São Sebastião, em São Paulo. O problema é a ineficiência e ineficácia do trabalho dos diversos poderes públicos.
José Carlos Fassina (Limeira, SP)

*

Deve ser reforçada uma política de cadastramento de população em risco e oferecimento de moradia social. No campo da engenharia, deve-se ter o controle de movimentações de taludes em áreas de risco e com população residindo. Os alertas devem ser emitidos com base na precipitação da chuva e nestas movimentações que podem ocorrer lentamente antes do colapso. É muito importante reforçar bons quadros permanentes de servidores com responsabilidade pela segurança da população, e não com cargos políticos preocupados com eleição.
Edgard Aguiar (São Paulo, SP)

*

Ampliação da rede de radares meteorológicos, inclusive estações móveis; criação de uma rádio e TV para informes de emergência; ampliar e equipar a Defesa Civil; preservar florestas, ecossistemas vitais e áreas de risco contra invasões.
Marcelo Ghibu (Santos, SP)

*

As informações sobre as mudanças climáticas, previsões e alertas, como o disparado 48 horas antes para o governo de São Paulo, estão disponíveis. Existem regulamentações cada vez mais claras. Há orçamento alocado em todas as esferas para prevenção de mudanças climáticas. O que parece faltar é vontade política de aplicar essas informações e investimentos a favor da população.
Bruno Augusto Seixas Oliveira (Montreal, Canadá)

*

Educação e trabalho permanente de conscientização da população sobre os riscos, além de treinamento para que, quando houver alerta sobre fenômenos naturais, como chuvas e tempestades, as pessoas saibam como se proteger, para onde ir, o que fazer e como ajudar a comunidade.
Ketline Machado Santos (Curitiba, PR)

*

O poder público precisa ter planos de longo prazo e multidisciplinares. Mas isso não dá voto e custa dinheiro e esforço.
Fernando Alves (São Paulo, SP)

*

Na área de planejamento urbano, é fundamental que as novas ocupações do território levem em consideração levantamentos geológicos e topográficos, análise de aptidão à urbanização e avaliação do risco de inundação em eventos climáticos extremos, os quais tendem a se tornar cada vez mais frequentes.
Gabriela Celani (Campinas, SP)

*

Em termos de mitigação, são necessárias políticas públicas que desincentivem o consumo exacerbado, invistir em agricultura sustentável, em formas mais limpas de geração de energia, no transporte público de qualidade e em ferrovias, além de combater o desmatamento e investir na recuperação de biomas degradados.
Gabriela Castellano (Campinas, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Jair voltando

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) faz mistério sobre a maneira como será sua volta ao Brasil, provavelmente em março. Há duas hipóteses sobre a mesa: uma é um retorno espalhafatoso, com multidão no aeroporto gritando "mito", como ocorreu em campanhas eleitorais. Passaria uma imagem de força política, mas poderia ser visto como uma tentativa de peitar o Judiciário. A outra seria uma reentrada silenciosa, que poderia evidenciar isolamento político, mas sinalizaria respeito ao STF.

MARCA REGISTRADA Seja como ocorrer, a maneira como o ex-presidente retornará deve representar qual será sua atitude política daqui em diante. Há ainda uma terceira possibilidade, que não pode ser desprezada em se tratando de Bolsonaro, e que dá calafrios em seu entorno: uma volta caótica, repentina e sem planejamento nenhum.

REGRA 3 Embora o senador Flávio Bolsonaro esteja se movimentando com maior desenvoltura para disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2024, o PL também trabalha com o nome do general Braga Netto para a vaga. O ex-vice na chapa presidencial de Bolsonaro teria como grande diferencial a marca da segurança pública, sempre importante na cidade. Ele foi interventor federal na área em 2018.

TEM ISSO Também pesa o fato de que Flávio Bolsonaro, caso vença, teria de abrir mão de mais de dois anos de mandato no Senado para seu suplente, o empresário Paulo Marinho. Aliado na campanha de 2018, ele hoje é um desafeto do ex-presidente.

DE CONFIANÇA O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), decidiu indicar um membro do primeiro escalão de sua administração para a vaga no Tribunal de Contas do Município que será aberta em junho, com a aposentadoria do conselheiro Maurício Faria.

CALO Ele analisa quatro nomes de aliados: Fabrício Cobra Arbex (secretário da Casa Civil), Marcela Arruda (Gestão), Ricardo Torres (Fazenda) e Ricardo Menezes (diretor jurídico da SP Obras). Candidato à reeleição em 2024, Nunes costuma se queixar de que o tribunal atrasa obras e dificulta projetos considerados prioritários por sua gestão.

NÃO DECOLOU Dados do Ministério de Relações Exteriores mostram que a isenção do visto para quatro países instituída no governo de Jair Bolsonaro (PL) teve um impacto baixo para a vinda de turistas ao Brasil. A medida foi adotada contrariando o princípio da reciprocidade, com base no qual são exigidos os mesmos critérios estabelecidos para a entrada de brasileiros em cada país. A justificativa era reforçar o turismo.

MALAS VAZIAS Na época, livraram-se da obrigatoriedade do visto cidadãos de EUA, Austrália, Japão e Índia. Em uma análise preliminar, o Itamaraty constatou que outros fatores influenciam mais a decisão de turistas, como a proximidade e a afinidade cultural. Os dados apontam para a reversão da medida, mas não no curto prazo.

BALCÃO O governo Lula tem feito gestões junto aos EUA para que isentem de taxa o açúcar exportado para o país, demanda do setor sucroenergético há anos. Seria uma contrapartida ao pedido para que o Brasil retome a suspensão da tarifa de 18% cobrada do etanol americano que chega por aqui.

A FESTA ACABOU A tarifa de importação do etanol norte-americano foi zerada pela administração Bolsonaro em março do ano passado, sem contrapartidas, com o argumento de que ajudaria a reduzir a inflação. O governo Lula não renovou o benefício.

SOS O governo de SP vai isentar de ICMS doações de mercadorias ao Fundo Social de São Paulo ou a entidades assistenciais para os afetados pelas chuvas no litoral norte. A medida, anunciada pela gestão Tarcísio de Freitas, prevê que as empresas doadoras mantenham o crédito do imposto relativo às mercadorias beneficiadas.

Três Poderes

VENCEDORES DA SEMANA:
Lula (PT) e **Tarcísio de Freitas**, adversários que se uniram nas ações de socorro às vítimas das chuvas em São Sebastião (SP).

PERDEDORA DA SEMANA:
A deputada federal **Carla Zambelli** (PL-SP), que fez críticas a Bolsonaro em entrevista à **Folha** e foi acusada de "traíra" no entorno do ex-presidente.

FIQUE DE OLHO:
Passado o Carnaval, **ano "começa" no Congresso**, com discussão de medidas provisórias e a polêmica sobre a reoneração de combustíveis, que divide o governo.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

O governador Tarcísio de Freitas em reunião com o presidente Lula Cris Cunha - 20.fev.23/Divulgação Governo de São Paulo

Tarcísio de Freitas expõe desbolsonarização com tragédia do litoral de SP

Aliados minimizam conflito com ex-presidente Bolsonaro, enquanto oposição vê atitude correta, mas cobra mais ações do governador

Carolina Linhares

SÃO PAULO Ao longo de uma semana em São Sebastião (SP) em razão da tragédia das chuvas no litoral norte, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) procurou se mostrar um gestor solidário, presente, disposto ao diálogo e especialista em obras —o oposto do seu padrinho Jair Bolsonaro (PL).

Políticos próximos de Tarcísio e de Bolsonaro minimizam o processo de desbolsonarização do governador, em curso desde a campanha eleitoral e intensificado após a posse, sob o argumento de que ambos têm estilos distintos, o que não significa que não sejam aliados.

A avaliação é a de que o desastre deu a chance para que a população conhecesse Tarcísio, que sempre marcou suas diferenças em relação a Bolsonaro, embora tenha abraçado o ex-presidente para ser eleito.

Nos bastidores, porém, há incômodo entre bolsonaristas com o reposicionamento de Tarcísio, atribuído à influência de Gilberto Kassab (PSD), secretário e homem forte da gestão.

Especialmente a aproximação com o presidente Lula (PT) gerou críticas entre os mais conservadores, que veem uma ação coordenada para afastar o governador do ex-presidente tendo a tragédia como ensejo.

Com o radicalismo em baixa após a derrota de Bolsonaro e o 8 de janeiro, aliados dizem que a postura de Tarcísio diante da tragédia deve render ganhos em popularidade e vantagem eleitoral, mas o discurso geral é o de que o governador não mira a carreira política ao definir suas ações.

Diante da crise humanitária, as comparações imediatas em relação a Bolsonaro lembram seu desdém na pandemia e o fato de que ele não interrompeu passeios de jet-ski no final de 2021 quando cidades da Bahia enfrentavam calamidade por causa de chuvas.

Na oposição, que também vê discrepância nas atitudes de Tarcísio e Bolsonaro, a leitura é a de que o governador está cumprindo com sua obrigação e que, após quatro anos de bolsonarismo, isso acaba sendo visto como algo positivo. Deputados do PT não deixam de traçar caminhos para vigiar e criticar o governo.

Na última semana, Tarcísio transferiu seu gabinete para São Sebastião, onde tem passado os dias ao lado de seus secretários vistoriando obras, fazendo reuniões e dando entrevistas —os elogios à imprensa, aliás, são outro ponto em que se afasta de Bolsonaro.

Na segunda-feira (20), o governador esteve ao lado de Lula, do prefeito Felipe Augusto (PSDB) e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), numa união que, conforme destacou o presidente, é "uma cena que há muito tempo vocês não viam no Brasil".

"É uma demonstração específica de que é possível exercer a nossa função na democracia mesmo quando a gente pertence a partidos diferentes e pensa diferente ideologicamente. O bem comum do povo é muito mais importante do que qualquer divergência", discursou Lula na cidade, emendando com "acabou a eleição".

Tarcísio agradeceu a presença do presidente. "Isso nos dá amparo, nos dá conforto no momento em que a gente precisa trabalhar em um regime de cooperação", disse.

No início do mês, o governador paulista chegou a dizer que ele e Lula agora são sócios. Antes disso, após eleito, declarou que não era "bolsonarista raiz".

Tido como artífice da ponte entre Tarcísio e Lula, Kassab diz que o desastre deixa claro que "o governador sabe exercer liderança, é uma pessoa do diálogo, bem preparada e sensível". "Ele está exercendo o cargo de governador na sua plenitude", completa.

Questionado sobre a comparação com Bolsonaro, Kassab diz à **Folha** que prefere olhar para frente. "O governador e o Brasil estão enlutados, ninguém ganha com o que aconteceu, muito menos ele", afirma o presidente do PSD sobre os dividendos políticos do episódio.

Para o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), Tarcísio "se comporta como devem se comportar os eleitos, cumprindo o pacto federativo". "Talvez, depois de quatro anos de Bolsonaro, as pessoas estranhem isso."

Tatto duvida de que a popularidade de Tarcísio suba após a tragédia. Ele também diz não acreditar em um descolamento de Bolsonaro: "Está cedo para avaliar, temos que ver seu comportamento na eleição municipal de 2024".

"Realmente Tarcísio teve uma postura diferente do Bolsonaro. Presença e solidariedade são importantes, mas é preciso ações concretas, porque muitas vezes há um movimento de ajuda e depois a questão é esquecida", diz o deputado estadual Paulo Fiorilo (PT), cobrando novas moradias e ações de prevenção.

Seguindo a linha de Kassab, o entorno do governador tem tirado o foco da pretensão política de Tarcísio e de sua relação com Bolsonaro —o discurso se concentra nas ações de governo, o que, de forma velada, tem no horizonte a perspectiva de uma candidatura à reeleição em 2026.

"O objetivo da ação do governador desde o primeiro dia de governo não é se aproximar ou se distanciar de estilo de qualquer outro político, incluindo Bolsonaro, mas sim trabalhar pelo estado", diz o vice-governador Felicio Ramuth (PSD).

Ramuth afirma que, "num momento triste, o estado teve o privilégio de ter um governador com a experiência de um engenheiro militar, que já atuou em outros locais críticos, como Amazônia e Haiti".

"Se isso se reflete em ganho político é o menos importante para ele", diz ainda.

O bolsonarista Filipe Sabará (Republicanos), secretário-executivo da Secretaria de Desenvolvimento Social, diz que, apesar de haver diferenças, não existe uma traição de Tarcísio a Bolsonaro.

"O governador sempre menciona Bolsonaro e o elogia. Ele não precisa ser igual a Bolsonaro para demonstrar fidelidade e gratidão", diz. Sabará pondera ainda que o ex-presidente tem um "jeito rude de falar", mas tomou medidas diante de crises semelhantes.

Outros secretários ouvidos também dizem não haver conflito entre Tarcísio e o bolsonarismo, já que o ex-presidente sabe que seu apadrinhado não segue a totalidade de sua cartilha e ainda assim o apoiou na eleição.

"Tarcísio sempre foi diferente [de Bolsonaro]. Ele tinha alinhamento apenas nas entregas na economia e infraestrutura", completa Sabará.

> **Isso nos dá amparo, nos dá conforto no momento em que a gente precisa trabalhar em um regime de cooperação**
>
> **Tarcísio de Freitas** governador de SP, em 20 de fevereiro em fala sobre tragédia no litoral em que agradeceu a Lula

> **Para o Brasil ir bem, São Paulo tem que ir bem. Agora eu e o presidente Lula somos sócios**
>
> **Tarcísio de Freitas** em evento do agronegócio em 1º de fevereiro

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Quando a lama bate à porta

Tragédia no litoral norte mostra como estamos longe do que parece próximo

José Henrique Mariante

*“O litoral norte é a região onde devem ser registrados os maiores volumes de precipitação, com possibilidade de até 250 mm neste final de semana.” A frase com o alerta sobre o risco de fortes tempestades está no meio de um texto da **Folha** da manhã de sexta-feira (17), véspera de Carnaval.*

Foi bem pior, mais de 600 mm de chuva, deslizamentos de terra, rios de lama engolindo casas, carros e gente, troncos de árvores arrancados e arrastados até a areia da praia. A tragédia do litoral norte de São Paulo culminou em dezenas de mortos e milhares de desabrigados na madrugada de domingo (19). Décadas de desprezo pela natureza, desigualdade e ausência do poder público revisadas em poucas horas de horror.

Das tantas descrições sobre o que era a área atingida, é fácil ficar com a do blog Cozinha Bruta, que sublinha a atuação de Eudes Assis, um dos tantos locais que não esperou a água baixar para entrar em ação em favor de sua comunidade. “O chef Eudes é caiçara e mestiço, criado na mesma paisagem magnífica que nós, paulistanos, invadimos para brincar de Havaí —expulsando as populações tradicionais para as encostas periclitantes.”

*O idílio de se ter à mão um North Shore brasileiro, que produz até campeão mundial, é um dos tantos detalhes que escapam a boa parte das coberturas da última semana. É curioso ler sobre lugares conhecidos, faz imaginar a quantidade de bobagens que escrevemos quando atuamos nos rincões. A familiaridade acusa erros, omissões e oportunidades perdidas. A **Folha** colecionou algumas nos últimos dias.*

A iniquidade patente ganhou textos e análises, mas pouco se falou de uma certa precariedade cultivada. São Sebastião é um município de estrutura e serviços insuficientes nos dois lados da Rio-Santos. A diferença é que a parte rica se resolve sozinha, ainda que em graus e com bolsos diferentes. Tem praia com shopping, tem praia sem um único bar, tem praia com Abilio Diniz.

*A **Folha** conta que Tarcísio de Freitas recusou a duplicação da estrada quando era ministro de Jair Bolsonaro. Mais faixas de rolamento é solução para a população local, que anda de bicicleta pelo acostamento, ou para os veranistas, que o invadem a bordo de SUVs na hora do trânsito do feriado? Que progresso se quer? O de uma Cancún, como um dia vaticinou o ex-presidente sobre a miliciana região dos Lagos?*

O litoral norte é uma espécie de resumo do país, encurralado entre natureza, progresso predatório, emergência climática e abismo social. A ver se mídia e autoridades não abandonam a discussão assim que o sol reaparecer e o mar levar a sujeira da vez embora.

Só porque existo

Faça chuva ou faça sol, jornalista é jornalista 24 horas por dia. Em uma cobertura difícil, de acesso precário, quem está próximo do ocorrido é guindado ou levanta a mão. Renata Cafardo, repórter de O Estado de S.Paulo, referência em jornalismo de educação, levantou a sua no último fim de semana.

Na terça-feira (21), no caminho para o Sahy, a região mais castigada, Renata e o fotógrafo Tiago Queiroz passaram por Maresias. Ao registrarem imagens de um condomínio de luxo alagado, foram agredidos por um grupo de moradores. Aos gritos de “comunista” e “esquerdista”, piada pronta em se tratando do Estadão, um deles tentou tirar o celular de Renata e, não conseguindo, a empurrou em direção a um alagamento. “Ele só parou porque o seguraram. Nunca passei por isso, não conseguia acreditar que ele ia me bater”, conta. “Foi tão gratuito que às vezes parece que foi só porque existo, não por algo que fiz. Até porque eu não fiz nada.”

Renata conseguiu chegar ao Sahy e é dela um dos primeiros relatos sobre a Vila Baiana, hoje Vila Sahy, a comunidade que se criou do lado errado da pista, formada por nordestinos que vieram para a construção civil ou para trabalhar como empregados. “Lá, com dezenas de mortos, onde as pessoas tinham muito mais razão para se sentir invadidas, nos ofereceram água e comida”, relata. “Você entra numa cobertura dessas esperando enfrentar de tudo, mas não isso.”

A Polícia Civil instaurou inquérito e três agressores já foram identificados. Ainda que na lama, jornalistas continuaremos existindo.

Golpismo explícito

*Causou barulho a entrevista de Carla Zambelli à **Folha**, alcançando até a Flórida de pistas múltiplas onde se abriga Bolsonaro. Leitores se queixaram do espaço dado à deputada, mas recusar o contraditório é coisa para intolerantes, como o covarde da nota anterior. Se há reparo a fazer na edição do jornal é não ter destacado o golpismo da entrevistada, que chegou a dizer, com naturalidade, que “a gente tinha direito de se manifestar durante algum tempo contra o resultado”. Isso não é direito, é subversão.*

O vice-presidente Geraldo Alckmin acena antes de reunião no período de transição de governo Ueslei Marcelino - 13.dez.22/Reuters

Fora de núcleo do governo, Alckmin foca militares e agro

Vice-presidente trata de projetos com Forças e faz reuniões com oposição

Renato Machado, Matheus Teixeira e Marianna Holanda

BRASÍLIA Com uma atuação pública discreta, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) vem se tornando um canal de diálogo do governo com alguns setores mais refratários ao PT, como militares, representantes do agronegócio e parlamentares da oposição.

Alckmin tem buscado se consolidar como uma ponte do Poder Executivo com camadas da sociedade mais críticas à esquerda. Aliados dizem que essa atuação é uma estratégia dele para manter protagonismo durante a gestão petista, uma vez que não ele participa do centro de poder do governo federal —concentrado na Casa Civil— ou da formulação das políticas econômicas, algo que ocorre principalmente no Ministério da Fazenda.

O vice-presidente manteve apenas três despachos oficiais com Lula em 45 dias de governo, segundo a agenda do mandatário. Mas interlocutores do vice-presidente, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ressaltam que os dois conversam também por telefone pelo menos uma vez por semana.

Governador de São Paulo por quatro mandatos, Alckmin deixou o PSDB e se filiou ao PSB para viabilizar a aliança eleitoral com Lula.

A ida do ex-tucano para a chapa petista fez parte do plano de Lula para reduzir resistências ao PT no setor produtivo e se aproximar do centro e da centro-direita.

Após a vitória, Lula indicou Alckmin para ser o coordenador-geral do governo de transição. Havia uma especulação de que o posto poderia ser ocupado por Gleisi Hoffmann, presidente nacional do PT, ou ainda por Aloizio Mercadante, hoje presidente do BNDES e que coordenou o plano de governo petista.

Pouco depois, o vice foi anunciado como ministro.

Alckmin esteve ao lado de Lula na reunião com governadores logo após os ataques golpistas de 8 de janeiro; também participou da primeira reunião ministerial do governo e do segundo encontro com os chefes dos Executivos estaduais.

Nesse terceiro evento, Lula fez uma brincadeira com o fato de Alckmin não ter sentado em sua cadeira no gabinete presidencial quando o mandatário viajou para Argentina e Uruguai.

Alckmin justificou a pessoas próximas que tampouco se sentou na cadeira do então governador Mário Covas (PSDB) quando era vice em São Paulo e precisava ocupar o cargo interinamente, de 1995 a 2001.

A relação de Lula com os militares está estremecida desde antes da posse. Parte significativa de oficiais e da tropa é crítica ao PT, enquanto o presidente e aliados desconfiam de um setor que consideram contaminado politicamente pelo bolsonarismo.

O próprio ministro da Defesa, José Múcio, chegou a afirmar que o mandatário estava com dificuldades para virar a página.

Nesse sentido, o ministério comandado por Alckmin virou uma ferramenta para tentar distensionar a relação com a caserna. Lula passou a tratar com os comandantes sobre projetos estratégicos para as Forças Armadas e escalou a pasta do Desenvolvimento Indústria, Comércio e Serviços para coordenar a participação da iniciativa privada nessas ações.

Na primeira viagem internacional de Lula, uma das agendas de Alckmin como presidente interino foi justamente acertar com Múcio e os comandantes militares a criação de um comitê de investimentos para os projetos estratégicos das Forças.

A questão ganhou destaque dentro do ministério de Alckmin, que passou a manter contato direto com Múcio e os comandantes militares.

Dessa forma, o vice-presidente reforçou o canal de diálogo entre o Planalto e os militares. Aliados de Alckmin afirmam que está sendo construída uma relação de confiança.

O vice também mantém aberto o seu gabinete para políticos de diferentes correntes ideológicas, incluindo a oposição. Recebeu por exemplo os governadores bolsonaristas Marcos Rocha (União Brasil-RO) e Jorginho Mello (PL-SC).

Também houve reunião com o ex-líder do governo Bolsonaro na Câmara Ricardo Barros (PP), que atualmente é secretário da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná.

O vice-presidente também teve atuação forte neste início de mandato para fortalecer a bancada no Senado do seu partido, o PSB, e consequentemente ampliar o arco de alianças do governo.

Ajudou a trazer para o partido nomes que eram ligados a Bolsonaro, como o ex-vice-líder do governo Chico Rodrigues (RR); e outros que tinham uma atuação mais independente, como Flávio Arns (PR) e Jorge Kajuru (GO).

Em outra frente, Alckmin está abrindo canais com o agronegócio, que apoiou amplamente Bolsonaro e teve empresários acusados de financiar atos golpistas.

A aproximação inicial de Lula com o setor esteve a cargo de Carlos Fávaro, atual ministro da Agricultura.

No entanto, interlocutores do governo apontam que Alckmin também está reforçando a interlocução com o agronegócio, principalmente a produção mais voltada para exportação.

Apontam nesse sentido o diálogo e a intensificação de ações e projetos para tratar da questão dos fertilizantes, que se tornou um problema com a guerra entre Rússia e Ucrânia, dois exportadores do produto.

Além disso, Alckmin preside a Cosban (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), principal mecanismo de coordenação institucional da relação Brasil-China. O país asiático é o principal parceiro comercial do país e destino prioritário do agronegócio brasileiro.

Reforma força fusões e reduz quantidade de partidos

Número de siglas, que chegou a 35, deve cair a 29 graças a regras contra agremiações sem representatividade

Ranier Bragon

BRASÍLIA O inchado sistema partidário brasileiro vem passando por um enxugamento que deve levar o país a ter nas próximas semanas, pela primeira vez em uma década, menos de 30 legendas em funcionamento.

Esse processo tem origem em minirreformas políticas aprovadas pelo Congresso em 2015 e 2017 e deve resultar nos próximos anos em uma maior racionalidade partidária, com a extinção de várias siglas de aluguel.

Em 2015 o país chegou ao número recorde de 35 partidos políticos registrados. Desde então, as mudanças na lei aprovadas pelo Congresso forçaram fusões e incorporações e reduziram esse número para 31. A Justiça Eleitoral analisa mais dois pedidos, o que deve diminuir o número para 29.

Há dois marcos nesse processo. O primeiro, de 2015, veio no sentido de inibir a criação de partidos. Minirreforma aprovada naquele ano exigiu que as legendas em formação conseguissem o apoiamento mínimo de eleitores (cerca de 500 mil assinaturas) em até dois anos (antes não havia prazo), sendo que nenhum deles poderia ser filiado a partido já existente (antes, podia).

Essas novas regras foram cruciais para barrar, por exemplo, a tentativa de criação da Aliança pelo Brasil, partido que Jair Bolsonaro (hoje no PL) e apoiadores tentaram colocar de pé entre 2019 e 2022.

Desde então, só um partido surgiu do zero, o nanico Unidade Popular, em 2019.

O segundo marco foi no sentido de reduzir o atual número de partidos e ocorreu em outubro de 2017, com a promulgação da emenda constitucional 97.

A medida acabou com a possibilidade de coligação entre os partidos para eleição de deputados e vereadores a partir de 2020, e, o mais importante, estabeleceu uma cláusula de desempenho (ou cláusula de barreira) que tira recursos públicos e acesso à propaganda eleitoral e partidária daquelas legendas que não alcançarem um desempenho mínimo nas urnas.

A cláusula passou a valer em 2018 e tem suas regras endurecidas eleição a eleição, até 2030, quando os partidos terão que obter ao menos 3% dos votos válidos nacionais para deputado federal, distribuídos de forma uniforme em pelo menos nove estados, ou elegerem pelo menos 15 deputados federais, também distribuídos em pelo menos um terço das unidades da federação.

Em 2018, quando o piso era de 1,5%, 14 partidos não atingiram a cláusula. Em 2022, quando o piso subiu para 2%, foram 15.

Isso tem forçado legendas pequenas e nanicas a serem incorporadas ou se fundirem a outras, movimento que deve se intensificar.

O não cumprimento da cláusula não obriga a extinção dos partidos. Sem atingi-la, entretanto, eles não recebem o fundo partidário, que vai distribuir R$ 1,2 bilhão neste ano, nem têm acesso à propaganda partidária e eleitoral na TV e rádio, entre outras implicações —eventuais deputados e vereadores eleitos por essas siglas podem migrar para outras sem risco de perda do mandato.

Desde 2018 já desapareceram da sopa de letrinhas partidária PPL, PRP, PHS, PSL, DEM e PROS. O PSC deve ser incorporado ao Podemos. Patriota e PTB devem se fundir e criar o Mais Brasil.

O movimento também se refletiu no números de partidos com representação no Congresso. Na legislatura que se iniciou em 2018 havia 30 partidos com representação na Câmara. Esse número caiu para 23 em 2023 e, com as novas fusões e incorporações, deve ficar em 20.

Apesar dos avanços no sentido de uma maior racionalidade partidária no país, houve desde 2017 tentativas de afrouxamento das regras, sendo que uma delas foi aprovada.

Em 2021, por exemplo, a Câmara aprovou a retomada das coligações entre as legendas —o que aumenta a chance de eleição de deputados e vereadores de siglas menores. O Senado, porém, barrou a proposta e ela não seguiu adiante.

Nesse mesmo ano, o Congresso aprovou a criação das federações, que permitiu a união de dois ou mais partidos para atuação comum nos parlamentos.

Isso salvou da degola o PV e o PC do B, que formaram federação com o PT, a Rede, que se uniu ao PSOL, e o Cidadania, que fez federação com o PSDB.

O PP do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), negocia federação com a União Brasil (resultado da fusão entre PSL e DEM), para ampliar seu poder no Congresso e na relação com o governo.

Se contabilizadas também as federações, os partidos e grupos partidários que atuarão na Câmara cairão de 20 para 16.

"Os progressivos efeitos da cláusula são positivos tanto do ponto de vista da qualidade da democracia, porque tornam o sistema político mais funcional, quanto em relação à legitimidade do gasto público, que passa a concentrar-se em agremiações mais representativas", afirma Marcelo Issa, diretor-executivo da Transparência Partidária.

Ele diz, no entanto, que o aumento dos fundos direcionados ao sistema partidário "demandaria o permanente incremento dos mecanismos de transparência e fiscalização do uso desses recursos".

Autor do livro "Partidos Políticos no Brasil, os Dilemas entre a Cláusula de Barreira e o Hiperpartidarismo", Josafá da Silva Coelho diz que a cláusula é fundamental para a democracia brasileira "na medida em que pode representar uma possível conciliação entre o pluripartidarismo e a desmedida proliferação de partidos políticos, sem, contudo, atentar contra os fundamentos da República nem contrariar os princípios constitucionais".

Encontro em 2019 que definiu a incorporação pelo PC do B do PPL (Partido Pátria Livre) Karla Boughoff - 17.mar.19/Divulgação PC do B

Pulverização partidária começa a cair no Brasil

Regra aprovada pelo Congresso em 2017 força legendas pequenas e nanicas a serem incorporadas a outras

PARTIDOS EXISTENTES EM 2017	O QUE OCORREU DESDE ENTÃO	ATUAL SITUAÇÃO
Avante	—	Avante
DEM	Se fundiu ao PSL e virou o União Brasil	Não existe mais
Novo	—	Novo
PC do B	Incorporou o PPL. Integra federação liderada pelo PT	Está em federação
PCB	—	PCB
PCO	—	PCO
PDT	—	PDT
PEN	Trocou o nome para Patriota. Incorporou o PRP. Aguarda fusão ao PTB para formar o Mais Brasil	Deve deixar de existir
PHS	Foi incorporado ao Podemos	Não existe mais
PMB	—	PMB
PMDB	Mudou de nome para MDB	MDB
PMN	—	PMN
Podemos	Incorporou PHS e deve incorporar o PSC	Podemos
PP	Negocia agora se federar ao União Brasil	PP
PPL	Foi incorporado ao PC do B	Não existe mais
PPS	Virou Cidadania e integra federação com o PSDB	Está em federação
PR	Voltou a se chamar PL	PL
PRB	Mudou o nome para Republicanos	Republicanos
PROS	Foi incorporado ao Solidariedade	Não existe mais
PRP	Foi incorporado ao Patriota	Não existe mais
PRTB	—	PRTB
PSB	—	PSB
PSC	Deve se incorporar ao Podemos	Deve deixar de existir
PSD	—	PSD
PSDB	Lidera federação com o Cidadania	PSDB - lidera federação
PSDC	Mudou o nome para DC	DC
PSL	Se fundiu ao DEM e virou o União Brasil	Não existe mais
PSOL	Integra federação com a Rede	PSOL - lidera federação
PSTU	—	PSTU
PT	Segue como uma das maiores legendas do país e lidera federação com PC do B e PV	PT - lidera federação
PTB	Aguarda fusão ao Patriota para formar o Mais Brasil	Deve deixar de existir
PTC	Passou a se chamar Agir	Agir
PV	Integra federação liderada pelo PT	Está em federação
Rede	Integra federação com o PSOL	Está em federação
Solidariedade	Incorporou o Pros	Solidariedade
Não existia	Criado em 2022 a partir da fusão de DEM e PSL	União Brasil
Não existia	Criado em 2019	UP
Não existia	Criação em análise pela Justiça Eleitoral (Fusão PTB e Patriota)	Mais Brasil

Partidos existentes em 2017: 35
Partidos existentes hoje: 29

PARTIDOS QUE NÃO SUPERARAM A CLÁUSULA DE BARREIRA... EM 2018

- Rede
- Patriota
- PHS
- DC
- PC do B
- PCB
- PCO
- PMB
- PMN
- PPL
- PSTU
- PRP
- PRTB
- PTC

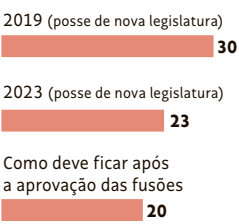
... EM 2022

- PSC
- Solidariedade
- Patriota
- PTB
- Novo
- Pros
- Agir
- DC
- PCB
- PCO
- PMB
- PRTB
- PSTU
- UP
- PMB

PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA

2019 (posse de nova legislatura): 30

2023 (posse de nova legislatura): 23

Como deve ficar após a aprovação das fusões: 20

Perguntas e respostas

O que é a cláusula de desempenho? É uma regra criada pela emenda constitucional 97, de 2017, e tem o objetivo de sufocar legendas de aluguel ou sem representatividade significativa na sociedade

O que ela estabelece?
Partidos que não atingirem um desempenho mínimo nas eleições para deputado federal perdem direito à propaganda na TV e recebimento de verbas do fundo partidário, entre outras ferramentas essenciais à sua existência

Qual o percentual a ser atingido pelas legendas?
A regra entrou em vigor em 2018 e, até as eleições de 2030, tem piso de desempenho que sobe gradativamente. Em 2022, os partidos tiveram que ter no mínimo 2% dos votos válidos, com pelo menos 1% em ao menos 9 unidades da Federação, ou eleger pelo menos 11 deputados federais distribuídos por ao menos 9 estados. Em 2030, esse piso sobe para 3%, ou 15 deputados

O que tem ocorrido?
Partidos tem se fundido, incorporado siglas menores ou se unido em federações para não perderem as verbas e outros direitos

Veja algumas das principais alterações nas regras políticas desde 1988

1997: Reeleição
Congresso aprova a possibilidade de recondução de presidente, governadores e prefeitos para um único mandato subsequente

1998: Cota de gênero
Obrigava os partidos a lançar ao menos 25% de mulheres nas disputas proporcionais, iniciando tentativa de ampliar a participação feminina na política

2008: Fidelidade partidária
Supremo Tribunal Federal ratifica a Lei da Fidelidade Partidária, que pune com a perda do mandato troca de partido, salvo exceções

2010: Ficha Limpa
Sancionada lei que barra a candidatura de condenados por órgão colegiados

2014: Doações ocultas
TSE aprova resolução que dificulta a prática das doações ocultas, em que não era possível identificar quem financiava os candidatos

2015: Financiamento empresarial
STF proíbe que empresas, até então as principais financiadoras do mundo político, doem recursos para partidos e candidatos

2016: Fidelidade partidária
Congresso afrouxa as regras e aprova uma janela de 30 dias para o livre troca-troca de políticos entre as legendas no ano eleitoral. No ano anterior, o STF já havia decidido que a perda de mandato por infidelidade partidária não se aplica a cargos majoritários (presidente, senadores, governadores e prefeitos)

2017: Cláusula de barreira e fundo eleitoral
Congresso aprova regras para sufocar pequenas legendas (cláusula de desempenho e fim das coligações nas eleições proporcionais) e cria o fundo eleitoral, hoje a maior fonte de recursos das campanhas (distribuiu R$ 5 bilhões de verbas públicas em 2022)

2018: Cota de gênero
STF define que partidos são obrigados a repassar a verba de campanha às mulheres proporcionalmente ao número de candidatas —ou seja, ao menos 30%

Lula e a Ucrânia

Presidente devolve ao Brasil papel de voz global razoavelmente importante

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História".

A posição de Lula sobre a Guerra da Ucrânia começou muito ruim, refletindo um viés comum na esquerda brasileira de um ano atrás. Embora o discurso sempre tenha sido de defesa da paz, as críticas a Zelenski eram mais frequentes do que as críticas a Putin, e o quadro de referência conceitual parecia ser: "Se os Estados Unidos apoiam um cara, nós apoiamos o outro".

Mas 2022 foi um longo ano, que mostrou que o embate internacional atual é mais complexo do que isso.

Putin recebeu Bolsonaro quando o resto do mundo o tratava como lixo tóxico. Seu grande aliado na União Europeia, Viktor Orbán, é uma grande inspiração dos bolsonaristas. As posições anti-LGBT do governo Putin são muito populares entre os fanáticos de direita do Ocidente.

Ao mesmo tempo, a posição de Biden e da União Europeia contra o golpe de Bolsonaro foi importante para isolar os golpistas brasileiros. Em seu pronunciamento à nação no final de 2022, Mourão reclamou de gente que pedia que o Exército desse um golpe que "colocaria o Brasil em uma posição difícil diante da comunidade internacional". Felizmente, não sabemos o que teria acontecido com a democracia brasileira se Trump tivesse sido reeleito.

Não por acaso, Lula admitiu, durante sua viagem aos Estados Unidos, que a invasão da Ucrânia foi "um erro histórico".

O Brasil não deve se tornar aliado automático dos Estados Unidos, mas ficou claro que há um conflito ideológico sobre democracia que não apaga as disputas geopolíticas tradicionais, mas as torna mais complexas.

A notícia de que Vladimir Putin estaria avaliando a proposta de paz feita pelo governo brasileiro disparou os gatilhos de sempre em nosso comentariado. Duvido que o ChatGPT não conseguisse escrever 90% do que foi dito se você contasse para ele se gosta ou não do Lula e mencionasse a palavra "Ucrânia".

Na verdade, o que Lula está fazendo é devolvendo ao Brasil seu papel tradicional: uma voz razoavelmente importante, mas raramente decisiva, de uma potência média, com alguma influência no Sul Global e em fóruns multilaterais.

Ninguém, muito menos Lula, acha que Putin ou Zelenski vão fazer alguma coisa porque o Brasil mandou. Mas a entrada de cena do Brasil na negociação sinaliza que grandes potências estão procurando um mediador, e o Brasil, que não tem conflitos geopolíticos com ninguém, é um bom candidato para essa tarefa.

Parece novidade porque isso não aconteceu nos últimos quatro anos, quando fomos governados por um maluco que: a) mentia que o presidente da maior potência global havia roubado sua eleição, e b) mentia que a pandemia de Covid era uma conspiração da segunda maior potência global. Se considerarmos a União Europeia como uma única potência (o que faria dela a terceira potência global), foram quatro anos recusando dinheiro para cuidar da Amazônia e xingando a esposa do Macron.

Por menor que seja a capacidade de o Brasil influenciar o conflito entre Rússia e Ucrânia, Lula faz bem em tentar exercer qualquer influência que seja pela paz. Não só por idealismo, mas porque o Brasil, como o resto do mundo, sofre com as consequências econômicas do conflito. Garanto para você que, se não fosse pelo choque externo da guerra sobre os preços, o debate todo sobre juros estaria transcorrendo com mais tranquilidade.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, **Angela Alonso** | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Equipe trabalha na restauração do carpete em áreas danificadas na invasão de 8 de janeiro no Senado Jonas Pereira - 17.fev.23/Agência Senado

Congresso tem 34 propostas ligadas aos ataques golpistas de 8 de janeiro

Seis projetos são para endurecer punições a atos do tipo; oposição fez 9 sugestões sobre o tema

Mateus Vargas e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Deputados e senadores apresentaram ao menos 34 propostas relacionadas aos ataques golpistas de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) contra as sedes dos três Poderes, realizados em 8 de janeiro em Brasília.

Seis projetos do Legislativo são para endurecer punições a quem financia ou pratica crimes contra o Estado democrático de Direito.

Parlamentares da oposição apresentaram nove propostas. Os bolsonaristas cobram, por exemplo, explicações dos ministros Flávio Dino (Justiça) e Gonçalves Dias (Segurança Institucional) sobre suposta omissão do governo federal para evitar os ataques.

Há ainda requerimentos de menor impacto, como moção de aplauso à Polícia Legislativa, criação do dia em defesa das liberdades democráticas e instalação de memorial na Câmara sobre o vandalismo.

No total, deputados são autores de 22 sugestões relacionadas aos atos golpistas. No Senado, são 12 propostas.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também avalia se apresentará ao Congresso um pacote de ações jurídicas como resposta aos ataques, elaborado pela equipe de Dino. Uma das medidas em análise é sugerir que uma guarda nacional fique responsável pela proteção da Esplanada dos Ministérios e da praça dos Três Poderes.

O pacote, porém, já desidratou. O governo deve desistir de mandar uma medida provisória contra conteúdos golpistas nas redes sociais. Para evitar tumulto com o Legislativo, o novo plano é aproveitar as discussões que existem dentro do Congresso sobre a regulação das redes.

Líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES) propõe que a condenação por crimes contra o Estado de Direito torne políticos inelegíveis.

Os deputados Gervásio Maia (PSB-PB) e Pedro Campos (PSB-PE), por sua vez, sugerem nova lei para permitir confisco de bens usados nesse tipo de crime. Se aprovada, a regra pode ser usada para apreender ônibus alugados para transporte de golpistas.

Os parlamentares ainda sugerem que valores ou bens usados nos ataques à democracia sejam confiscados e revertidos ao Fundeb (fundo da educação básica e de valorização dos profissionais da área).

A proposta dialoga com algo que o governo federal tem afirmado: que é preciso identificar os financiadores dos ataques golpistas em Brasília. O projeto "vai trazer blindagem a qualquer ato terrorista como o que ocorreu no dia 8. Quem participar e concordar com atos terroristas que pague o preço por essa decisão", diz Gervásio Maia.

Ele afirma ainda que o projeto será incluído entre as prioridades do PSB a serem encaminhadas ao líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE).

O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) propõe mudança na lei para incluir "razões políticas" entre itens que definem o crime de terrorismo.

Também relacionada aos ataques golpistas, parlamentares do PT apresentaram PEC (proposta de emenda à Constituição) que propõe alterar o artigo 142 da Constituição, que disciplina o papel dos militares no país. São necessárias 171 assinaturas para a proposta tramitar na Câmara.

O texto prevê, entre outras coisas, que militares que passarem a atuar em cargos públicos serão imediatamente transferidos para a reserva. Também limita as operações de Garantia da Lei e da Ordem (as chamadas GLOs).

Segundo o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), autor da proposta, a PEC já vinha sendo discutida desde os atos de apoiadores de Bolsonaro do dia 7 de setembro de 2021. De acordo com ele, diante do que ocorreu no dia 8 de janeiro, a proposta ganhou mais força.

Além de cobrar explicações de ministros de Lula, parlamentares bolsonaristas querem fiscalizar as prisões feitas em Brasília. A deputada Caroline de Toni (PL-SC) sugere a instalação de comissão externa para investigar "violação de direitos fundamentais" nessas detenções.

Ex-ministro de Bolsonaro, o deputado Osmar Terra (MDB-RS) também pede que um grupo seja criado para evitar arbitrariedades. "Sobretudo contra aqueles que se manifestaram de forma pacífica."

Parlamentares também articulam a criação de CPI (comissão parlamentar de inquérito) sobre os ataques de janeiro, medida que sofre resistência do governo.

A senadora Soraya Thronicke (União Brasil-MS) acionou o STF (Supremo Tribunal Federal) para forçar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a instalar a comissão de inquérito.

Bolsonaristas querem usar a CPI para desgastar a gestão de Lula com questionamentos sobre eventual omissão para evitar os ataques. O deputado André Fernandes (PL-CE) é um dos que colhem assinaturas para criar o colegiado.

Algumas propostas sobre o 8 de janeiro

- **PL 265/2023:** Prevê o dobro da multa no caso de ataques ao Estado democrático de Direito. Proposta é do deputado Felipe Carreras (PSB-PE)
- **PL 83/2023:** O senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) propõe mudar a Lei Antiterrorismo e incluir "razões políticas" entre itens que definem o crime de terrorismo
- **RIC 25/2023:** Deputados Adriana Ventura (Novo-SP) e Marcel Van Hattem (Novo-RS) pedem informações ao ministro do GSI sobre medidas para evitar ataques
- **RQS 5/2023:** O senador Marcos do Val (Podemos-ES) questiona o ministro da Justiça sobre providências antes dos ataques

Ibama acha 60 aves silvestres na casa de Anderson Torres no DF

BRASÍLIA | UOL O ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que está preso desde janeiro, foi alvo de uma ação do Ibama na sexta-feira (24). O órgão fez busca e apreensão na residência de Torres, em Brasília, em decorrência da criação ilegal de pássaros silvestres.

A informação foi confirmada ao UOL pelo Ibama e pelo advogado do ex-ministro, Rodrigo Roca. O advogado afirmou que Torres foi multado, mas disse que ele vai recorrer. A multa é de R$ 54 mil, segundo o Ibram (Instituto Brasília Ambiental), que também participou da ação.

Na operação, foram encontradas 60 aves mantidas no criadouro, uma delas com a pata mutilada. O Ibram informou que nenhuma foi apreendida, mas não informou a razão.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, afirmou que as inconsistências encontradas no sistema sobre Torres podem indicar a negociação dos pássaros.

A base de dados sobre o cadastro dos pássaros não batia com o que foi encontrado na casa de Torres. Algumas aves que estão cadastradas no nome dele não estavam no local.

Agostinho afirmou que, se alguma delas morreu, ele terá que entregar a anilha ao órgão. O presidente do Ibama não descarta ainda a apreensão das aves, se for comprovada ilegalidade.

Em nota, o Ibama informou que a atividade foi embargada e notificou o ex-ministro para que sejam apresentadas informações sobre os animais registrados no sistema que não foram encontrados no local.

Torres foi autuado por irregularidades como utilizar animais em desacordo com a autorização existente, por inserir dados falsos no sistema e por mutilação.

O ex-ministro está preso desde 14 de janeiro, em Brasília, por suspeita de omissão e conivência com os ataques golpistas de 8 de janeiro. Na ocasião, ele era secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Em buscas na casa de Torres, no mês passado, a PF encontrou a minuta de um decreto golpista. O ex-ministro nega as acusações.

Gabriela Vinhal, Leonardo Martins e Paulo Roberto Netto

Eli Borges

Tem muita gente boa que está presa por causa do 8 de janeiro

Novo presidente da bancada evangélica, deputado minimiza pedidos de golpe militar

ENTREVISTA

Anna Virginia Balloussier e Cézar Feitoza

SÃO PAULO E BRASÍLIA Para o novo líder da bancada evangélica no Congresso, há "muita gente boa" que foi presa após os ataques antidemocráticos em Brasília no dia 8 de janeiro.

Segundo o deputado federal Eli Borges (PL-TO), os baderneiros existiram, mas seriam uma "minoria infiltrada" que nada tinha a ver com a "imensa maioria, de boa-fé, na frente dos quartéis cantando o hino nacional".

O primeiro presidente a assumir o bloco religioso neste terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência da República faz uma interpretação equivocada da Constituição ao defender que as Forças Armadas "exercem um papel de atender ao clamor popular". A partir disso, ele diz não ter visto "nada de errado" em pessoas que pediam golpe militar após a derrota de Jair Bolsonaro (PL).

Borges vai se revezar com Silas Câmara (Republicanos-AM) nos próximos dois anos no comando de um dos grupos mais representativos do Legislativo e que ampliou seu poder no mandato de Bolsonaro e na mais recente eleição.

Em entrevista à **Folha**, o deputado defendeu remover o direito ao aborto em casos de estupro e criticou a escola de samba paulistana Gaviões da Fiel por causa de seu enredo neste Carnaval, "Em Nome do Pai, dos Filhos, dos Espíritos e dos Santos", que alarga o conceito da Santíssima Trindade cristã. "Precisamos entender o seguinte: liberdade [de expressão] não é libertinagem."

Pablo Valadares - 13.dez.22/Divulgação Câmara dos Deputados

Eli Borges, 62
Deputado federal pelo PL de Tocantins, conquistou o primeiro mandato na Câmara em 2018. Foi antes deputado estadual. Pastor da Assembleia de Deus Madureira, define-se como "o pastor da família e do agronegócio". Assumiu a presidência da bancada evangélica em 2023

*

O sr. será o primeiro presidente da bancada evangélica no governo Lula 3. Serão oposição? A bancada tem postura de defender bandeiras como a família, luta contra ideologia de gênero, luta pela defesa da vida e contra aborto, contra jogo de azar. Não vamos amenizar nenhuma das pautas que nós defendemos em Brasília. Isso não tem nenhuma correlação com os outros Poderes, nem Supremo [Tribunal Federal], nem Lula.

Vê o governo Lula como oposto a esses valores que o bloco defende? Não sou eu que vejo, ele [Lula] que verbalizou muitas vezes um pensamento diferente daquilo que mais de 80% da população conservadora prega e defende.

Mas a eleição do Lula não valida um apoio da população às pautas que ele defende? De alguma forma, o Lula teve apoio, sim. A igreja não é política nem tem partido político. Dentro do segmento evangélico, naturalmente o Lula teve um percentual significativo de pessoas que sempre acreditaram que ele não faria exatamente aquilo que ele estava pregando.

Por exemplo, o aborto. Ele disse que o aborto é uma questão ligada à saúde da mulher. Nós temos uma visão diferente disso.

O sr. trocou em 2022 o Solidariedade pelo PL e disse que o país precisava de Bolsonaro. Considera-se um bolsonarista? Eu me considero um deputado federal que tem afinidade com as bandeiras que Bolsonaro defende. Até porque tenho uma postura política muito interessante. Se você analisar as minhas votações, elas são votações que estão muito ligadas à minha consciência. O Solidariedade foi para o PT, e eu tinha que ficar onde eu estava inserido nas bandeiras que eu defendo. Nesse momento que passou, esse lado era o do Bolsonaro.

Alguns pastores se disseram decepcionados com o comportamento de Bolsonaro após a derrota eleitoral. E o sr.? Entendi que ele apenas exercitou a prudência que deveria ter e não se envolveu em função de estarmos vivendo, entre aspas, uma ditadura da toga no Brasil. E isso com certeza levou o Bolsonaro a exercitar o espírito prudente nesse tempo de início do governo Lula. Ele é um ser humano, e nós temos que respeitar.

O que é a "ditadura da toga" e como ela afetaria o Bolsonaro? Venho falando que nós vivemos um ativismo judicial. Por exemplo, este 8 de janeiro: quero compreender que tem uma pequena minoria de baderneiros infiltrados e, às vezes, algumas pessoas na sua simplicidade, mas eles não representam o pensamento da maioria dos brasileiros. Tem muita gente boa que está buscando a sua liberdade e está presa.

Esse ativismo antecede [o 8 de janeiro]. Nós tivemos interferência do Supremo em muitos assuntos, como ideologia de gênero, aborto. Acho que não são matérias do Supremo. Judiciário tem que julgar leis, e quem faz as leis é o Parlamento.

Concorda com a definição de que o 8 de janeiro foi um ato antidemocrático? Concordo que uma pequena minoria de baderneiros infiltrados praticaram atos antidemocráticos. Porém a imensa maioria, de boa-fé, na frente dos quartéis cantando o hino nacional com a bandeira nacional, estava a serviço da consolidação da democracia brasileira. Esse é o meu pensamento.

Houve participação evangélica forte nesses atos. Vi todos os segmentos religiosos que defendem as cores da nossa bandeira, a nossa brasilidade, vi todos na porta dos quartéis. Evangélicos, católicos e espíritas na luta pela democracia.

Na porta dos quartéis havia pedidos de intervenção das Forças Armadas diante de um resultado das urnas que, segundo eles, não seria confiável. Considera que isso também faz parte da consolidação da democracia? Se você abrir a Constituição está muito claro: as Forças Armadas exercem um papel de atender ao clamor popular, e essa população foi fazer um clamor que a Constituição define como um direito constitucional. Não vi nada de errado na sociedade fazer o seu clamor.

A bancada terá um trio de parlamentares novatos sob investigação por supostamente incentivar os atos em Brasília: Clarissa Tércio (PP-PE), Silvia Waiãpi (PL-AP) e André Fernandes (PL-CE). Conversou com eles? Não conversei. Como disse, aqueles que exercitaram a sua liberdade de manifestação, dentro da visão democrática, excetuando aqueles que fizeram baderna e se infiltraram para criar uma situação, exerceram direitos democráticos.

A bancada vai realizar o tradicional culto, com ceia, em que são chamados os chefes dos Poderes. Gostaria que Lula fosse a esse culto? Se ele for com uma alma buscar os valores, todos estão convidados.

Nas últimas eleições, tem-se discutido sobre um suposto abuso do poder religioso, transformando púlpito em palanque. Qual sua visão sobre a defesa de candidatos em igrejas na campanha? Nos sindicatos, eles têm os seus candidatos. No segmento bancário eles têm os seus candidatos. Qual é o problema de a igreja também ter os seus?

O poder que pastores têm sobre a igreja, como liderança religiosa, não é diferente dos outros setores que o sr. citou? Não quero comparar igrejas a sindicatos, só disse que cada segmento tem o seu candidato.

O que vi foi muita atuação de líderes importantes do Brasil num nível de orientação. E, se eles exercem uma influência em sua membresia, entendo que isso é fruto da liberdade democrática, já que a igreja é composta por cidadãos.

Quero deixar claro que não concordo com excessos, que a igreja exerça uma ditadura sacerdotal em cima da membresia. Temos que respeitar o direito do voto, o foro íntimo da liberdade dos eleitores, mas devo dizer que a igreja tem que ter os seus candidatos.

Bolsonaro continuará contando com o apoio maciço que teve dos evangélicos em 2018 e 2022, se quiser e puder disputar eleições no futuro? Não posso ser vidente para daqui a quatro anos. Entendo que, se ele continuar defendendo o que as igrejas defendem, vai conseguir esse apoio. Se o Lula se converter e começar a defender o que defendemos... A igreja não tem partido.

A Câmara discute o Estatuto do Nascituro, que propõe impedir o aborto em casos de estupro, o que hoje a legislação aceita. O que o sr. acha da proposta? Neste jogo que fazem, esquerda contra direita, prefiro colocar a mãe que foi violentada. Tem omissões aí, que é esta criança. Será que ela também deveria falar no processo, dizendo: "Olha, não tenho culpa de nada, sou uma vida, tenho direito de nascer"? É importante pensarmos que tem essa figurinha lá, que a mãe emprestou sua barriga para que ela nasça.

Só para deixar claro, o sr. é favorável a remover esse direito específico ao aborto da legislação? Não concordo que tenha aborto no Brasil. Defendo a vida desde o nascituro. Defendo a vida, e o dono da vida é Deus.

A bancada se posicionou contra o que viu como profanação de símbolos cristãos no Carnaval da Gaviões da Fiel. Por quê? Vejo no Brasil uma cristofobia forte. Temos que oferecer uma reação. Queremos respeito ao nosso culto. Isso inclusive é uma garantia constitucional.

Essa questão da cristofobia é real em vários países, onde vemos perseguição e até morte de cristãos —o que não acontece no Brasil. Já a intolerância religiosa afeta sobretudo crenças de matriz africana e é praticada por evangélicos em muitos casos. Não tenho direito, como cristão, de questionar a liberdade religiosa dos cultos afros. Não posso aqui dizer que concordo com a forma que eles têm, claro que não vou concordar. Mas compreender que são um povo num Estado laico.

Agora, grupos sobretudo de ativistas se levantando contra a visão da igreja, aí sim vejo uma certa intolerância religiosa, e temos que começar a reagir. Precisamos entender o seguinte: liberdade não é libertinagem.

No mesmo fim de semana, um pastor americano disse num congresso da Assembleia de Deus, não muito longe do Congresso, que homossexuais, trans e até quem usa calça apertada têm reserva no inferno. O sr. acha que falas como essa têm respaldo constitucional? Olha, deixa eu ser claro. Uma coisa é uma escola de samba, devidamente organizada, com a clara visão de afrontar mesmo a fé brasileira. Outra coisa é uma preleção de um pastor que, dentro do regramento de sua fé, com a Bíblia aberta, se posicionou. Tenho o direito de verbalizar minha visão de sociedade desde que eu esteja enquadrado no meu manual, que é a Bíblia.

Um pastor pode ter liberdade, essa liberdade de pregar, e uma escola de samba de fazer alusões à Santíssima Trindade que serão encaradas como desrespeitosas por uma parcela da sociedade. É uma visão que você passa, a de que uma liberdade de expressão pode ocorrer de forma excessiva. Discordo. O pastor estaria errado? Ele pregou dentro da visão da Bíblia.

O problema é que a igreja é muito serena, não está reagindo. Estamos vivendo uma cultura em que um segmento da sociedade pode tudo, questiona tudo, fala tudo, mas é muito sensível quando tem um contraponto.

Mas, dentro dessa visão, a Gaviões não poderia se posicionar? Aí você tem que fazer uma pergunta para o artigo 208 do Código Penal. Numa sociedade ordeira, decente, democrática, as instituições religiosas precisam ser respeitadas.

> Vivemos um ativismo judicial. Por exemplo, este 8 de janeiro: quero compreender que tem uma pequena minoria de baderneiros infiltrados e, às vezes, algumas pessoas na sua simplicidade, mas eles não representam o pensamento da maioria dos brasileiros. Tem muita gente boa que está buscando a sua liberdade e está presa

> Neste jogo que fazem, esquerda contra direita, prefiro colocar a mãe que foi violentada. Tem omissões aí, que é esta criança. [...] É importante pensarmos que tem essa figurinha lá, que a mãe emprestou sua barriga para que ela nasça

Juliana Freire

Lembra do trem-bala? Ele voltou

O governo voltou a sonhar com o que foi pesadelo

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Com jeito de quem não quer nada, na quarta-feira a Agência Nacional de Transportes Terrestres divulgou sua deliberação nº 47, com três artigos. Outorgou à empresa TAV Brasil, constituída em fevereiro de 2021 com capital de R$ 100 mil, autorização para "a construção e exploração de estrada de ferro entre São Paulo e o Rio de Janeiro pelo prazo de 99 anos".

Ganha um lugar na viagem inaugural desse trem quem conseguir explicar o que essa autorização significa, pois faltam o capital, o projeto de engenharia e a demonstração da demanda.

É o velho trem-bala que ressuscita. Pelo que se promete, em junho de 2032 ele ligará as duas cidades em 90 minutos. A autorização da ANTT custou-lhe uma folha de papel. Esse trem custaria algo como R$ 50 bilhões, cerca de US$ 10 bilhões.

Sonhar é grátis. Lula já disse que pretende reativar os estaleiros do Rio. Seria o quarto polo naval que sua geração financia, coisa inédita na história das navegações. Agora reaparece o trem-bala. Ele foi um sonho do consulado petista, acabou em pesadelo e só serviu para produzir uma empresa estatal.

Antes que se dê outro passo com o trem-bala 2.0, convém revisitar o que aconteceu com o primeiro projeto.

Em 2004, durante o primeiro mandato de Lula, foi constituído um grupo de trabalho para estudar a "ligação ferroviária por trem de alta velocidade entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro". Seu coordenador era José Francisco das Neves, o "Doutor Juquinha", presidente da estatal Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Os doutores visitaram fábricas da Itália e da Alemanha e, em abril de 2005, o grupo de trabalho recomendou o projeto da italiana Italplan. O trem-bala ligaria o Rio a São Paulo em 88 minutos, sem paradas, transportando cerca de 90 mil passageiros por dia. A obra levaria sete anos, e a concessão duraria outros 42.

A conta ficaria em US$ 9 bilhões, sem que a Viúva tivesse que botar um centavo. (Em 2004 o dólar estava a R$ 3.)

Um curioso intrigou-se com o fato de que o trem iria do Rio a São Paulo sem qualquer parada. Todos os outros trens de alta velocidade param no caminho.

O "Doutor Juquinha" disse-lhe que essa era a proposta dos italianos e que não havia motivo para preocupação, pois a ministra Dilma Rousseff havia incluído o trem-bala no Programa de Aceleração do Crescimento, o falecido PAC. Qualquer dúvida, os italianos esclareceriam. Procurados os italianos, deu-se o seguinte diálogo:

"Por que o trem vai do Rio a São Paulo sem paradas?"

"Porque pediram um projeto sem paradas."

O TCU parou o trem

Em 2007, o BNDES e o Tribunal de Contas da União mastigaram as contas do projeto da Italplan. Saltou aos olhos que o trem-bala precisaria de subsídio. Além disso, sua malha começou a espichar indo até Campinas. Espichou também o custo, subindo para US$ 11 bilhões.

Em abril de 2008, Lula anunciou que a licitação do trem aconteceria em outubro. Ele estaria nos trilhos durante a Copa do Mundo de 2014 com oito paradas. Não houve a licitação, mas o custo estimado pulou para US$ 15 bilhões. Tudo isso, sem que houvesse um projeto de engenharia, numa obra que teria 16 km de túneis.

Em 2010 (ano eleitoral), o assunto estava no Tribunal de Contas e lá percebeu-se que a estimativa de demanda (e da renda) havia sido grosseiramente manipulada. O TCU freou o projeto por algum tempo, e os italianos foram mandados passear.

Candidato ao governo de São Paulo, o petista Aloizio Mercadante prometia trabalhar para que o trem fosse também a Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto e Rio Preto. Nessa campanha eleitoral, Lula comparou a audácia da obra à da construção da torre Eiffel, em Paris.

O trem só deveria rodar em 2017, mas em 2010 seu projeto produziu sua estatal, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade, Etav. Durante a campanha o trem-bala foi uma cereja de bolo. Chegou-se a anunciar que ele poderia ir a Curitiba.

Passada a eleição, adiou-se a licitação da obra. Consórcios da China, França, Coreia e Espanha, que teriam interesse na obra, caíram fora. (Alguns, como o coreano, podem ter se reciclado.)

Um grande empresário nacional ironizava: "Se o empreiteiro é o sujeito que convenceu o faraó a empilhar aquelas pedras no deserto, com esse trem a faraó (ou faraoa) quer fazer a pirâmide, mas o empreiteiros não querem". O leilão foi adiado três vezes e nunca aconteceu.

Em setembro de 2011, a ANTT informou que os estudos de engenharia demorariam pelo menos um ano. A essa altura o trem-bala já havia consumido R$ 63,5 milhões e o custo da obra estava estimado em US$ 20,1 bilhões. (Em 2005 falava-se de US$ 9 bilhões.)

Em 2014, Dilma Rousseff admitiu que o trem-bala havia deixado de ser prioridade.

Litígio na Itália e 'Juquinha' na cadeia

A única coisa que andou foi um litígio judicial aberto pela Italplan na Itália. A empresa que em 2004 tinha a preferência do grupo de trabalho processou o governo brasileiro e, em março de 2016, pedia na Justiça cerca de R$ 1 bilhão por serviços prestados.

Em julho de 2012, por conta de outras malfeitorias praticadas na Valec, o "Doutor Juquinha" foi preso. Dormiu poucas noites na cana. Anos depois, ralou uma condução coercitiva.

Andou também a estatal Etav. Transformou-se na Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Em 2017 empregava 143 pessoas e custava R$ 99 milhões anuais. Já a Valec tinha 1.027. Ambas sobrevivem, fundidas na Infra S.A.

Cinco personagens em busca de um trem

Lula comparou as críticas ao projeto do trem-bala, nascido em 2004, às que foram feitas à construção da torre Eiffel. A torre ficou pronta em menos de dois anos.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, informa que a autorização dada pela ANTT para a construção e operação por 99 anos do trem-bala de Lula 3.0 é um projeto inteiramente privado da TAV Brasil. A autorização da ANTT é inteiramente pública. Renan tinha 24 anos e acabara de se formar em economia quando o grupo de trabalho do "Doutor Juquinha" dizia a mesma coisa.

Geraldo Alckmin, atual vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, conhece a história do trem-bala desde 2009, quando era secretário de Planejamento do Governo de São Paulo. Em 2010, como governador eleito, ele sugeria que o trem não passasse pelos aeroportos de Guarulhos e Viracopos, mas que eles fossem servidos por duas outras ferrovias expressas.

Aloizio Mercadante, defensor da extensão da malha do trem-bala para Sorocaba, Bauru, Ribeirão Preto e Rio Preto, é o atual presidente do BNDES.

Tarcísio de Freitas, atual governador de São Paulo, foi um implacável diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes em 2011, durante a "faxina ética" que Dilma Rousseff fez no setor de transportes do seu governo. Conhece a história da Valec e do trem-bala de cor e salteado.

Comissão contra racismo no PR será liderada por Renato Freitas

Assembleia cria grupo para tratar de igualdade racial que será presidido por ex-vereador do PT que foi cassado

Catarina Scortecci

CURITIBA Alvo de um processo de cassação quando ainda era vereador de Curitiba, o hoje deputado estadual Renato Freitas (PT) deve ser confirmado nos próximos dias para o comando de uma recém-criada comissão na Assembleia Legislativa paranaense cujo foco é a igualdade racial, sua principal bandeira no mandato.

Freitas havia sido cassado por quebra de decoro parlamentar, após participar de uma manifestação que avançou para dentro da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, em fevereiro do ano passado. Eles protestavam contra os assassinatos no Rio de Janeiro do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe e de Durval Teófilo Filho, dois homens negros, de 24 e 38 anos.

O processo na Câmara curitibana ganhou repercussão nacional, com declarações de solidariedade até do padre responsável pela paróquia. Freitas na época dizia que a cassação era motivada por preconceito e ocorria por meio de abuso de autoridade.

Eleito no ano passado com 58 mil votos, ele só pode assumir a cadeira no Legislativo estadual respaldado por uma liminar do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que em setembro suspendeu a cassação.

Em entrevista à **Folha**, Freitas, 39, disse que o primeiro passo na comissão será fazer um levantamento de quantas pessoas negras, indígenas e ciganas ocupam cargos públicos —entre estatutários e comissionados— nos três Poderes. A ideia é mirar nos cargos comissionados, que, por serem preenchidos via indicação, não são abrangidos pelas cotas raciais previstas nos concursos públicos.

"Nós não conseguimos nos ver nos espaços de poder, o que é um problema não apenas de representatividade, mas também um problema de democracia. Porque a cabeça pensa onde o pé pisa. As experiências que temos e tivemos na história do nosso país, nós, comunidade negra, não são valorizadas", disse ele.

A ideia, segundo o deputado, é acionar o Judiciário para apontar que, por via transversa, haveria uma burla à legislação sobre cotas raciais no serviço público: "Queremos que a Justiça reconheça esse fenômeno, que infelizmente é tipicamente brasileiro".

O deputado Renato Freitas (PT) durante sessão plenária na Assembleia do Paraná Dálie Felberg - 14.fev.23/Divulgação Assembleia PR

Na Assembleia Legislativa, é a primeira vez que igualdade racial é tema de comissão permanente. A Casa é majoritariamente branca —para a Justiça Eleitoral, dos 54 deputados estaduais, apenas três se declaram pretos, incluindo Freitas, e outros dois políticos se declaram pardos.

"Quero engajar não só pessoas aqui do Paraná, que talvez fossem insuficientes para que a gente conseguisse tocar as ações que pretendemos, mas entidades e personalidades jurídicas do país todo", disse Freitas, ao citar a possibilidade de convidar o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, para debates na comissão do Paraná.

Antes da atual legislatura, existiam 26 colegiados temáticos, de caráter permanente, na Casa paranaense. Embora abriguem cargos comissionados, a maioria deles tem historicamente uma atuação opaca ou ganham corpo somente em períodos específicos –como a Comissão da Saúde durante a pandemia do coronavírus, por exemplo.

Com o início da atual legislatura, mais três comissões foram criadas —além da Comissão de Igualdade Racial, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Comissão de Minas, Energia e Água—, saltando para 29 grupos.

Freitas admite que a criação da comissão que vai presidir nos próximos dias integra a lista de condições colocadas pela bancada de oposição —um grupo de apenas 8 parlamentares, entre 54— para apoiar a reeleição do deputado estadual Ademar Traiano (PSD) à principal cadeira da Casa. Traiano é aliado do governador Ratinho Junior (PSD) e foi eleito pelos seus pares no início do mês, por unanimidade, para presidir pela quinta vez a Assembleia.

O deputado diz que o tema da segurança pública será ponto nevrálgico nos trabalhos da comissão e resgata a proposta das câmeras de vídeo nos uniformes de policiais. "Não é uma ação radical. É apenas uma fiscalização para limitar o poder discricionário e subjetivo do agente de segurança pública."

O presidente dos EUA, Joe Biden, ao lado de seu homólogo ucraniano, Volodimir Zelenski, em frente ao mosteiro São Miguel das Cúpulas Douradas, em Kiev Dimitar Dilkoff - 20.fev.23/AFP

Joe Biden arrisca capital político com aposta agressiva na Guerra da Ucrânia

Apoio a envio de assistência a Kiev desidrata entre americanos, enquanto oposição contra-ataca

Thiago Amâncio

WASHINGTON Ao longo de semanas entre o fim de 2021 e o começo de 2022, enquanto a maior parte do mundo duvidava, Joe Biden alertou que a Rússia preparava uma invasão da Ucrânia. Depois que a ameaça se concretizou, há um ano, o presidente dos EUA empenhou assistência militar e financeira recorde para Kiev.

Mais recentemente, tomou um trem de 10 horas para uma zona de guerra da qual Washington não tem domínio para manifestar apoio e tirar fotos com o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski.

Ainda que com certa precaução para evitar o que pode ser visto como interferência direta na guerra, Biden entrou de cabeça no conflito como o principal aliado de Kiev para conter o avanço de Moscou.

Tudo isso ao mesmo tempo em que se movimentam as peças do xadrez para a Casa Branca em 2024 e cresce a oposição ao esforço empenhado pelo democrata em uma guerra do outro lado do mundo. Biden não esconde o encantamento com Zelenski, repete que está com a Ucrânia "enquanto for preciso" e voltou de Kiev dizendo que seu coração ficou na cidade.

Enquanto isso, a campanha de seu principal adversário, o republicano Donald Trump, acusa-o de se importar mais com a guerra do que com o povo americano e explora a inflação, o medo da recessão e as falhas na resposta ao acidente de trem em Ohio que carregava carga tóxica. Há a expectativa de que Biden anuncie nas próximas semanas que vai concorrer à reeleição no ano que vem, e pesquisas apontam que vem caindo o apoio dos americanos à assistência à Ucrânia.

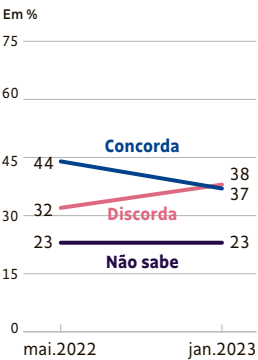
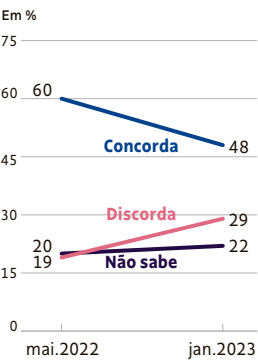
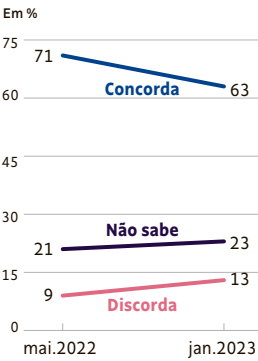
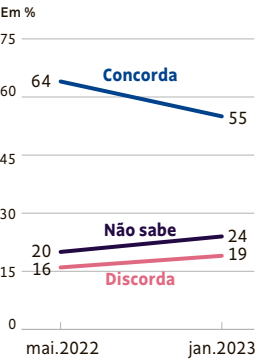
Em janeiro, 37% dos americanos concordavam com o envio de fundos à Europa, segundo pesquisa da Associated Press, contra 44% em maio passado. Empate na margem de erro com os 38% que discordam. A queda na aprovação do fornecimento de armas é maior: de 60% a 48%.

Outra pesquisa, do instituto Gallup, apontou que cresceu de 7% para 22% entre março de 2022 e janeiro de 2023 a parcela dos que acreditavam que o governo estava dando apoio demais para a Ucrânia.

O apoio, afinal, custa caro. O Congresso americano já autorizou o envio de US$ 113 bilhões (R$ 586 bi) em ajuda militar e outros tipos de assistência, segundo dados do Comitê por um Orçamento Federal Responsável. Do total, US$ 67 bilhões foram para fins militares, e o restante para ações como apoio econômico e ajuda humanitária.

É muito mais, por exemplo, do que os US$ 30 bilhões estimados pelo governo por ano para aliviar a dívida estudantil. Também muito superior ao enviado a outros parceiros dos EUA como Israel, que recebeu US$ 3,3 bilhões em 2020; Afeganistão (antes da tomada do grupo fundamentalista Talibã), com US$ 2,8 bilhões; e Egito, US$ 1,3 bilhão, de acordo com números do Council on Foreign Relations.

É na Câmara onde o apoio é mais questionado. O presidente da Casa, o republicano Kevin McCarthy, diz que não quer dar "cheques sem fundo" para Kiev. Já o deputado da Flórida Matt Gaetz apresentou um projeto do que chamou de "Resolução da Fadiga com a Ucrânia", para "expressar o entendimento de que os EUA devem acabar com a ajuda militar e financeira a Kiev."

Apoio aos EUA na Guerra da Ucrânia

Fonte: AP-NORC Center for Public Affairs Research

> Sempre haverá risco para o político que foca a política externa, especialmente gastando muito dinheiro na defesa de outro país
>
> **Ken Kollman**
> professor da Universidade de Michigan

Para o cientista político Ken Kollman, professor da Universidade de Michigan, "sempre haverá risco para o político que foca a política externa, especialmente gastando muito dinheiro na defesa de outro país". Mas ainda há suficiente apoio entre eleitores e dentro dos partidos para que a assistência encabeçada por Biden seja considerada arriscada politicamente. "Isso pode mudar. Se os EUA entrarem em recessão, terão mais vozes questionando por que estamos gastando dinheiro com isso, mandando dinheiro para o exterior, em vez de apoiar o povo. Mas acredito que hoje a assistência está em sincronia com a visão mainstream nos partidos políticos e no público."

Christopher Johnson, porta-voz do Departamento de Estado, defende à **Folha** que "fortalecer os valores democráticos no mundo é muito importante para o povo americano" e que políticas internas e externas não são excludentes.

"O governo Biden-Harris sempre trabalha para ajudar o povo americano. Temos várias linhas de atuação, com elementos internacionais e domésticos, com o mesmo objetivo. E achamos muito importante chamar atenção da comunidade internacional para terminar com esta guerra."

A Ucrânia já era um tema complexo para Biden antes da guerra, em uma controvérsia envolvendo o período em que foi vice de Barack Obama, que resultaria no primeiro pedido de impeachment de Trump.

A história envolve Hunter Biden, filho do presidente, contratado em 2014 para o corpo de diretores da companhia de energia ucraniana Burisma, do oligarca Mikola Zlochevski, envolvido em uma série de suspeitas de corrupção. Uma investigação do Senado em 2020 apontou que Hunter e um sócio "formaram um relacionamento financeiro consistente e significativo" com Zlochevski e receberam milhões em transações de pessoas acusadas de corrupção.

Entre 2015 e 2016, o procurador-geral da Ucrânia era Viktor Shokin, que investigava Zlochevski. Mas o próprio Shokin era suspeito de corrupção, e houve uma campanha internacional para afastá-lo. Biden foi acusado por republicanos de pressionar pela saída de Shokin do cargo para barrar a apuração contra o filho. A investigação do Senado americano sobre o caso, embora aponte problemas de Hunter na Ucrânia, não encontrou indícios de que seu pai cometeu irregularidades.

Republicanos ficaram na cola do democrata e, em julho de 2019, Donald Trump ligou para Zelenski, à época um outsider recém-eleito, e pediu que investigasse Hunter, condicionando a isso o envio de recursos ao país. O episódio ricocheteou de forma negativa: Biden não foi punido por suposto favorecimento de seu filho, mas Trump sofreu impeachment na Câmara (barrado no Senado) pelo telefonema.

A dias da eleição de 2020, que Biden venceria, o New York Post publicou reportagens com emails vazados que mostravam que Hunter apresentou seu pai em 2015, à época vice-presidente dos EUA, a um executivo da Burisma, em um suposto conflito de interesses, mas o caso não ganhou tração depois que a reportagem foi abafada por redes sociais e classificada por jornais locais como "desinformação russa" —depois, as companhias voltaram atrás e admitiram a veracidade do material.

O esforço de Joe Biden como uma espécie de patrocinador da liberdade ucraniana deve dar ao país um novo significado na biografia do presidente americano, caso concorra realmente na próxima eleição.

Tragédia humanitária em Darién

O que é necessário para que o mundo se comova com o drama dos migrantes?

Sylvia Colombo

Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da Folha em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Uma das piores crises humanitárias do mundo ocorre em silêncio, meio escondida do noticiários. Ocorre numa das florestas mais inóspitas das Américas, de mato fechado e rios de volumes caprichosos —em alguns momentos, estão num nível baixo que dão a sensação de que são caminháveis, noutros, repentinamente crescem, arrastam e afogam migrantes.

A lista dos perigos do Darién, que se estende do departamento de Chocó, na Colômbia, até a região do Darién, no Panamá, é enorme: saqueadores, crime organizado, ataques sexuais, sequestros para tráfico humano, extorsão. Migrantes também se ferem, a tiros ou tentando atravessar obstáculos.

Sem assistência médica, perdem partes do corpo ou mesmo a vida. Sem cifras oficiais, há que se apoiar no relato de famílias que chegam pela metade, de jornalistas ou de integrantes de ONGs de direitos humanos. Eles dão conta de que, no caminho, há vários cadáveres, ou pedaços deles, ao léu.

Por muitos anos, o Darién foi tão difícil de atravessar que era descartado por migrantes. Mas o nível de desespero aumentou, e agora vale tudo para chegar, com sorte, ao Panamá —e daí seguir viagem aos EUA. Como em toda fronteira com essas características, há coiotes, pessoas que cobram para "ajudar" a realizar a travessia, mas que saqueiam os migrantes e estupram as mulheres.

A fome também bate. Não dá para levar muita coisa quando é preciso caminhar por mais de 12 dias na selva. Às vezes mais, quando crianças ou idosos acompanham o trajeto, o que é comum. São 112 km. O desespero para chegar faz com que muitos evitem dormir, tamanho o medo de ficar ali.

*"A crise no Darién resulta de uma rede de violações: a privação de direitos fundamentais em países como Venezuela, Cuba e Haiti, uma política migratória abusiva dos EUA e a falta de medidas sérias de proteção e assistência humanitária entre Colômbia e Panamá", afirma à **Folha** Juan Pappier, da ONG Human Rights Watch.*

*Não há contagem do número dos que saem do lado colombiano. Trata-se de um desses espaços em que praticamente não há presença do Estado devido ao crime organizado. Iván Velázquez, ministro da Defesa da Colômbia, disse à **Folha** considerar que o governo de fato não está presente ali. Do lado panamenho, existe algum controle, albergues e certo atendimento. Também há ônibus, que levam as pessoas rapidamente às fronteiras seguintes.*

As cifras de 2022 mostram que chegaram vivos 248 mil migrantes. Em maior número, são venezuelanos, haitianos e cubanos. A rota tem sido usada por asiáticos e migrantes de países africanos. Segundo o Unicef, o ano de 2022 bateu outro recorde: foram 900 menores de idade que chegaram ao outro lado. Muitos deixaram os pais pelo trajeto, vítimas de doenças ou violência.

O Darién se apresenta não só como um problema migratório para os Estados Unidos, que assim enxergam a situação, mas como uma tragédia humanitária. Um sinal de que vivemos num mundo em que muitos são excluídos de seus países, seja por política, fome, raça —pessoas com as quais todos os Estados estão em dívida. O que será da geração de crianças que chegam ao outro lado com as sequelas dessa travessia, muitos deles após perder os pais na selva? O que é necessário para que o mundo se comova com esse drama?

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Cautela da Alemanha reflete parte do dilema europeu no conflito

Dos US$ 150 bilhões enviados em ajuda a Kiev, US$ 14 bi vieram de Berlim; premiê Olaf Scholz vira meme online

Igor Gielow

SÃO PAULO "Scholzar (verbo): comunicar boas intenções apenas para usar/achar/inventar qualquer razão imaginável parar atrasá-las e/ou evitar que aconteçam."

O neologismo ("scholzing" no original em inglês), meme de internet criado na Ucrânia e tornado célebre ao ser retuitado pelo historiador britânico Thimoty Garton Ash, incorretamente tratado pelo premiê Olaf Scholz como o autor da brincadeira, resume bem a percepção mundial acerca da cautela alemã durante a Guerra da Ucrânia.

Quando Ash o postou e recebeu mais de 1 milhão de visualizações, Scholz estava sob pressão para que liberasse o emprego de tanques alemães Leopard-2 pela Ucrânia —os seus e os de terceiros, dado que o modelo é o mais usado na Europa, com 2.300 unidades. Acabou topando, com meros 14 tanques de seu próprio arsenal, e cobrando que outros façam o mesmo. Foi visto, novamente, como pouco. Afinal de contas, foi Scholz que proferiu um discurso histórico três dias depois da invasão falando que o mundo passava por uma "Zeitenwende", ou "virada de época" em alemão.

Anunciou um fundo extra de defesa de US$ 107 bilhões para 2022, praticamente triplicando seu orçamento militar, e prometeu encerrar a dependência energética russa estabelecida por seus antecessores Gerhard Schröder e Angela Merkel —o primeiro se viu exposto com lobista de Putin, e a última, incensada como estadista, tem escapado de críticas mais duras.

"A Alemanha passou por uma enorme mudança em sua segurança energética, embora esteja longe de ser independente da Rússia. Mas a história sobre a modernização da defesa permanece a mesma", diz o analista Ryan Bridges, da consultoria Geopolitical Futures.

A falta de resultados no campo militar derrubou no começo deste ano a ministra da Defesa Christine Lembrecht. Ela deu lugar ao falante Boris Pistorius, que levou à frente o anúncio dos tanques, mas só. A posição de Scholz, defendida pelo próprio na Conferência de Segurança de Munique no fim de semana passado, reflete a das economias mais desenvolvidas da União Europeia —a beligerância estimulada por Estados Unidos encontra mais eco nos países do Leste Europeu, como a Polônia, e no "ex-europeu" Reino Unido.

Caiu a quase zero a compra de gás russo pelos alemães, em um processo que preocupa especialistas pelo custo: o país gastou bilhões de euros para encher tanques para enfrentar um inverno que se mostrou bem mais quente do que o previsto e colocou de pé uma usina flutuante para reconverter gás liquefeito importado do Oriente Médio.

Apesar das queixas em Kiev, onde Berlim é vista como leniente com Moscou, a Alemanha é o segundo país mais comprometido com ajuda aos ucranianos. Segundo o mais recente levantamento do Instituto para a Economia Mundial de Kiel, divulgado na última terça-feira (21), até o dia 15 de janeiro 41 doadores enviaram US$ 153,4 bilhões para a Ucrânia em ajuda militar, financeira e humanitária.

Maior potência mundial, os EUA lideram com folga o ranking, com US$ 78,2 bilhões doados, o grosso em armamento (US$ 47,3 bi). Berlim vem a seguir, bem atrás, com US$ 14,2 bilhões —cerca da metade na forma de repasses à UE que acabaram em Kiev. Em proporção do PIB, os países se equivalem, doando 0,4%, embora 0,2% do esforço alemão já estivesse nos cofres europeus. A UE, como instituição multinacional, é o segundo maior apoiador da Ucrânia, com US$ 58,4 bilhões enviados, a maioria em ajuda financeira.

> A hesitação europeia no primeiro ano da guerra é um fenômeno notável, especialmente porque os recursos financeiros podem ser rapidamente mobilizados
>
> **Christoph Trebesch**
> membro do Instituto para a Economia Mundial de Kiel

Aqui a rixa europeia se acentua ao analisar o caso da França, cujo presidente, Emmanuel Macron, busca sempre o protagonismo ao falar sobre a guerra. Paris gastou 0,07% de seu PIB, ou US$ 1,78 bilhão, de recursos orçamentários enviando ajuda (US$ 700 bilhões em armas), somando na conta final mais 0,2% do PIB (US$ 6,39 bilhões) que teria de pagar à UE de todo modo.

Nominalmente, a soma coloca os franceses como quartos maiores doadores individuais. Londres vem em terceiro, empregando US$ 8,9 bilhões. Isso tudo qualifica um pouco o debate, mantendo a razão com os críticos que veem na Ucrânia uma guerra por procuração entre EUA e Putin.

"Os americanos estabelecem o ritmo. A hesitação europeia no primeiro ano da guerra é um fenômeno notável, especialmente porque os recursos financeiros podem ser rapidamente mobilizados. Isso se demonstra no grande montante de fundos que a UE mobilizou para amortecer o choque dos preços de energia", escreveu Christoph Trebesch, coordenador do Monitor de Apoio à Ucrânia do instituto.

Para o analista Bridges, "os sonhos de uma acomodação com a Rússia acabaram, e a Alemanha está mais consciente do risco de depender de Estados autoritários". Ao mesmo tempo, renova seus laços com a China, uma aliada de Putin. "A Alemanha está apostando contra o 'Zeitenwende'."

Por ora, a população parece apoiar Scholz, apesar das dificuldades políticas internas. Até sua "virada de época" colou: a Sociedade da Língua Alemã a elegeu palavra do ano de 2022. Isso dito, a realidade mostra que o verbo "scholzar" ainda tem uma ressonância maior fora das fronteiras alemãs, justa ou injustamente, em especial quando se vê os números da França, rival histórica e sócia da Alemanha na construção da União Europeia. Concordância apenas no temor reverencial que os americanos têm perdido da Rússia, cortesia de quatro décadas sob a mira nuclear constante da União Soviética.

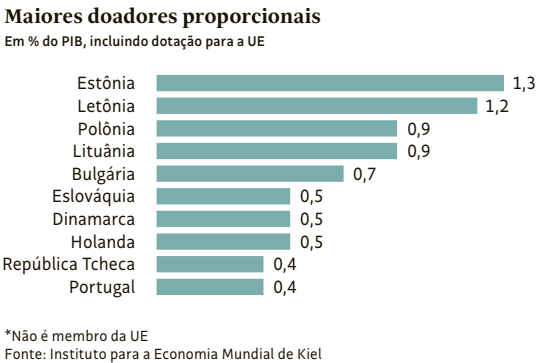
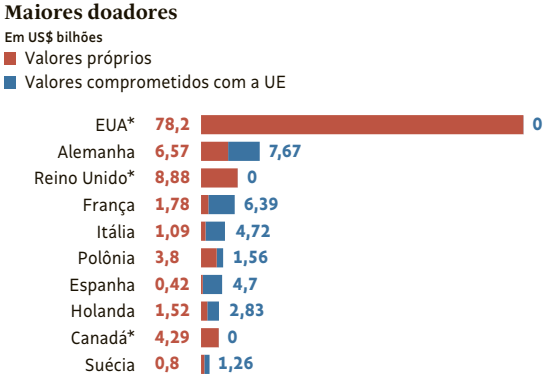
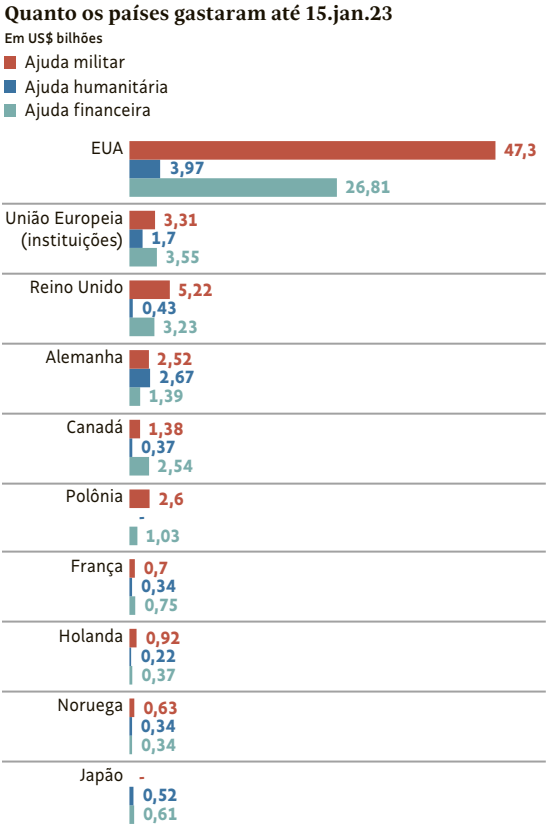
Meme com o premiê Olaf Scholz Reprodução/Twitter

Apoio à Ucrânia

Quanto os países gastaram até 15.jan.23
Em US$ bilhões
Ajuda militar
Ajuda humanitária
Ajuda financeira

Maiores doadores
Em US$ bilhões
Valores próprios
Valores comprometidos com a UE

Maiores doadores proporcionais
Em % do PIB, incluindo dotação para a UE

*Não é membro da UE
Fonte: Instituto para a Economia Mundial de Kiel

Biden diz não acreditar que China enviará armas à Rússia para a guerra

SÃO PAULO Em aparente tentativa de diminuir tensões com a China, o presidente dos EUA, Joe Biden, disse que não acredita em uma "iniciativa importante" por parte de Pequim para fornecer armas à Rússia para uso na Guerra da Ucrânia.

O comentário foi feito após o secretário de Estado Antony Blinken afirmar que o regime considerava "fornecer apoio letal" a Moscou, o que Pequim negou.

Biden disse em entrevista ao canal americano ABC News exibida na sexta (24) que, durante uma conversa com o líder chinês, Xi Jinping, deixou claro que Pequim sofreria retaliações se decidisse fornecer armas a Moscou. "Mas não vimos isso até o momento. Não prevejo uma grande iniciativa por parte da China para fornecer armamento à Rússia."

Biden e Xi tiveram no ano passado o primeiro encontro presencial desde a eleição do democrata, em Bali, na véspera da cúpula do G20. "E eu disse [a Xi Jinping]: 'Se você apoiar a brutalidade que está acontecendo, você pode enfrentar as mesmas consequências'", disse Biden na entrevista exibida nesta sexta.

O americano afirma ter enfatizado ao chinês que, após o início da guerra no Leste Europeu, cerca de 600 empresas americanas deixaram a Rússia sem "qualquer pressão do governo".

Aliados da Ucrânia tentam impor sanções e proibições comerciais para sufocar a capacidade de Moscou de adquirir mais armas ou produzi-las com material importado. Mas, neste sábado (25), membros do G20 não chegaram a um acordo para uma declaração conjunta devido a impasses relacionados à guerra. Enquanto a maior parte dos países condenou a ofensiva de Moscou, a China se recusou a assinar o documento. A falta de consenso na reunião com os chefes de Finanças dos países-membros fez com que a Índia, que preside o encontro, recorresse à emissão do "resumo do presidente", documento que apenas registra os dois dias das conversas.

"A maioria dos membros condenou a guerra e enfatizou que o conflito causa imenso sofrimento humano, além de exacerbar as fragilidades da economia global", diz trecho do texto.

Com AFP e Reuters

Prédios de Hong Kong vistos da região do Victoria Peak Peter Parks - 21.fev.23/AFP

China vai crescer e ficar mais fechada sob Xi, diz jornalista

Wang Xiangwei não vê Pequim pronta para consequências de tomar Taiwan

ENTREVISTA
WANG XIANGWEI

Nelson de Sá

HONG KONG Ex-editor e hoje colunista do principal jornal de Hong Kong, Wang Xiangwei prevê que a China adotará uma meta de pelo menos 6% de crescimento para este ano e redobrará a atenção aos laços com a América Latina, onde, diz ele, "a reputação dos EUA não é muito boa".

"Seu presidente é um bom amigo de Xi Jinping", afirma o jornalista do honconguês South China Morning Post sobre a visita de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Pequim anunciada para o final de março. "A relação comercial da China com o Brasil ficará mais forte."

Por outro lado, "Pequim agora quer ser simpática aos Estados Unidos e à Europa, concentrar-se no crescimento, mas os EUA permitirão que faça isso?", pergunta ele. Wang não espera, porém, conflito em torno da ilha de Taiwan nos próximos dez anos.

De volta a Hong Kong depois de passar três anos na capital chinesa durante a pandemia de coronavírus, ele projeta uma China continental "cada vez mais fechada" e diz que já "está difícil conseguir alguém para falar sobre política chinesa, todo mundo tem medo".

*

Por que projeta que a China crescerá rapidamente agora? A economia chinesa continuará a crescer sobretudo pelo fato de que ainda há potencial. Desacelerou por causa das restrições da Covid zero, agora suspensas. No ano passado, a economia cresceu 3%. Em março, a China estabelecerá uma meta de pelo menos 6%. Eles querem dobrar. Vai crescer, em parte porque a base do ano passado foi baixa. Ainda há muito potencial de crescimento que não foi liberado.

Na China, o consumo individual responde por 40%, 50% do PIB. Nos EUA e no Japão, a proporção é de 70%. Isso mostra que a China está fazendo a transição de um motor comandado por investimentos para um motor de consumo. O país quer impulsionar um modelo comandado por inovação, está investindo em setores de ciência e tecnologia. De novo, vai liberar mais potencial de crescimento.

E quanto às pressões externas? A China tem o ambiente internacional mais desafiador desde 1989. Os problemas com os EUA e com a Europa continuarão. Mas acredito que, nos próximos dois ou três anos, Pequim suavizará sua diplomacia de "lobo guerreiro", vai se tornar mais amigável. Uma das razões pelas quais o país adotou essa diplomacia foi a política interna. Como Xi queria assegurar seu terceiro mandato, ele foi muito nacionalista. Falou coisas destinadas ao público interno que deixaram as pessoas fora da China nervosas.

O presidente brasileiro está vindo no final de março. A economia chinesa vai se recuperar, e seu presidente é um bom amigo de Xi. A relação comercial da China com o Brasil também ficará mais forte.

Quais serão as regiões focadas para a China desenvolver comércio? A China nos próximos anos vai estreitar relações com os países da América Latina e do Sudeste Asiático. A Asean [Associação de Nações do Sudeste Asiático] como bloco já se tornou o maior parceiro comercial da China.

O país tem tensões geopolíticas com a Europa e os EUA, por isso também tentará estreitar relações com o Brasil e a América Latina. O Brasil, da perspectiva de Pequim, pode ser um ator importante na Iniciativa do Cinturão e Rota. Quando seu presidente visitar Pequim, haverá muitos acordos assinados. Do ponto de vista da China, a América Latina é a região onde se pode competir com os EUA por influência. A reputação americana na região não é muito boa. Também a África, que se tornou fonte de matérias-primas.

Em sua escrita, o sr. se revela um otimista. Sei que tem havido pessimismo sobre a China e Hong Kong. Não concordo. Acredito que tanto a economia da China quanto a de Hong Kong vão melhorar. No entanto, o problema é se os EUA permitirão que a China faça isso. Na mente de muitas autoridades americanas, por causa da Covid zero e de políticas anteriores de Xi, a China é fraca. Pequim agora quer ser simpática aos EUA e à Europa, quer se concentrar no crescimento, mas os EUA permitirão que faça isso?

Wang Xiangwei
Nascido na China continental, começou no South China Morning Post em 1996. Foi repórter, editor e editor-chefe, até 2016, quando iniciou uma coluna. É professor de jornalismo na Universidade Batista de Hong Kong.

> Os EUA fazem propaganda belicista [sobre a invasão de Taiwan]. A China tem capacidade, mas teme o que virá depois. Todos vimos o caso da Rússia
>
> **Wang Xiangwei**
> jornalista chinês

Há uma questão maior em torno disso. Haverá conflito militar sobre Taiwan? Se falar com generais de Taiwan, eles dirão que não acreditam que um conflito aconteça. São os generais dos EUA que dizem que Pequim provavelmente atacará em 2025 ou 2027, o centenário da fundação do Exército de Libertação Popular. Querem assustar o Congresso americano para lhes dar mais financiamento. Militares e think tanks dos EUA fazem propaganda belicista.

A China tem capacidade, o que teme é o que acontecerá depois. Todos vimos o que aconteceu com a Rússia, após a invasão da Ucrânia. A Rússia é um dos maiores produtores de grãos e de energia, então resiste às sanções ocidentais, mas a China, não. Metade de sua energia vem do exterior. Milhões trabalham para empresas estrangeiras. Se invadir Taiwan, acho que nos primeiros seis meses todo mundo vai festejar, "finalmente a China foi reunificada!". Mas o que acontece um ano depois? Empresas fechadas, pessoas sem emprego, vão continuar festejando? Acho que não.

A China está longe de estar pronta para lidar com as consequências. Não fará isso nos próximos dez anos, a menos que Taiwan declare independência, e não vejo Taiwan fazendo isso. Não é de seu interesse. Como seu governo falou, já é um país independente.

Sobre Hong Kong, li sua coluna mais recente. Retornei a Hong Kong no auge dos protestos do ano passado, quando estudantes saíram às ruas contra a Covid zero. Morei em Pequim como consultor editorial e colunista do South China Morning Post por três anos, escrevendo sobre China, e a vida era difícil. Não tínhamos ideia de quando as restrições seriam encerradas.

Todos especulamos que seria depois de março, depois que o Parlamento confirmasse o novo governo. O congresso do partido, que terminou em outubro, foi extremamente importante para Xi. Foi a primeira vez que ele decidiu tudo sozinho. Seu novo premiê e os novos ministros serão empossados em 15 de março, e ele não queria problemas e confusões. Mas então, de repente, no início de dezembro, a China reabriu. O protesto estudantil foi o gatilho. O povo chinês tinha sofrido demais.

Em Hong Kong, minha vida ficou muito mais fácil. Você pode ir a qualquer lugar, pode conversar com as pessoas. Mas todos ainda estão muito preocupados com o futuro político, porque a China impôs a Lei de Segurança Nacional em 2019, após os distúrbios. As pessoas saíram, muitos ricos se mudaram para Singapura.

Mas o sr. segue esperançoso com a cidade. Este ano marca o 30º aniversário do meu trabalho para mídias em inglês daqui. Passei por altos e baixos. Quando os tempos são bons para a China, Pequim precisa de Hong Kong; quando as coisas estão ruins para a China, Pequim precisa ainda mais de Hong Kong. A razão é que a China vai se tornar cada vez mais fechada politicamente. Agora nós temos Xi, que é mais poderoso do que qualquer outro líder nos últimos 70 anos. Ele está claramente levando a China para a esquerda. Politicamente, a China ficará mais fechada. Se você for para lá agora, achará muito difícil conseguir alguém para falar sobre política. Todo mundo tem medo.

O papel de Hong Kong como a ponte que liga a China ao resto do mundo está ficando mais importante. Não é do interesse da China transformar Hong Kong em mais uma cidade do continente. Pequim ainda quer que Hong Kong mantenha seu modo de vida capitalista. Se um empresário quiser entender melhor a China, Hong Kong ainda é o lugar certo. Singapura também é muito boa, mas fica a seis horas de Pequim. Hong Kong fica a duas horas e meia.

Qual é o papel do SCMP em relação à liberdade de imprensa? Ainda somos aquele jornal que quer ser a plataforma para obter informações independentes, confiáveis e perspicazes sobre a China. É o que temos feito nos últimos 20 anos. Acredito que é isso que o SCMP fará nos próximos anos. Todos os dias temos reportagens criticando o Partido Comunista. Ainda estamos aqui. Depois que o Apple Daily foi fechado, houve grande preocupação. Pequim percebeu, e as autoridades têm dito que respeitarão a liberdade de imprensa. Se Hong Kong continuará desfrutando de um alto grau de liberdade de imprensa, nós temos que esperar para ver.

Pequim deseja que Hong Kong continue sendo o centro financeiro da Ásia. Para que qualquer "hub" financeiro seja bem-sucedido, o livre fluxo de informações é vital.

Folha volta a ter correspondente na Ásia com posto na ilha de Taiwan

SÃO PAULO Após quase oito anos, a **Folha** volta a ter um correspondente na Ásia. O jornalista Nelson de Sá assume o posto em Taipé, capital de Taiwan, ilha que a China considera uma província rebelde.

No jornal desde 1985, Sá escreve a coluna Toda Mídia e, entre outras funções, já foi editorialista, correspondente em Nova York, crítico teatral e editor da Ilustrada. "Não é novidade que a região, dinâmica, concentra a população e o crescimento econômico no mundo, o que pretendo seguir agora mais de perto", diz. "Além de gigantes emergentes como China, Índia e Indonésia, devo focar o conflito crescente em torno de Taiwan e sua indústria de tecnologia."

Ele manterá a coluna Toda Mídia, que versa sobre a cobertura da imprensa no mundo, além de tecnologia e cultura. A seção está disponível no site da **Folha** e é publicada na versão impressa do jornal às segundas, quartas, sextas e sábados, na editoria de Mundo.

O conflito entre China e Taiwan remonta ao fim da Guerra Civil chinesa, em 1949, quando nacionalistas, liderados por Chiang Kai-shek, foram derrotados pelo Exército comunista de Mao Tsé-tung e fugiram para a ilha, onde criaram um regime capitalista autônomo.

Pequim vê a ilha como uma província chinesa e reivindica a reunificação de seu território. A demanda tem a chancela diplomática da política de "uma só China", segundo a qual, para ter relações com o gigante asiático, países precisam romper laços com Taipé.

Taiwan tem como principal ativo a liderança na produção de semicondutores, essenciais para a indústria eletrônica moderna — de celulares e carros a equipamentos militares.

O território é considerado uma democracia, com sua primeira eleição presidencial realizada em 1996. A atual presidente, Tsai Ing-wen, reeleita em 2020, não poderá disputar novamente devido ao limite do número de mandatos.

Em relação à liberdade de imprensa, Taiwan é um dos locais mais bem colocados no ranking da ONG Repórteres Sem Fronteiras, logrando a 38ª posição da lista de 2022.

Nelson de Sá publicou as coletâneas "Divers/idade" (Hucitec), "Diário da Corte" e "A Segunda Mais Antiga Profissão do Mundo" (Três Estrelas). Prepara uma biografia do diretor, ator e dramaturgo Zé Celso (Companhia das Letras).

mercado

Edifícios em construção na avenida Rebouças, uma das principais vias da zona oeste de São Paulo Eduardo Knapp - 16.jan.22/Folhapress

Setor produtivo vive ressaca e calibra expectativas com governo Lula 3

Reforma tributária e retomada de consumo são prioridades para indústria, comércio e serviços

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Representantes dos principais setores da economia brasileira têm demandas específicas para o primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas concordam com três pontos que devem estar entre as prioridades do país: crescimento econômico, aumento no poder de compra dos brasileiros e melhora no sistema de cobrança de impostos.

A apresentação da nova regra fiscal (que substitua o teto de gastos) até março, a redução dos juros e o controle da inflação estão no centro das atenções do setor produtivo. Representantes defendem ainda políticas que ampliem a competitividade da indústria nacional.

Passada a pandemia, setores que conseguiram manter bons resultados em 2020 e 2021 vivem uma ressaca e esperam a retomada do crescimento. No fim do ano passado, dados que medem a atividade econômica já mostravam uma perda de ritmo. O nível de emprego melhorou, mas a renda média engatou trajetória de queda em 2021 e chegou aos menores patamares da década. O desafio agora é crescer mesmo com tantos obstáculos.

O setor de eletroeletrônicos é um dos que não conseguiu um bom resultado em 2022 nem com a Copa do Mundo, chamariz para a venda de televisores, segundo a Eletros (Associação Nacional dos Fabricantes de Eletroeletrônicos).

Desde o início da pandemia, os lares precisaram ser adaptados para o trabalho remoto, o que impulsionou as vendas, mas o fim de 2021 anunciava que a bonança acabaria.

No segmento de ar-condicionado, a associação projeta queda de 60% e, entre os refrigeradores, de 13%. Para as TVs, José Jorge do Nascimento, presidente-executivo da Eletros, diz que, com esforço, o setor deve empatar com 2021, ano sem qualquer impulsionador.

A avaliação no setor é de que o presidente Lula precisará garantir, já no primeiro ano, bons resultados. "Ele não poderá errar e terá a obrigação de adotar medidas de reaquecimento da economia", diz.

Apesar de haver consenso de que a cobrança de impostos tem que mudar, a reforma tributária é vista de maneiras diferentes de acordo com o setor e mesmo entre os segmentos industriais.

O diretor-executivo da Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil), Edmundo Lima, destaca a complexidade na gestão dos impostos estaduais, o ICMS.

"Uma empresa do varejo que atue em todos os estados tem que lidar com dezenas de alíquotas de ICMS. É tudo muito complexo. A unificação de alíquotas e a simplificação é muito importante para nós", afirma.

A Abvtex representa nomes como Arezzo&CO (Anacapri, Reserva, Arezzo, Alexandre Birman), C&A, Centauro, Riachuelo, Dafiti, Malwee, Marisa, Renner, e os grupos Soma (Animale, Farm, Hering, Cris Barros, NV) e InBrands (Ellus, Richards, Bobstore, VR, Herchcovitch;Alexandre e Salinas).

Na indústria, a reorganização e simplificação tributária é tida como fator essencial para a reindustrialização. "A indústria passou de 27% do PIB para menos 11%. Claro, serviços e agronegócio cresceram, mas nós fundamentalmente perdemos competitividade. Aí o grande item da pauta é o custo Brasil e, nisso, o grande tema é a reforma tributária", diz Marco Polo de Mello Lopes, coordenador da Coalizão Indústria.

O grupo reúne entidades de 14 setores, entre eles a Aço Brasil (da qual Marco Polo é presidente-executivo), Eletros e fabricantes de plástico, máquinas, brinquedos e a indústria da construção.

"Temos uma agenda Brasil que atende a todos e todos os setores abriram mão das suas reivindicações específicas", diz Marco Polo. Na sexta (17), o grupo se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e apresentou as pautas conjuntas do setor. Além de tributos, demandas sobre transição energética e financiamento de exportações também foram tratadas.

A manutenção ou não do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) deve ser o ponto de discórdia entre a Eletros, o governo e outros setores (e mesmo na indústria).

Na base da Eletros há diversas fábricas instaladas na Zona Franca de Manaus. Atualmente, bens fabricados na região estão protegidos do corte de 35% do IPI. A medida tomada no governo Jair Bolsonaro (PL) atinge 4.000 produtos feitos em outras regiões e foi mantida pela nova gestão.

A Zona Franca tem como um seus diferenciais a isenção do IPI sobre bens lá produzidos e, se houvesse a redução do imposto em todo o país, essa vantagem diminuiria.

A blindagem pretendeu manter a competitividade desses produtos, tornando-os mais baratos que seus similares importados. As propostas mais avançadas de reforma tributária acabam com o IPI.

Para a Eletros, a vantagem tributária da Zona Franca precisa ser mantida. O segmento mantém ainda outros pontos de atenção sobre a reforma tributária, como o período de transição e a situação de estados e municípios que investiram em polos industriais.

"Há estados em que o benefício tributário aumenta conforme a distância com a capital. A reforma precisa entender essas particularidades regionais, não podemos acabar preterindo estados e regiões."

Para Marco Polo de Mello Lopes, da Aço Brasil, das siderúrgicas, é essencial acabar com a cumulatividade de impostos. "Temos um regime que você fica com uma conta de débito, outra de crédito e, quando vai exportar, fica um resíduo tributário muito forte, de 6,5%, em média, e de 7% para a siderurgia", afirma.

Ele defende o aumento da alíquota do Reintegra, mecanismo de compensação tributária de exportações, hoje em 0,1% (já foi de 3%). O ajuste seria um paliativo, diz, enquanto a reforma não é aprovada.

"Onde a gente deveria ter o melhor resultado em exportações, que é a balança comercial de manufaturados, que tem o maior valor agregado, mais que minério ou soja, acumulamos déficit", afirma. Esse déficit, diz ele, saiu de US$ 78 bilhões em 2020 para US$ 128 bilhões, em 2022.

A pauta conjunta da indústria inclui o alongamento no pagamento de impostos. Como é hoje, o prazo para recebimento de vendas costuma ser maior do que o de recolhimento de tributos. "Principalmente nas pequenas e médias indústrias, ele [o empresário] tem de recorrer aos bancos. O que a gente vem propondo também aos estados é para que haja uma compatibilidade entre os prazos."

Varejo quer fiscalização de concorrentes internacionais

A tributação do ecommerce e o enfrentamento a plataformas estrangeiras (como a Shein) são pontos de destaque entre as reivindicações do varejo têxtil. A Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil) é outra crítica à insuficiência da fiscalização sobre essas empresas. O setor aponta para uma falta de isonomia na tributação.

Enquanto as empresas brasileiras estão sujeitas a impostos em todas as etapas, as plataformas estariam usando o benefício de isenção para trocas entre pessoas físicas para evitar o imposto de importação (se cobrado do cliente em todas as operações, tornaria os produtos mais caros).

O outro problema, segundo a Abvtex, é etiquetagem e segurança, normas às quais o varejo é obrigado a atender. "A partir de testes que fizemos e de conversas com consumidores, entendemos que não há o cumprimento dessas normas."

As varejistas de moda querem discutir o imposto para importação. Lima diz que a tarifação subiu de 20% para 35% em 2007. Na época, veio de uma pressão da indústria e seria temporário. "Era um tempo para que a indústria investisse e se tornasse mais competitiva, mas a alíquota nunca mais voltou." A média internacional desse tipo de imposto fica entre 16% e 18%.

O modo como o governo Lula enfrentará temas como emprego e renda será importante para o varejo têxtil, diz Edmundo Lima, da Abvtex.

"Há expectativa que trate a questão social com mais força, pois foi o discurso ao longo de toda a campanha. Para a gente, é importante não só em relação ao emprego, mas na manutenção de benefícios e a na valorização do salário mínimo", afirma.

Para Ivo Dall'Acqua Júnior, vice-presidente da FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo), o nível de confiança do consumidor está baixo. O ano começou com "sacolejos" no varejo (com Americanas e outras grandes redes relatando dificuldades financeiras).

"Percebemos que o consumidor está cauteloso, mas há um otimismo porque parece que o cenário vai se definindo e parece que a economia vai caminhar", afirma.

A Eletros avalia existir uma crise do consumo, que precisa ser enfrentada com geração de emprego e distribuição de renda.

Na indústria da construção, medidas tomadas pelo governo nestes primeiros dias foram bem recebidas, como o Minha Casa, Minha Vida.

A Abrainc (associação das incorporadoras) diz que o programa será fundamental no desempenho do setor. A Cbic (câmara da indústria da construção) elogiou a intenção de acabar com saques anuais do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O setor, que viu seus resultados dispararem na pandemia, quando o ambiente doméstico passou a receber ainda mais atenção, agora se espreme diante da alta dos juros.

No agronegócio, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) diz que as expectativas são as mesmas do período eleitoral. Documento endereçado aos "próximos governantes" trata de questões como segurança alimentar, desenvolvimento econômico, social e sustentável.

O setor está irritado com o que considera ter sido o esvaziamento do Ministério da Agricultura, e dos acenos do novo governo a pautas ambientais.

+ Propostas mais avançadas para a reforma

PEC 45 - RELATÓRIO DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO
- Substitui PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um Imposto sobre Bens e Serviços e um Imposto Seletivo sobre cigarros e bebidas alcoólicas
- Transição de seis anos em duas fases, uma federal e outra com ICMS e ISS
- Substitui a desoneração da cesta básica por devolução de imposto para famílias de menor renda

PEC 110 - RELATÓRIO SENADOR ROBERTO ROCHA
- Cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com fusão do PIS e Cofins
- Criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), com fusão do ICMS e ISS
- Substitui IPI por imposto sobre itens prejudiciais à saúde e meio ambiente
- Restituição de tributos a famílias de baixa renda

PL 3887/2020 - DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA
- Criação da CBS com fusão do PIS e Cofins
- Mantida regra atual de desoneração da cesta básica

PL 2337/2021 - TEXTO APROVADO NA CÂMARA
- Isenção do IRPF na faixa até R$ 2.500 e correção de média de 13% nas demais faixas
- Desconto simplificado de até R$ 10.563,60 (hoje, limite é de R$ 16.754,34)
- Tributação de dividendos, com isenção para o Simples e lucro presumido
- Corte da alíquota-base do IRPJ de 15% para 8%
- Corte da CSLL em até 1 ponto percentual

Fontes: Câmara dos Deputados e Senado Federal

PAINEL S.A. | Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Edu Lyra

Brasil precisa ver tragédia no litoral como momento de reflexão moral e ética

SÃO PAULO O fundador da Gerando Falcões, Edu Lyra, — que poucas horas depois da catástrofe no litoral paulista divulgou uma campanha de doação que já chegou a R$ 9 milhões, sendo R$ 1 milhão do caixa da ONG— afirma que a sociedade precisa se unir em um pacto e criar uma estratégia com metas para impedir a repetição da tragédia.

"O Brasil tem que virar a página de omissão e desprezo aos pobres", afirma.

*

Quando o sr. decidiu ir para o local da tragédia e reunir ajuda? Estava em casa com minha família [no domingo de manhã] quando vi a primeira notícia. Me acendeu o radar porque é uma região de muito risco. Desde o começo da época de chuvas, a Gerando Falcões estava atenta para captar possíveis desastres.

Entramos em contato com as comunidades e liguei para a dona Maria Antonia Civita, fundadora do Verdescola [ONG que atua na região], para entender o diagnóstico.

Nesse momento, entendi que tinha algo sério que precisava de uma ação emergencial e coloquei no ar a campanha. Comuniquei a sociedade. Quando cheguei na Vila Sahy, fui até o alto do morro e vi um cenário de destruição apocalíptico. Decidi ficar aqui. Estou com a comunidade local, tentando organizar a ajuda e vivenciando isso.

O sr. tem falado da urgência de repensar as cidades. Qual é o próximo passo? Isso deve ser encarado como a gota d'água. Milhões de brasileiros vivem em favelas em beira de encostas, lugares de altíssimo risco. O Brasil é um país rico. Precisamos adequar as cidades para esses eventos climáticos. Os ambientalistas mais experientes dizem que esse é o novo normal. As cidades não estão prontas. E os mais afetados serão os mais pobres, que têm como única opção morar nos lugares inadequados.

O país precisa enxergar essa grande catástrofe como um momento de profunda reflexão moral, ética e de futuro. Precisa criar um pacto social envolvendo estado, governos, terceiro setor, comunidades e iniciativa privada.

É preciso se levantar contra isso de forma estratégica, com um plano de 10 a 20 anos à frente, mas com metas mensais e trimestrais para criar uma via alternativa, se não, o Brasil vai, ano após ano, enterrar milhares e, talvez, milhões de pobres. A omissão pode ser tão destrutiva quanto a intenção de matar.

Os governantes têm diante de si a oportunidade de reescrever a história. Isso significa pedir perdão aos mais pobres. Ou a nossa geração vai carregar essa dívida.

O sr. esteve com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com o presidente Lula? Ela veio até a Vila Sahy. Eu estava aqui com a fundadora do Verdescola. O governador veio com a ministra. Ela foi atenciosa, dialogou com a população, assim como o governador. Ouviu e afirmou que está empenhada em buscar um caminho. Disse que, infelizmente, esse é o primeiro de uma série de eventos climáticos.

A sociedade vinha sendo avisada há décadas e não tomou as ações que deveria. Colhemos as consequências. Ele [o presidente Lula] esteve em São Sebastião. Ouviu também o diagnóstico local, os dramas, os estragos, e construiu um grupo de trabalho com o poder público local para atuar na reconstrução.

Quanto a Gerando Falcões já arrecadou? Muitas empresas estão aderindo? Na campanha Tamo Junto já foram R$ 9 milhões. No início, teve muito Pix de pessoa física. Depois do Carnaval, as empresas entraram de forma significativa. Desde iFood, Ambev, Bradesco, Localiza até associações empresariais. E tem muitas outras ONGs fazendo doações.

No campo, temos nossos agentes sociais, carros, também da Localiza, para fazer o escoamento e caçar gente que esteja com fome para dar dignidade no atendimento.

O que viu ao longo dos dias? Nunca vi coisa assim na minha vida. É como zona de guerra. Você é levado ao extremo da emoção humana sucessivas vezes durante o dia. Desaba chorando. Uma hora um chora e você consola, depois o outro te acolhe.

Vão chegando corpos. As famílias vendo. Quando tem o reconhecimento de um corpo é um desespero de mãe, de amigo. Vi gente infartando na minha frente. O espaço social é levado ao ápice do estresse humano.

Todos estão trabalhando sob um nível de estresse muito elevado. Alguns medicados, com calmante, gente com perna quebrada. No primeiro dia, não tinha infraestrutura, gaze, equipamento. Sala de aula virou necrotério. Cachorro no meio. Assustador.

Essa doação das empresas foi impulsionada pela experiência vista na pandemia? A sociedade criou melhores instrumentos de diálogo e mobilização. A ponta mobiliza melhor com o PIB hoje. Esse é um problema que não se resolve em três dias. Vai exigir colaboração entre todos os setores para reconstruir casas, transitórias e permanentes, tirar pessoas da área de risco.

O Brasil precisa encarar esse momento para remodelar a forma como lida com os mais pobres. Não é justo uma criança nascida em uma favela ser sentenciada a morrer soterrada. Temos que tirar a favela da lama. A sociedade civil deveria se unir em um pacto. Não podemos aceitar que mais um evento como esse enterre e humilhe pessoas.

O Brasil tem que virar a página de omissão e desprezo aos pobres. É o momento de reduzir desigualdades e salvar o planeta de uma catástrofe climática.

Raio-X
Fundador e CEO da Gerando Falcões, ONG que viabiliza projetos de impacto social em periferias, já foi selecionado pelo Fórum Econômico Mundial como um dos 15 jovens que podem mudar o mundo. Escreveu o livro "Jovens Falcões", foi um dos roteiristas do filme "Na Quebrada" e deu palestras em universidades como Harvard.

Vitrine de loja de calçados no shopping Center Norte, em São Paulo Rubens Cavallari - 21.dez.22/Folhapress

Desaceleração do país e inadimplência desafiam decisão do BC sobre juros

Ala de economistas vê necessidade de reavaliar cenário e reduzir taxa Selic; para outro grupo, fiscal e inflação ainda inspiram cautela

Idiana Tomazelli
Nathalia Garcia

BRASÍLIA Os riscos para a atividade econômica, o aumento da inadimplência e os sinais de maiores dificuldades financeiras enfrentadas por empresas devem desafiar a convicção do Banco Central sobre a manutenção do atual patamar de juros.

Para uma ala de economistas, os indícios mais recentes justificam uma reavaliação de cenário, de forma a antecipar o corte de juros com o objetivo de estabilizar a atividade, mesmo com a inflação ainda longe da meta.

Para outros, porém, o risco fiscal —traduzido na expansão de despesas e na ausência de diretrizes concretas sobre o novo arcabouço de gastos— e a inflação resiliente ainda falam mais alto e inspiram cautela, justificando a manutenção da política monetária.

Até pouco tempo atrás, o patamar de juros esteve na mira das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que chegou a defender publicamente um aumento na meta de inflação para abrir caminho à flexibilização do aperto monetário —a Selic está hoje em 13,75% ao ano— e ao crescimento da economia.

Nos últimos dias, o Ministério da Fazenda passou a emitir alertas mais contundentes sobre a possibilidade de uma crise de crédito no país.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que o governo e a equipe econômica estão focados em evitar uma crise de crédito e podem lançar mão de "políticas compensatórias", sem detalhar quais.

O próprio BC tem feito considerações sobre a desaceleração das concessões de crédito e da atividade econômica e sobre a alta na inadimplência nas atas das reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária) desde outubro.

Recentemente, o tema surgiu em conversas de membros da instituição com integrantes do mercado financeiro.

O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira), instância do BC focada na prevenção de riscos sistêmicos, também citou em relatório de novembro a existência de "incertezas a serem acompanhadas".

"O endividamento e o comprometimento de renda das famílias têm aumentado. [...]. No caso das pessoas jurídicas, observa-se o aumento dos ativos problemáticos nas empresas de menor porte. Assim, uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito", diz o documento.

A questão colocada por parte dos economistas é que, independentemente de eventual mudança na meta de inflação, o BC pode ser levado a cortar os juros num cenário em que a piora da economia torna o "custo da desinflação" demasiadamente elevado.

Quem concorda com essa avaliação elenca alguns fatores, como a alta na inadimplência de pessoas físicas e de empresas, a desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto) e as dificuldades financeiras de companhias, algumas das quais recorreram à proteção judicial para negociar dívidas.

Segundo dados do BC, a inadimplência de pessoas físicas em operações com recursos livres passou de 4,4% no fim de 2021 para 5,9% em dezembro de 2022. Para pessoas jurídicas, o indicador saiu de 1,5% para 2,1% no mesmo período.

O caso Americanas contribui ao ampliar a aversão dos bancos em conceder crédito.

"A forma como ele [Lula] abordou o assunto [dos juros] é ruim, mas no mérito talvez ele não esteja tão errado assim. É uma coisa nova, uma coisa que a gente está começando a enxergar e ficar preocupado", diz o economista Manoel Pires, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas).

Pires lembra que, na pandemia, o governo precisou estimular a tomada de crédito por empresas para que conseguissem ter caixa suficiente para honrar compromissos. Parte desses financiamentos foi tomada com Selic a 2% —11,75 pontos abaixo da atual.

O aumento considerável do custo já havia levado o governo anterior a prorrogar o prazo de pagamento de linhas como o Pronampe, voltado a micro e pequenas empresas. Ainda assim, muitas estão sem fôlego para bancar o custo financeiro dessas dívidas.

"No começo do ano, começou a acender um sinalzinho de alerta de que talvez a gente esteja com juros um pouco alto demais e que, eventualmente, essa ideia de fazer um pouso suave, desinflacionar a economia desacelerando para um PIB de 0,5% a 1%, talvez não seja tão certa. Pode ser que comece a adentrar numa situação de retração mais significativa de atividade", afirma Pires.

O Ibre/FGV projeta uma alta de 0,2% no PIB neste ano, mas isso considera o desempenho positivo da agropecuária. Sem esse impulso, já haveria uma recessão.

"Se isso for verdade, faz sentido discutir com o Banco Central alguma reavaliação do processo de desinflação para poder reduzir um pouco os juros", diz o economista.

Em entrevista ao blog do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) em janeiro, o economista Persio Arida, ex-presidente do BC, também disse acreditar em um movimento de corte nos juros.

"Diferentemente de outros analistas, penso que o próximo movimento do Banco Central deva ser na direção de iniciar um ciclo de baixa da taxa de juros. E por vários motivos: atividade econômica está fraquejando, temos uma crise de crédito latente e o real vem se valorizando", afirmou.

Ao Brazil Journal, ele esclareceu que não tinha opinião sobre o momento mais propício para reduzir a Selic, mas reforçou a ideia central do argumento. "Os sinais de desaceleração econômica me parecem muito claros, e cabe ao Banco Central o papel de estabilizar a economia", disse. Procurado, Persio preferiu não fazer comentários adicionais.

A LCA Consultores diz, em relatório desta semana, que "contornar o risco de eclosão de uma crise de crédito demanda cuidadosa ação das autoridades econômicas e dos maiores ofertantes de crédito". A instituição não descarta a possibilidade de o BC precisar recorrer a medidas emergenciais para ampliar a liquidez e irrigar mercados, de forma a evitar contágio da crise para o sistema financeiro.

"Uma contração aguda do crédito, ademais, poderia levar o Banco Central a antecipar um ciclo de redução da taxa básica Selic", diz o documento. A LCA pondera que o timing do corte de juros, hoje previsto para o fim de 2023, dependerá de perspectivas para contas públicas e da eventual revisão das metas de inflação.

O economista Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners e ex-secretário do Tesouro Nacional, tem visão divergente. Ele não vê espaço para redução da Selic antes de 2024 diante da política de expansão fiscal adotada pelo governo Lula em meio a um cenário de inflação resistente.

"O problema que nós temos é um desajuste da política macroeconômica. Também faz parte desse contexto a indefinição com a regra fiscal. O governo sequer tem convicção sobre voltar a tributar combustíveis", afirma.

"O problema que nós temos é um desajuste da política macroeconômica. Também faz parte desse contexto a indefinição com a regra fiscal. O governo sequer tem convicção sobre voltar a tributar combustíveis

Carlos Kawall
economista e ex-secretário do Tesouro Nacional

Ex-diretores da gestão Dilma são cotados para vaga no BC

Luiz Awazu da Silva e Tony Volpon estão entre nomes cogitados pelo governo

Julia Chaib e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cogita os nomes de Luiz Awazu Pereira da Silva e Tony Volpon, ex-diretores do Banco Central na gestão Dilma Rousseff (PT), para a diretoria de Política Monetária da instituição. O mandato do atual titular, Bruno Serra Fernandes, expira na próxima terça-feira (28).

A escolha do futuro diretor cabe ao chefe do Executivo, que protagonizou embates com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, nas últimas semanas. Aliados de Lula defendem um nome que seja "equilibrado".

Roberto Campos Neto, em evento da Febraban em São Paulo Mathilde Missioneiro - 25.dez.22/Folhapress

Apesar de o fim do mandato de Serra estar próximo, integrantes do governo acreditam que a decisão sobre quem será o novo membro da cúpula da instituição pode ser adiada. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), terá como prioridade resolver o impasse em torno da possibilidade de voltar a cobrar impostos federais sobre combustíveis, como gasolina e diesel.

Ministros e aliados no Palácio do Planalto avaliam que este deve ser o foco de Haddad e Lula para os próximos dias e que a decisão a respeito do BC só deve ser tomada depois.

Além do caso de Serra, o mandato do diretor de Fiscalização, Paulo Souza, também termina na próxima terça. A tendência é que ele seja reconduzido no cargo. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Campos Neto afirmou que o diretor tem intenção de permanecer por mais quatro anos.

"Ele [Paulo Souza] queria sair por motivos de saúde, melhorou e me disse que não quer mais sair. É um ótimo caso de recondução, mas de novo, a prerrogativa é do governo", disse.

Integrantes do BC demandam que o diretor de Fiscalização seja um nome de carreira do órgão, e o mais cotado é o próprio atual titular do cargo.

"A gente tem uma parte dos diretores que são muito mais técnicos e ligados a áreas que precisam de ter uma continuidade de gestão maior. Espero que isso tudo seja levado em consideração", ressaltou Campos Neto em dezembro.

Mesmo que não sejam reconduzidos, os diretores podem aguardar no cargo a nomeação dos novos membros. Serra sinalizou no início de fevereiro que ficará no posto até que seu substituto seja indicado pelo governo.

A lei da autonomia do Banco Central, aprovada em 2021, determinou que cabe ao presidente da República a indicação dos nomes dos diretores.

Posteriormente, eles passam por sabatina no Senado. A oficialização de quem assumirá a presidência da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) pesa sobre os próximos passos da discussão.

A ideia inicial do governo Lula era discutir a escolha com Campos Neto, que, por sua vez, tinha a expectativa de tomar uma decisão em consenso com a gestão Lula.

O presidente do BC chegou a iniciar conversas com economistas da iniciativa privada em busca de um novo nome para a diretoria de Política Monetária. Como mostrou a **Folha**, um dos sondados foi o economista Sandro Mazerino Sobral, líder de mercados do Santander Brasil. Segundo Campos Neto, a função exige uma interação grande com o mercado financeiro por lidar com câmbio e leilões.

"Precisa ser uma pessoa que tenha uma experiência técnica de mesa de operações. A única coisa que eu disse é que é importante ter uma pessoa que tenha essa experiência. Se precisar de sugestões, eu envio. Se quiser sentar e conversar sobre sugestões que já existem, também estou aberto", disse o chefe da autarquia também no Roda Viva.

Depois de ir a campo buscar nomes, Campos Neto se retraiu na esteira das desavenças públicas com Lula. Integrantes do governo chegaram a dizer que o presidente do BC teria perdido a capacidade de influenciar os novos nomes em meio aos ataques.

Campos Neto, porém, fez sinais de reconciliação que funcionaram, segundo aliados de Haddad. Por esta razão, ele deve ser ouvido na escolha dos novos diretores. Ainda assim, nomes ligados ao mercado enfrentam mais resistência por parte dos petistas.

Ao longo do último mês, o presidente da República deu declarações críticas à postura de Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro (PL). O tensionamento na relação ocorreu após o BC ter mantido a taxa básica de juros em patamar elevado pela quarta vez seguida e sinalizado que pode postergar o início de cortes.

À época, integrantes do governo avaliaram que Campos Neto foi inábil com as decisões do Copom. Para aliados de Lula, o presidente do BC confundiu a autonomia da autoridade monetária com isolamento.

Diante do impacto negativo que a rusga estava gerando no mercado financeiro, aliados de Lula e Campos Neto agiram para pacificar o cenário.

O principal gesto partiu do presidente do BC. Em entrevista ao Roda Viva, ele afirmou que faria o possível para aproximar a autoridade monetária da gestão petista. Dias depois, disse que é preciso ter "olho mais especial no social".

Os gestos serviram para melhorar o clima com Haddad e com a ministra do Planejamento, Simone Tebet. No dia 16, os três tiveram um almoço reservado, considerado do bom por interlocutores. O titular da Fazenda afirmou que o tema da reunião, que ocorreu antes do encontro do CMN (Conselho Monetário Nacional), foi o alinhamento das políticas fiscal e monetária.

Sala do comitê tem bloqueador de celular e acesso restrito

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Um bloqueador de sinal impede a troca de informações por celular. A mesa e as cadeiras ficam no centro do ambiente, decorado em madeira. Quem se levanta para olhar a vista do alto do 20º andar consegue contemplar o lago Paranoá, em Brasília. É nesse espaço onde o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central define o patamar da taxa básica de juros, a Selic.

O colegiado do BC se reúne oito vezes por ano, a cada 45 dias, para calibrar o principal instrumento de controle da inflação. Na formação atual, o Copom é composto pelo presidente, Roberto Campos Neto, e mais oito diretores de diferentes áreas —incluindo Administração, Fiscalização e Regulação—, com direito a um voto cada um, com pesos iguais.

Segundo ex-diretores do BC que pediram para não serem identificados, embora alguns membros tenham menos contato com política monetária no dia a dia e façam apontamentos menos técnicos nas discussões, eles são profissionais experientes e ajudam a tornar o debate mais rico.

A cada encontro, é obrigatória a presença do chefe da instituição (ou seu substituto) e de metade do número de diretores, no mínimo. Em março de 2022, por exemplo, o Copom teve dois assentos vagos. Na ocasião, os novos membros da diretoria do BC aguardavam a sabatina no Senado para serem oficializados.

As reuniões são realizadas em duas sessões, sendo a primeira (em duas partes na terça-feira e uma terceira na manhã de quarta-feira) destinada a apresentações técnicas do corpo funcional do BC. Entre os temas, os chefes dos departamentos apresentam aos membros da diretoria dados atualizados sobre conjuntura econômica doméstica e internacional, mercado de crédito, condições de funcionamento do sistema bancário e outros assuntos.

Copom segue rito definido para reuniões feitas a cada 45 dias

Pedro Ladeira/Folhapress

Sala no BC onde são feitas as apresentações técnicas que subsidiam a decisão do Copom, tomada em outro espaço (mais reservado)

Atual composição do Copom

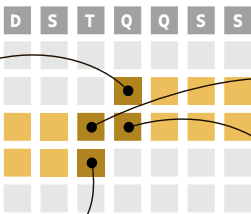
Nome	Cargo	Fim do mandato
Roberto Campos Neto	Presidente	31/12/2024
Diogo Guillen	Diretor de Política Econômica	31/12/2025
Bruno Serra	Diretor de Política Monetária	28/2/2023
Otavio Damaso	Diretor de Regulação	31/12/2024
Paulo Souza	Diretor de Fiscalização	28/2/2023
Fernanda Guardado	Diretora de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos	31/12/2023
Renato Dias de Brito Gomes	Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução	31/12/2025
Mauricio Moura	Diretor de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta	31/12/2023
Carolina de Assis Barros	Diretora de Administração	31/12/2024

Calendário

D S T Q Q S S

Quarta-feira anterior à reunião: início do período de silêncio do Copom

Reunião do Copom: primeira sessão (terça-feira e manhã de quarta-feira)

Segunda sessão (tarde de quarta-feira): avaliação das perspectivas da inflação, decisão e divulgação da taxa Selic

Terça-feira posterior à reunião: fim do silêncio e divulgação da ata

Datas das próximas reuniões em 2023

- 21 e 22 de março
- 2 e 3 de maio
- 20 e 21 junho
- 1º e 2 de agosto
- 19 e 20 de setembro
- 31 de outubro e 1º de novembro
- 12 e 13 de dezembro

As exposições, com informações que servem de subsídio para a decisão sobre a Selic no dia seguinte, são feitas em uma ampla sala no 8º andar da sede do BC. O painel "Descobrimento do Brasil", um Candido Portinari de 1956, decora o ambiente. Durante os encontros do Copom, o acesso à varanda é bloqueado e as cortinas ficam fechadas. O sigilo é imperativo.

As apresentações técnicas só se tornam públicas quando encerrado o período de sigilo legal de quatro anos. A mais recente disponível, por exemplo, é de dezembro de 2018. Na reunião ampliada, os membros do Copom podem fazer perguntas ou sugestões durante as longas explanações que acompanham.

"A ideia do primeiro dia é colocar os diretores a par do que está acontecendo na economia da última reunião do Copom até a atual, em uma visão do cenário que pode ser compartilhada por todos os diretores", conta Alexandre Schwartsman, ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, entre 2003 e 2006.

A decisão sobre a Selic é tomada pelo Copom apenas na segunda sessão (tarde de quarta-feira) fechada na sala mais reservada, onde recados urgentes são permitidos por bilhetes por baixo da porta. Antes do início da votação nominal, o chefe de departamento de pesquisa —que não tem direito a voto— apresenta as projeções de inflação aos membros do colegiado.

Segundo relatos de antigos participantes do Copom, o diretor de Política Econômica, cargo ocupado hoje por Diogo Guillen, costuma ser o primeiro a fazer suas ponderações antes de passar a palavra aos outros membros. Ele também é responsável pelo rascunho do comunicado divulgado após a decisão, a partir das 18h30. O texto, contudo, é discutido por todos os presentes.

O presidente não necessariamente é o último da fila nas discussões, e a dinâmica delas varia conforme o estilo de cada gestão. Em algumas, contam os antigos membros, havia um esforço maior na busca pelo consenso antes da votação, com o objetivo de reforçar a mensagem e aumentar a potência da política monetária. Em outros casos, as divergências vinham a público com mais frequência.

> A ideia do primeiro dia é colocar os diretores a par do que está acontecendo na economia da última reunião do Copom até a atual
>
> **Alexandre Schwartsman**
> ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC

A última vez que a decisão do Copom não foi unânime foi em setembro de 2022, quando dois diretores votaram por uma alta residual na Selic, enquanto a maioria optou por colocar fim ao ciclo de aperto monetário (ou seja, decidiu-se por encerrar a alta de juros). Desde 2016, o BC não registrava dissidência nos votos.

Schwartsman conta que certa vez, durante sua passagem pelo BC, o colegiado chegou rapidamente a uma decisão, mas algumas operações não tinham sido liquidadas ainda no sistema Selic devido a um problema técnico, e o encontro teve que se estender por mais tempo.

"Para não dar margem para pensarem que uma série de operações aconteceram depois da decisão do Copom, decidimos esperar. Demorou um pouco, talvez uma hora, e a gente ficou lá comendo pão de queijo frio e conversando. Tempos depois eu soube que o mercado ficou absolutamente alucinado porque era para ser uma decisão fácil, como foi, e a reunião do Copom se estendeu longamente", afirma.

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

ID 6029

Terreno Urbano
Francisco Morato/SP

Terreno no loteamento denominado Vila Maria Luiza com 300 m². Localizado a 4 min. do centro e a 9 min. Rod. Pres. Tancredo de Almeida Neves.

Avaliação **R$ 444.239,18** | Lances a partir de **R$ 355.391,34**

Leilão **27/02 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Forli Fortuna
Setor de Execuções Fiscais de Jaguariúna/SP

ID 6046

Apartamento com 43 m²
Santo André/SP

Imóvel no Condomínio Conquista, composto por 2 dorms, banheiro, cozinha, área de serviço, terraço, sala e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 242.210,45** | Lances a partir de **R$ 145.326,27**

Leilão **27/02 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Sidnei Vieira da Silva
9ª Vara Cível de Santo André/SP

ID 5853

Imóvel Residencial
Piracicaba/SP

Imóvel loteamento denominado Parque São Jorge com área construída de 106 m² sobre terreno de 250 m². Composto por 3 dorms, sala, banheiro, cozinha e um cômodo nos fundos.

Avaliação **R$ 317.026,62** | Lances a partir de **R$ 253.621,30**

Leilão **27/02 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata
4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6038

Imóvel Residencial
Rio das Ostras/RJ

Imóvel à beira mar no Cond. Riviera Del Mar, com fácil acesso pela Rodovia Amaral Peixoto.

Avaliação **R$ 111.793,01** | Lances a partir de **R$ 67.075,81**

Leilão **27/02 - 11:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Leticia de Souza Branquinho
1ª Vara Cível de Rio das Ostras/RJ

ID 5879

Apartamento com 113 m²
Bairro Butantã/SP

Imóvel no Ed. Iguaçu, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, cozinha, banheiro, sala 2 ambientes, dependência de empregada, área de serviço e vaga de garagem. Localizado a 3 min. da Rod. Raposo Tavares e a 7 min. do Butantã Shopping.

Avaliação **R$ 924.407,94** | Lances a partir de **R$ 462.203,97**

Leilão **27/02 - 14:00hs**

uiz: Exmo. Dr. Renata Meirelles Pedreno
1ª Vara Cível de Cotia/SP

Imóvel Residencial — ID 6044

São Roque/SP

Imóvel com área construída de 78 m² sobre terreno de 1.798 m². Localizado a 2 min. da Rod. Raposo Tavares e a 3 min. do centro de São Roque.

Avaliação **R$ 1.328.967,42** | Lances a partir de **R$ 797.380,45**

Leilão **27/02 - 11:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Ricardo Augusto Galvão de Souza
2ª Vara Cível de São Roque/SP

Apartamento com 405 m² — ID 6056

Bairro Vila Mariana/SP

Imóvel no Edifício Villaggio, composto por 4 dorms suítes, sala 2 ambientes com terraço, lavabo, cozinha, despensa e dependência de empregados com wc, área de serviço e 2 vagas de garagem.

Avaliação **R$ 1.992.946,48** | Lances a partir de **R$ 1.195.767,89**

Leilão **27/02 - 14:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Cinara Palhares
15ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 6048

Apartamento com 110 m²
Guarujá/SP

Imóvel no Condomínio Boulevard La Plage com 2 vagas de garagem. Localizado a 500m da Praia das Pitangueiras e a 8 min. do Iate Clube de Santos - Sede Guarujá.

Avaliação **R$ 1.005.608,63** | Lances a partir de **R$ 502.804,31**

Leilão **27/02 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

ID 6059

Apartamento com 49 m²
São José dos Campos/SP

Imóvel no Conjunto Habitacional Bom Retiro II, composto por 2 dorms, sala, banheiro, área de serviço, cozinha e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 143.629,10** | Lances a partir de **R$ 114.903,28**

Leilão **27/02 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 6060

Apartamento com 40 m²
Guarulhos/SP

Imóvel no Residencial Santa Mônica com vaga de garagem. Localizado a 5 min. do Shopping Bonsucesso e a 7 min. da Rod. Presidente Dutra.

Avaliação **R$ 180.000,00** | Lances a partir de **R$ 90.000,00**

1º Leilão **27/02 - 14:30hs** | 2º Leilão **27/02 - 15:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Larissa Boni Valieris
2ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 5798

Imóvel Residencial
São Paulo/SP

Imóvel composto por 3 residências com área construída de 239 m² sobre terreno de 162 m². Localizado a 5 min. da Av. Prof. Abraão de Morais e a 6 min. do Plaza Sul Shopping.

Avaliação **R$ 741.860,45** | Lances a partir de **R$ 445.116,27**

Leilão **27/02 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Fabio Fresca
4ª Vara Cível do Foro Regional III de Jabaquara/SP

ID 6032

Apartamento com 66 m²
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel no Cond. Nossa Senhora do Monte Carmelo, composto por 2 dorms, hall, sala 2 ambientes, banheiro, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 323.000,00** | Lances a partir de **R$ 242.250,00**

1º Leilão **27/02 - 15:00hs** | 2º Leilão **27/02 - 16:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'Olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 6050

Galpão Urbano
Araçatuba/SP

Imóvel comercial com área construída de 748 m² sobre terreno de 1.282 m². Localizado a 4 min. da Rod. Eliéser Montenegro Magalhães.

Avaliação **R$ 684.791,58** | Lances a partir de **R$ 342.395,79**

Leilão **27/02 - 15:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Rodrigo Chammes
4ª Vara Cível de Araçatuba/SP

ID 5502

Imóvel Residencial
Santana de Parnaíba/SP

Imóvel no Cond. Morada do Sol com área construída de 293 m² sobre terreno de 495 m². Composto por sala de estar e jantar, 2 dorms, suíte, banheiro, área de serviço, churrasqueira, piscina e garagem para 3 veículos.

Avaliação **R$ 756.242,32** | Lances a partir de **R$ 453.745,40**

1º Leilão **27/02 - 15:30hs** | 2º Leilão **27/02 - 16:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini
1ª Vara Cível de Barueri/SP

ID 5529

Imóvel Residencial
Bairro Parada de Taipas/SP

Casa assobradada de 2 pavimentos, com 230 m² de construção e terreno com área de 125 m². Composto por sala de estar e jantar, cozinha, banheiro, 2 dorms, varanda e garagem para 2 veículos.

Avaliação **R$ 378.707,78** | Lances a partir de **R$ 227.224,66**

Leilão **27/02 - 15:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Fernanda Mendes Simões Colombini
2ª Vara do Foro Reg. XII de Nossa Senhora do Ó de São Paulo/SP

ID 6063 - Lote 1

Apartamento com 61 m²
Sorocaba/SP

Imóvel no Residencial Palácio San Marco com vaga de garagem. Localizado a 4 min. da Rod. Raposo Tavares e a 7 min. do Shopping Iguatemi.

Avaliação **R$ 252.178,97** | Lances a partir de **R$ 126.089,48**

1º Leilão **01/03 - 09:00hs** | 2º Leilão **20/03 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Cortina Campopiano
3ª Vara Cível de Itapecerica da Serra/SP

ID 6063 - Lote 2

Apartamento com 68 m²
São Paulo/SP

Imóvel no Condomínio Residencial Ilhas Marquesas com vaga de garagem. Localizado a 6 min. da Rodovia Raposo Tavares e a 10 min. do Raposo Shopping.

Avaliação **R$ 272.097,16** | Lances a partir de **R$ 136.048,58**

1º Leilão **01/03 - 09:00hs** | 2º Leilão **20/03 - 09:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Cortina Campopiano
3ª Vara Cível de Itapecerica da Serra/SP

Apartamento com 108 m² — ID 6057

Bairro Perdizes/SP

Imóvel no Edifício Saint Martin com 3 vagas de garagem. Localizado a 4 min. do Bourbon Shopping e a 8 min. da Av. Marginal Tietê.

Avaliação **R$ 1.358.592,00** | Lances a partir de **R$ 815.155,20**

Leilão **27/02 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Ricardo Augusto Galvao de Souza
2ª Vara Cível de São Roque/SP

Imóvel Residencial — ID 6062

Osasco/SP

Imóvel com 3 pavimentos e área construída de 93 m² sobre terreno de 350 m². Localizado a 7 min. do Rodoanel Mário Covas e a 8 min. do centro de Osasco.

Avaliação **R$ 1.400.836,88** | Lances a partir de **R$ 840.502,12**

Leilão **27/02 - 14:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Mariana Horta Greenhalgh
4ª Vara Cível de Osasco/SP

ID 6067

Imóvel Residencial
São José dos Campos/SP

Imóvel no loteamento Residencial Bosque dos Ipês, com 78 m² de construção e terreno com área de 150 m². Localizado a 6 min. da Rod. Henrique Eroles e a 8 min. do Shopping Jardim Oriente.

Avaliação **R$ 346.917,77** | Lances a partir de **R$ 277.534,21**

Leilão **27/02 - 15:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5998

Apartamento com 54 m²
Pindamonhangaba/SP

Imóvel no Cond. Portal da Mantiqueira. Composto por 2 dorms, 2 salas, cozinha, banheiro, lavabo, área de serviço, varanda e vaga de garagem.

Avaliação **R$ 232.751,99** | Lances a partir de **R$ 139.651,19**

Leilão **27/02 - 16:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6006

Apartamento com 46 m²
Guarulhos/SP

Imóvel no Residencial Flor dos Morros com vaga de garagem. Localizado a 9 min. do Parque Shopping Maia e a 16 min. do centro da cidade.

Avaliação **R$ 222.396,00** | Lances a partir de **R$ 111.198,00**

Leilão **27/02 - 16:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Liliana Siepierski de Araújo Vilela
6ª Vara de Família e Sucessões de Guarulhos/SP

ID 5738

Imóvel Residencial com 230 m²
Ferraz de Vasconcelos/SP

Imóvel com 230 m² de construção e terreno com área de 140 m². Localizado a 6 min. da estação CPTM Ferraz de Vasconcelos e a 7 min. do Hospital Central Leste.

Avaliação **R$ 462.613,21** | Lances a partir de **R$ 277.567,92**

1º Leilão **28/02 - 11:00hs** | 2º Leilão **13/04 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Fabio Coimbra Junqueira
6ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 6030

Imóvel Residencial
Mogi Mirim/SP

Imóvel com 140 m² de construção e terreno com área de 370 m². Localizado a 5 min. do centro da cidade e a 7 min. da Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros.

Avaliação **R$ 375.477,03** | Lances a partir de **R$ 225.286,21**

Leilão **27/02 - 10:30hs**

Juiz: Exmo. Dr. Emerson Gomes de Queiroz Coutinho
1ª Vara de Mogi Mirim/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

Lula e o imposto sobre a gasolina

Isenção de tributo beneficia mais ricos de várias maneiras e piora situação da economia e do governo

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Jair Bolsonaro tirou impostos sobre combustíveis, uma de tantas fraudes eleitoreiras que cometeu, arrebentando as contas do governo. Luiz Inácio Lula da Silva tem medo de voltar a cobrar tais impostos.

É fácil entender. A volta do tributo federal sobre a gasolina vai provocar algum aumento na inflação e desgosto entre um eleitorado que, na maioria, não votou em Lula. São os pelo menos remediados, que costumam ter um veículo.

Até terça-feira (28), Lula tem de decidir se prorroga ou não a isenção de imposto (já o fez para o diesel). O Ministério da Fazenda quer o dinheiro. O entorno político de Lula quer evitar a "reoneração". Acha que pode dar um jeitinho, à moda de Dilma 1.

Lula deveria voltar a cobrar o imposto. Sem essa receita, tem de tomar ainda mais dinheiro emprestado, entre outros problemas, pois o governo é muito deficitário.

Gasolina sem imposto beneficia os "mais ricos" ou menos pobres. Pegar ainda mais dinheiro emprestado beneficia os muito ricos, os credores do governo.

Tributação muito baixa sobre combustíveis é uma distorção econômica: desorienta decisões eficientes de consumo e investimento. Incentiva o uso de energia mais poluente. Mascarar o custo econômico e ambiental de poluentes, barateando artificialmente seu consumo, é um empecilho para o desenvolvimento de alternativas melhores.

E a inflação? Se a política econômica vier a ser sensata, esse reajuste será diluído e a carestia em geral tenderá a arrefecer.

A dita "ala política" do governo quer empurrar o problema com a barriga. Diz que Lula deve esperar a nova política de preços da Petrobras. Isto é, os preços da petroleira deixariam de acompanhar as cotações internacionais.

Em resumo, trata-se de um tabelamento mais ou menos duradouro de preços. Assim, a Petrobras deve faturar menos. Em decorrência, terá menos recursos para investir e crescer; seus custos de financiamento vão aumentar. Deste modo, pagará menos impostos e dividendos para o governo, que precisa muito desse dinheiro. O problema sai por uma porta e volta por outra.

Talvez se invente um método inteligente de evitar variação excessiva de preços da Petrobras. Porém, mesmo um sistema bem bolado não diminuiria o preço dos combustíveis. Isto é, a gasolina ou o diesel podem ficar mais baratos durante altas no mercado mundial, mas mais caros durante as baixas. Em algum momento, a conta aparece.

Problema: como é muito difícil prever o valor de petróleo e derivados, seria também difícil determinar por quanto tempo a petroleira deveria manter seus preços baixos ou altos além da conta.

Diante de aumento de impostos, a reação costuma ser a de querer passar a conta para outrem, como os muito ricos. Tudo bem, é preciso cobrar mais deles, até porque o governo tem déficit enorme e será social e politicamente inviável fazer um corte de gasto suficiente.

Em vez de pedir emprestado a ricos, a juros altos, melhor tomar um tanto desse dinheiro via impostos. Sim, é possível manipular as taxas de juros, mas assim se perde o controle da inflação (ou coisa pior).

Cobrar mais imposto não é simples. Aumento de tributação muda comportamentos. O dinheiro tributável vai para outro lugar (e não se trata aqui de evasão). De resto, pelo menos em alguns casos, há evidências da teoria econômica do peso morto: o imposto baixa o nível de consumo e o faturamento de empresas, mas não eleva a arrecadação do governo em valor equivalente ao perdido pelo setor privado.

O resultado total, "social", como se diz em economia, é negativo.

É fácil perceber que o assunto é difícil. Mas manter o déficit alto, beneficiando de resto os mais ricos, é a pior solução.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Bancada da loja Simple Organic, marca de cosméticos e maquiagens Divulgação

'Clean beauty' dominou o setor de beleza pós-pandemia

Fórmulas menos tóxicas e sem testes em animais atendem novas gerações

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO "Um momento louco de expansão", é como Patricia Lima, fundadora da Simple Organic, descreve o momento vivido pela marca, que cresce a um ritmo que chama de "galopante".

A expansão vem no embalo do maior interesse em produtos de beleza considerados limpos —daí o termo em inglês clean beauty— e também pela compra da Simple pela Hypera Pharma, no fim de 2020, que deu a ela mais fôlego e capacidade de gestão.

No universo dos cosméticos naturais, uma fórmula limpa ou ligada ao clean beauty em geral significa que o produto é livre de sulfatos, silicone, parabenos e corantes. Não fazem testes em animais, mas nem sempre são veganos.

"Como nativa digital, tratamos o termo clean beauty de maneira muito séria. Lidamos com a geração Z, que chega ao consumo muito mais exigente." Essa seriedade, segundo Patricia, precisa passar por toda a cadeia de negócios, da produção às lojas, dos insumos à remuneração dos fornecedores, da logística de entregas ao pós-venda.

"O que se faz é incrível, mas dá para fazer muito mais. O sustentável é uma urgência."

O clean beauty, diz Cesar Tsukuda, diretor-geral de Beauty Fair (Feira Internacional de Beleza Profissional), não é uma onda passageira, mesmo que ainda seja tratado pela indústria como um "nicho" de mercado, ou seja, algo produzido para grupos específicos e não para o público geral.

Em 2022, a feira teve um espaço dedicado à exposição de produtos naturais e orgânicos, naquilo que pode ser visto como uma sinalização ao mercado de que o segmento deve ser observado. "A discussão, agora, é: quanto tempo a indústria levará para fazer a transição? Quantas e quais indústrias tomarão a dianteira nesse quesito?"

Marcas menores têm a vantagem da velocidade em responder ao consumidor e colocar novos produtos no mercado mais rapidamente. A relação com a comunidade, como é chamada a comunicação entre as marcas e os consumidores nas redes, é um importante meio de escuta e planejamento, que as beautytechs (startups ligadas a cosméticos e maquiagens) fazem bem.

Respondem aos "chamados" da comunidade de consumidores produtos como o lubrificante e os lançamentos mais recentes: um fluido corporal e um sérum facial, ambos com fator de proteção solar. Eles ainda carregam o que Patricia Lima considera ser a próxima importante bandeira do mundo da beleza sustentável: fórmulas seguras aos oceanos, sem contaminantes que fragilizem a vida marinha.

A consultoria Nielsen QI já apontava em relatório de 2021 sobre tendências o aumento da importância da sustentabilidade no consumo, a partir do crescimento de pesquisas online. O termo com mais buscas era "livre de plástico", seguido por "seguro aos oceanos", "com refil" e "não tóxico".

Shampoo sólido para eliminar embalagem plástica Divulgação

> A discussão, agora, é: quanto tempo a indústria levará para fazer a transição? Quantas e quais indústrias tomarão a dianteira nesse quesito?
> **Cesar Tsukuda**
> diretor-geral de Beauty Fair

O posicionamento mais engajado com a mentalidade do clean beauty é quase obrigatório às marcas menores, e pode valer como uma distinção, algo que as faça parecer melhor do que as já consolidadas.

A Sallve, fundada pela blogueira Julia Petit, precursora da produção de conteúdo sobre maquiagem e cuidados com a pele na internet, é vegana e cruelty free, classificação verificada pelo PeTA (Pessoas pelo Tratamento Ético dos Animais). Apesar de não se posicionar como marca natural, a Sallve se apresenta como uma marca sem substâncias tóxicas ou alergênicas.

A Contém1g, que faliu após um período sob recuperação judicial, voltou ao mercado com fórmulas veganas e livres de crueldade.

A Sallve é a nova dona da marca. O valor da negociação não foi divulgado, mas integra a estratégia de expansão da empresa, que recebeu R$ 110 milhões em rodada de investimentos em 2021, e aponta para a força do segmento.

A jornalista Vic Ceridono colocou no mercado neste ano a sua Vic Beauté, marca de produtos multifuncionais —o batom que é também um hidratante labial, o bastão que pode ser blush, sombra ou batom.

Há o selo de produto livre de crueldade animal e de reciclagem. Esse último garante que a produção segue diretrizes de economia de plástico. Nos envios, o papel colmeia substitui o plástico bolha.

Nos cuidados com os cabelos, a GE Beauty, fundada pela influenciadora Camila Coutinho, apresenta-se como dona de fórmulas limpas e com ingredientes naturais.

A marca também traz outra tendência que ainda se populariza lentamente: a customização dos produtos. Por meio de um quiz no site ou nos pontos de venda, o consumidor recebe a sugestão da melhor combinação de produtos para o seu objetivo, como cabelos mais hidratados ou cachos definidos por mais tempo.

Marcas tradicionais e consolidadas começam a investir no segmento, lançando linhas de produtos alinhados aos conceitos do clean beauty.

Nos dois últimos anos, o Boticário, por meio do GB Ventures, incluiu sete startups alinhadas aos conceitos do clean beauty em seu programa de aceleração. A Quem Disse, Berenice?, marca do grupo, tem uma linha com maquiagens e produtos para pele sob selo "bonita com causa".

A Risqué, tradicional marca de esmaltes, tem a linha BIO, também sob o selo vegano, com ingredientes naturais, sem a presença de químicos tóxicos —mesmo a acetona está entre os banidos— e com embalagem feita em plástico reciclável e com cerdas de origem vegetal.

Até a rede de farmácias Pague Menos pegou carona na tendência e lançou, em 2021, uma linha capilar em barra 100% natural, embalada em papel e vegana.

Nicole Silbert, especialista em tendências na WGSN, empresa líder em tendências de comportamento e consumo, diz que as marcas que desejam se declarar limpas deverão ser seguras e sustentáveis ou correm o risco de perder a confiança dos consumidores.

Ou seja, é necessário cumprir a promessa de "beleza limpa". Há no segmento muita preocupação com greenswashing, termo que significa um tipo de "lavagem verde", ou algo como um falso ESG (sigla em inglês para ambiente, social e governança).

"O termo clean beauty vem sendo muito usado de maneira equivocada. Pegam o produto e tiram dois ingredientes polêmicos, mas ele continua repleto de outros", diz Patricia Lima.

Segundo a British Beauty Council, o universo de produtos que aliem fórmulas livres de ingredientes tóxicos a posturas éticas (e alinhadas ao valores ESG), pode chegar a 17 bilhões de libras em 2024.

Os muitos aspectos da vida social afetados pela pandemia atingiram em cheio tanto a indústria de produtos de higiene, perfumaria e cosméticos quanto o setor de serviços.

Houve o que o setor chama de "efeito batom", segundo o qual o consumidor troca o tipo de produto comprado em momentos de crise (ele não corta o consumo, apenas migra). Com a pandemia, uma das categorias que ganhou mais atenção foi a de cuidados com a pele, popularizados no termo em inglês skincare.

Nicole Silbert, da WGSN, diz que a pandemia impulsionou também outros mercados ainda pouco explorados, como os de cuidados com o couro cabeludo e a procura por produtos personalizados para regiões específicas do corpo, numa expansão do conceito de skincare para além do rosto.

"À medida que os consumidores aumentam seu repertório e conhecimento sobre produtos e ingredientes e buscam os mesmos rituais feitos no rosto, observaremos o aumento dessa demanda para outras partes do corpo", diz.

Para a indústria, ainda falta força nas exportações. Cesar Tsukuda diz que o Brasil, apesar de ser o quarto maior mercado em consumo, ainda é pequeno em vendas externas.

Em nota, o presidente da associação do setor, a Abihpec, João Carlos Basilio, diz que "se faz necessário desenvolver uma política voltada para o comércio exterior, a fim de mitigar assimetrias que reduzem a capacidade de competição do produto nacional."

O Real de Lula 3

A simplificação dos impostos indiretos pode ter impacto equivalente a um Plano Real

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Nos anos 1980 até os anos 1990, para enfrentar a inflação, as empresas tinham departamentos financeiros hipertrofiados. Adicionalmente, em cada esquina havia uma agência bancária cuja única função era ajudar as pessoas, físicas e jurídicas, a conviver com a inflação. Se não houvesse inflação, todos esses recursos poderiam ser alocados em atividades socialmente mais produtivas. Nos anos em seguida ao Plano Real, boa parcela dos ganhos de eficiência e bem-estar deveu-se ao ajuste da economia à estabilidade de preços.

As duas principais agendas legislativas do governo em 2023 serão a reforma tributária dos impostos indiretos e a nova regra fiscal. Nesta coluna, trato da primeira.

A enorme complexidade dos impostos indiretos —ISS, ICMS, PIS/Cofins e IPI— requer que as empresas tenham departamentos contábeis hipertrofiados para processar o pagamento dos impostos. Uma empresa que produza um bem e o venda para os 26 estados da Federação brasileira precisa ter contadores entrando diariamente no site de cada uma das Secretarias da Fazenda estaduais para conhecer as novas normas.

Além do elevado custo de conformidade, a complexidade gera inúmeras divergências de interpretação entre a Receita Federal, as estaduais e as empresas. Essas questões batem no Carf na esfera administrativa e, em seguida, entulham nosso Judiciário com inúmeras pendências tributárias. Em cada esquina de nossas cidades há um escritório especializado em direito tributário para auxiliar as empresas a conviver com o elevadíssimo nível de litigiosidade de nossa tributação.

Adicionalmente, nossos impostos indiretos induzem que o investimento não seja feito nos locais cujo retorno social seja maior, pois a complexidade tributária e os regimes tributários especiais alteram artificialmente a rentabilidade dos investimentos e da produção. É comum caminhão em trânsito pelo Brasil carregando bens por arbitragem tributária.

As semelhanças com o Brasil da hiperinflação são claríssimas. A aprovação de uma grande simplificação dos impostos indiretos pode ter um impacto sobre a eficiência da economia equivalente a um Plano Real.

O ganho de eficiência pode gerar um saudável otimismo e, por meio da queda da percepção de risco, ajudar o governo a enfrentar a inconsistência estrutural das contas públicas.

Há uma crítica de que a reforma dos impostos indiretos é muito ambiciosa e que deveria ser fatiada. Em geral, tendo a concordar com a crítica e preferir abordagens mais incrementais de reformas institucionais. Esse não é o caso, contudo, da reforma dos impostos indiretos. O motivo segue da lógica da ação coletiva.

A complexidade tributária não caiu do céu. Cada item que agrega complexidade ao nosso sistema atende ao interesse de algum segmento organizado da sociedade. Esse grupo irá bloquear a aprovação.

No entanto, cada empresa tem uma dupla posição: por um lado, ela é beneficiária de algum regime tributário especial; e, por outro lado, sofre com a complexidade, como todos.

Se a reforma for sistêmica e atingir a todos, cada um sentirá uma perda pelo fim do seu regime especial, mas, por outro lado, cada um sentirá o ganho advindo da simplificação. Talvez consigamos uma coalizão que não bloqueie a reforma.

Se fatiarmos a reforma, os grupos afetados não sentirão os ganhos de eficiência, pois a reforma não será ampla, e certamente a bloquearão.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Trabalhadores resgatados voltam para casa

Acordo garantiu transporte para pessoas encontradas em situação análoga a escravidão em Bento Gonçalves (RS)

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Os trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão em Bento Gonçalves (RS) começaram a voltar para casa na noite de sexta-feira (24). Em acordo com as autoridades, o contratante se comprometeu a pagar as verbas rescisórias de cada um.

São 207 pessoas que trabalhavam para empresa terceirizada, contratada pelas vinícolas Aurora, Cooperativa Garibaldi e Salton, importantes produtoras da região. As três dizem que não tinham conhecimento da situação relatada pelos trabalhadores.

Segundo o MPT (Ministério Público do Trabalho), eles foram alocados em quatro ônibus com destino à Bahia, com garantia de custeio da alimentação durante a viagem. Apenas 12 permaneceram no Rio Grande do Sul, onde residem.

O MPT negociou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) emergencial com o dono da empresa que os contratou, garantindo que cada um recebesse R$ 500 em dinheiro. O restante das verbas rescisórias será quitado até esta terça (28).

“Está estabelecido no TAC que o empresário deverá apresentar a comprovação dos pagamentos sob pena de ajuizamento de uma ação civil pública por danos morais coletivos, além de multa correspondente a 30% do valor devido”, disse o MPT.

O total de verbas rescisórias é estimado em R$ 1 milhão. Segundo o MPT, o custo do transporte dos trabalhadores para a Bahia ficou sob responsabilidade do contratante.

“A situação verificada acende um alerta sobre a necessidade de atuação focada em toda a cadeia produtiva da uva, que todo ano atrai para a serra gaúcha diversos trabalhadores em busca de emprego e melhoria de condição de vida”, disse a procuradora Franciele D’Ambros, em entrevista neste sábado (25).

Os valores a serem pagos pela empresa não quitam os contratos de trabalho, nem significam que há renúncia de direitos individuais trabalhistas. Os trabalhadores poderão reclamar esses valores, inclusive com ação judicial.

Será agendada audiência com a empresa empregadora e as vinícolas para prosseguimento da negociação de indenizações individuais e coletiva e para definir obrigações que previnam novas ocorrências.

O Ministério Público do Trabalho informou que para a próxima semana foram abertos inquéritos para apurar se há responsabilidade dos demais elos da cadeia produtiva e que irá averiguar se outras empresas se beneficiaram da exploração.

Produção de vinho no Brasil do século 21 tem semelhanças com a do século 19

OPINIÃO

Gabi Monteleone e Ariel Kogan

Gabi Monteleone é sommelière, empresária e consultora, coidealizadora e sócia do projeto "Tão Longe, Tão Perto", que faz curadoria e comunicação de vinhos brasileiros; Ariel Kogan é engenheiro industrial, empresário, sócio-fundador da Família Kogan Wines e dos projetos "Tão Longe, Tão Perto" e "Vinhos de Combate"

SÃO PAULO O vinho, do alto de seu pedestal, muitas vezes luxuoso (luxo esse incentivado por uma elite consumidora alienada), sai de seu lugar primordial de alimento para o corpo e a alma, para dar palco a monstruosidades como uso incessante de veneno nas plantações e, agora, veja bem, trabalho escravo.

Como podemos contribuir para uma produção ética?

Sendo o vinho a segunda bebida alcoólica mais consumida do mundo, um produto que provém de uma fruta e que, portanto, depende da agricultura, depende de pessoas, depende de uma cadeia enorme, depende do clima, depende da água, da terra.

O vinho traz tudo isso em si, todos esses vieses. Campo, biodiversidade, regeneração, manejo, clima, geologia, cultura, economia, política, antropologia, arqueologia, tecnologia, pesquisa científica, ética, saúde, gastronomia, bem viver.

É importante que o consumidor saiba diferenciar a forma de fabricação dos vinhos, entendendo as diferenças nas cadeias produtivas de cada marca. Entender a importância do manejo do solo, o ciclo das plantas, o terroir, o respeito à adaptabilidade das espécies e o respeito por quem nele trabalha.

Entender a diferença entre agricultura familiar e agricultura em larga escala. A diferença entre produção artesanal e produção em larga escala.

Esse diálogo é mais urgente do que nunca. Descobrir pessoas em situação análoga à escravidão envolvidas na cadeia produtiva de reconhecidas empresas vinícolas brasileiras é uma situação vergonhosa, horrorosa e urgente para o setor se mobilizar em torno de soluções sistêmicas para a prevenção, monitoramento, rastreamento e punição dos responsáveis.

É preciso se responsabilizar. Estar mais próximo de todas as frentes, da produção ao consumo, como um elo das diferentes cadeias.

Fachada da fábrica da Chocolate Pan, em São Caetano, no ABC paulista, que entrou com pedido de autofalência na Justiça Danilo Verpa/Folhapress

Dados cartográficos GoogleMaps

Pan dava chocolate de graça para crianças em sua fábrica

Loja está fechada desde a pandemia e vizinhos temem abandono

Renato Carvalho

Embalagem do polêmico cigarrinho de chocolate, caixa de Chocolápis e moedas do pirata da Pan, clássicos da marca Divulgação

Helena Damianovici, que nasceu no bairro onde está a Pan e para quem a fábrica traz lembranças afetivas Danilo Verpa/Folhapress

SÃO PAULO O bairro de Santa Paula é hoje conhecido por ser uma das regiões mais nobres de São Caetano do Sul (SP) e de todo o ABC paulista. Mas, até há alguns anos, quem percorresse suas ruas, em qualquer horário, sentiria cheiro de chocolate.

É o que relatam moradores vizinhos à fábrica da Chocolate Pan (sigla para Produtos Alimentícios Nacionais). Fundada na década de 1930, a empresa era uma das grandes fabricantes de doces do país até o final do século passado.

Quem viveu de perto os tempos mais prósperos da Pan relaciona sua decadência com as mudanças mais recentes pelas quais passaram São Caetano e principalmente o bairro onde a fábrica está localizada.

Poucos dias antes do Carnaval, a Pan, que estava em recuperação judicial desde 2021, entrou com pedido de autofalência na Justiça. Ao longo dos últimos anos, a companhia fez muitas demissões, e a fábrica está em estado de abandono.

Mas é possível perceber que a história da Pan é muito presente na memória de seus vizinhos. Segundo a Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, o bairro de Santa Paula foi oficializado pela prefeitura em 1968. Mas a inauguração da fábrica da General Motors, em 1930, começou a levar o progresso para a região.

No entanto, as melhorias urbanas aconteceram muito lentamente. Helena Damianovici, 60, nasceu no bairro de Santa Paula. Ela lembra como era a região na sua infância.

“Meu pai chegou ao Brasil com 14 anos, fugindo da Segunda Guerra. Ele trabalhou na GM. Na minha infância, havia ainda muitas ruas de terra, muitos casarões”, conta Damianovici, que hoje trabalha como esteticista em um salão em frente à fábrica da Pan.

Ela viveu a fase em que a Pan distribuía chocolates para as crianças que passavam pela fábrica perto de datas como Páscoa e Natal. “Eu adorava o pão de mel, era uma delícia.”

A presença da GM trouxe força econômica para o bairro e para a cidade. Mas Damianovici afirma que as lembranças afetivas estão ligadas à fábrica de doces. “O bairro cresceu muito em função da Pan também. Era uma atração, havia excursões escolares que vinham de vários lugares para conhecer a fábrica.”

A proprietária de outro comércio que fica ao lado da Pan, que prefere não ser identificada, diz que, nos anos 1980, a fábrica trabalhava em três turnos e o bairro tinha movimento 24 horas por dia.

Ela conta que, às sextas-feiras, os funcionários faziam churrasco no seu comércio após o fim do expediente. Segundo a comerciante, eles ficavam até as 22h e seguiam para suas casas, em outras cidades do ABC, ou até na capital.

Uma moradora antiga do bairro diz sentir falta do “cheirinho de chocolate” que saía da fábrica. Para ela, a principal preocupação é o destino que será dado ao terreno onde hoje está instalada a Pan. Ela diz que o bairro já tem muitos prédios e que o ideal seria construir um parque.

Se para a maioria das pessoas com mais de 40 anos a grande lembrança são os cigarrinhos de chocolate, para quem vivia em São Paulo na década de 1930 a marca está relacionada ao anúncio impactante da inauguração.

Como conta a empresa em seu site, um anúncio feito em um jornal de grande circulação na época chamava para o lançamento de um foguete que seria lançado para a Lua, em 12 de dezembro de 1935.

Como o anúncio não especificava o local de lançamento, uma multidão se reuniu no Campo de Marte, aeroporto localizado na zona norte de São Paulo. Mas nada aconteceu. “No dia seguinte, foi noticiado que o foguete representava os produtos da Pan que estavam chegando ao mercado”, conta a empresa.

O cigarrinho de chocolate é um dos primeiros produtos fabricados pela Pan, com as balas Paulistinha e barras de chocolate nas formas de quadrado, peixe e charuto.

Segundo relato de Carlos Alberto de Oliveira na revista Raízes, da Fundação Pró-Memória de São Caetano, os engenheiros Aldo Aliberti e Oswaldo Falchero, que eram cunhados, compraram um terreno baldio de 4.000 metros quadrados, sem nenhuma estrutura, para levantar a fábrica.

A Pan começou uma produção mais industrial em 1936, e, segundo o relato de Oliveira, os trabalhadores eram, em sua maioria, imigrantes espanhóis moradores das redondezas da fábrica.

Oliveira conta que, em 1976, a Pan atingiu a capacidade de produzir 7 toneladas de doces por dia. Com a reformulação das embalagens, a fábrica chegou a vender mais de 3.000 caixas de bombons por dia. A empresa foi líder em faturamento no mercado brasileiro até 1984.

Outro vizinho da fábrica da Pan, que está no bairro há 12 anos, conta que a empresa já vinha dando sinais de decadência muito antes da recuperação judicial.

Segundo esse morador, mesmo antes da pandemia, já era possível notar que o movimento na fábrica não era grande. Ele afirma que a loja da Pan, que fica ao lado da entrada principal da fábrica, fechou no início da pandemia, e não abriu mais.

A loja se encontra completamente esvaziada, somente com mesas e cadeiras de plástico empilhadas, além de alguns outros itens.

Segundo este morador, o movimento da fábrica foi diminuindo gradativamente, antes de parar completamente, há cerca de um ano.

Em visita ao local na quarta-feira (22), foi possível verificar a chegada de poucos funcionários. Não havia nenhum sinal de produção na fábrica, e era visível, mesmo de fora, o aspecto de abandono das instalações.

Para Helena Damianovici, a mudança recente de perfil do bairro e os altos impostos cobrados pela Prefeitura de São Caetano contribuíram para a decadência da Pan.

“Eu conheço pessoas que moravam em Perdizes, Moema, bairros nobres de São Paulo, que se mudaram pra cá. Apesar de ser caro para os padrões de São Caetano, ainda é mais barato que morar na capital. No caso da Pan, os impostos muito altos atrapalharam, sem dúvida.”

Outro morador confirma que os impostos na região aumentaram muito nos últimos anos, tornando o bairro um dos mais caros do ABC.

Os moradores descrevem São Caetano como “cidade dormitório” hoje. Para Damianovici, essa relação mais distante e a mudança de perfil do bairro contribuíram para esfriar a relação entre a fábrica de doces e a população.

Para a comerciante que fica ao lado da fábrica, a decadência da fábrica não faz tanta diferença. Ela diz que sentiu uma queda no movimento por um tempo, mas que a construção de novos prédios e condomínios compensou rapidamente a falta da Pan.

A Prefeitura de São Caetano foi procurada para comentar as declarações dos moradores, mas não respondeu até a publicação deste texto. A Pan também não se manifestou.

O capítulo mais recente é o pedido de autofalência, feito no dia 13 de fevereiro. Thomaz Santana, sócio do escritório PGLaw, explica que o instrumento significa que a empresa declara não ter mais condições de continuar operando.

“A falência pode ser pedida por um credor, por um sócio da empresa e pela própria companhia. E este último é o caso da Pan. Pelo que parece, ela partiu para esse caminho em razão de dívidas tributárias”, afirma Santana.

Para o especialista, a chance maior é de que o juiz decrete a falência da Pan. A partir daí, a empresa encerra suas atividades, as instalações são lacradas, os ativos são vendidos e os recursos captados são distribuídos aos credores, na ordem que a lei estabelece.

Esta distribuição segue uma ordem muito parecida com a recuperação judicial. Trabalhadores, micro e pequenos empresários têm prioridade, nessa ordem. Depois, são atendidos os credores que não têm garantia real, como bancos e fornecedores. Os débitos tributários vêm em quarto na lista.

Segundo fontes com conhecimento sobre a situação da Pan, a dívida com a prefeitura ultrapassa os R$ 8 milhões. O débito mais antigo é de 2010.

Ainda segundo esta fonte, a Pan não aderiu a um programa de parcelamento lançado pela prefeitura em 2017 e que é reaberto anualmente. O programa dá 100% de desconto na multa e nos juros que incidem sobre o débito original.

> O bairro cresceu muito em função da Pan também. Era uma atração, havia excursões escolares que vinham de vários lugares para conhecer a fábrica
>
> **Helena Damianovici**
> que mora no bairro e trabalha em um salão em frente à fábrica

Área da Pousada do Almirante, em São Sebastião, que teve móveis destruídos com a inundação de quartos e precisou cancelar reservas Fotos Zanone Fraissat/Folhapress

Desastre no litoral norte suspende retomada do turismo e traz incerteza

Em meio ao luto, pousadas e lojas de São Sebastião calculam os prejuízos e planejam recomeço

Mariana Zylberkan

SÃO SEBASTIÃO (SP) Apesar do dia quente de verão, as ruas da praia de Juquehy, em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo, estavam vazias quase uma semana após terem sido transformadas em rios. O barulho dos helicópteros voando baixo com as equipes de resgate se revezava com o som das lavadoras de alta pressão trabalhando a todo vapor para tirar a lama espessa que tomou conta de lojas, restaurantes e pousadas.

Na rua principal, os comerciantes ainda nem tinham ideia do tamanho do prejuízo causado pelo temporal histórico que deixou ao menos 59 mortos e milhares de desalojados e desabrigados.

"A hora é de contabilizar e amenizar o que aconteceu. O impacto só será calculado daqui a dez dias", diz Olivio Balut, presidente da Associação Comercial de São Sebastião. "Agora não é o momento de vir turista para cá", afirma.

A ordem foi repetida pelo governo estadual em comunicado emitido na quinta-feira (23). "O objetivo é evitar sobrecarregar o atendimento em hospitais, o trânsito nas estradas e o abastecimento de água e de alimentos na região", informou em nota.

No primeiro verão sem as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, o comércio esperava retomar a atividade dos anos anteriores com perspectiva de faturamento até 25% maior do que ano anterior, segundo estimativa da associação. "Estávamos esperando a melhor temporada de todos os tempos", diz Balut.

Ele ressalta que São Sebastião possui realidades diferentes. "Brincamos que são quatro cidades diferentes dentro do mesmo município", diz.

O centro e a parte norte estão com cerca de 90% das atividades normalizadas, e os prejuízos são maiores na região sul e na divisa com a cidade de Bertioga.

Funcionário trabalha na limpeza de imobiliária na região de Juquehy, a mais atingida pelas chuvas da semana passada

Áreas mais afetadas pela chuva em São Sebastião

Em reunião na sexta (24), empresários do litoral norte pediram que autoridades revertam junto ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) a orientação para que turistas evitem a região. Os representantes do setor hoteleiro afirmam que os problemas mais graves estão apenas em São Sebastião.

A Polícia Militar anunciou a implantação de bloqueios na cidade para orientar viajantes a retornarem às cidades de origem.

Para restabelecer a atividade econômica na região, o governo estadual lançou uma linha de crédito em que as empresas de pequeno e médio porte poderão financiar empréstimos de até R$ 200 milhões com prazo de pagamento de até cinco anos e carência de 12 meses.

Além disso, o Sebrae vai cadastrar os estabelecimentos afetados pela tragédia. "Tem muita gente informal que não tem como regularizar a situação agora para recorrer a um empréstimo, por isso a solução será dada caso a caso", diz o presidente da associação comercial.

Pela primeira vez em 19 anos de funcionamento, a pousada do Almirante, em Juquehy, cancelou as reservas feitas para os próximos 15 dias. Segundo o gerente José Ivan Oliveira Barbosa, 43, os quartos estavam todos lotados. "A maioria dos hóspedes compreendeu a situação e aceitou postergar a hospedagem", diz.

Além das diárias canceladas, o prejuízo maior será para recuperar a mobília dos nove quartos que ficam no térreo e foram inundados na madrugada do domingo passado.

Ao menos 20 camas e os respectivos colchões ficaram encharcados pela lama e serão descartados. Será preciso gastar também para pintar a parte da parede onde a água ficou represada.

Na área de lazer da pousada, o cenário era ainda pior. A água barrenta tomou conta da piscina, e o mobiliário que sobreviveu ao temporal secava de forma desordenada sob o sol. "Não temos ideia do prejuízo", diz o gerente.

A rotina intensa de limpeza e cálculo dos prejuízos se dá em meio a um clima de luto instalado por todo bairro. "Perdi muitos conhecidos. Estou morando de favor na casa de uma comadre", diz o gerente da pousada, que teve a casa invadida pela lama.

Na padaria da rua principal, um funcionário perdeu a vida durante a tragédia. A escola municipal Branca de Neve, que fica na mesma via, foi transformada em abrigo para quem saiu de casa com a roupa do corpo.

A maior parte dos funcionários dos estabelecimentos comerciais mora nos bairros mais afetados, construídos no morro do outro lado da rodovia Rio-Santos, no sentido oposto ao da praia.

A poucos metros, Ulisses Oliveira, 37, usava uma enxada para tirar o que conseguia de lama de dentro da imobiliária da qual é sócio há 15 anos. Em frente, fica a sorveteria que também administra. Com a enchente, ele perdeu todo o estoque e parte do equipamento. "Calculo que tivemos de R$ 100 mil a R$ 150 mil de prejuízo", diz.

Junto com o cenário de destruição, a procura de clientes por imóveis parou desde o dia da tragédia, segundo Oliveira. "Tivemos uma curva ascendente na procura por imóveis desde o início da pandemia e, agora, parou tudo", diz.

O clima também é de incerteza para os trabalhadores informais que dependem da movimentação de turistas nas praias para tirar o sustento. O sorveteiro José Alfredo Moura de Oliveira, 60, conta que tem recebido apoio dos fregueses para comprar comida. "Me ligam, pedem meu Pix e dizem que estão pagando os sorvetes adiantados", diz ele, que mora em Juquehy e empurra seu carrinho pela praia da Jureia na alta temporada.

Operário de obras no bairro, Antonio Miranda, 53, está sem trabalho desde o dia da tragédia, já que as construções foram paralisadas. De galocha branca, ele integrava a equipe de voluntários que ajudava as equipes de buscas de vítimas desaparecidas no bairro Pantanal, localizado no sertão de Juquehy, à beira da rodovia Rio-Santos. "Só Deus sabe como vou sobreviver daqui para frente", disse o trabalhador.

O presidente da associação comercial estima que o saque do FGTS, autorizado em casos de desastres naturais, ajude a aquecer a economia local.

Leia mais na pág. B2

> "Me ligam, pedem meu Pix e dizem que estão pagando os sorvetes adiantados
>
> **Alfredo Moura de Oliveira, 60**
> sorveteiro que tem recebido apoio dos fregueses para comprar comida

Governo de SP deixa de usar R$ 7 bi em ação antienchente

Ex-governadores dizem ter investido valor recorde em obras como drenagem

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO O Governo de São Paulo não investiu, por 13 anos seguidos, a totalidade das verbas previstas no orçamento para serviços e obras no combate às enchentes. Mais de R$ 7,3 bilhões foram deixados para trás desde 2010.

O levantamento feito pela reportagem teve como ponto de partida as cifras previstas no orçamento da rubrica de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes.

Nela, estão projetos como a implantação dos sistemas de drenagens, preservação das regiões de várzea e afluentes com o propósito de mitigar as inundações, construções de reservatórios de águas pluviais - os piscinões - e a manutenção da rede hidráulica.

Dos R$ 18,1 bilhões reservados para a área, R$ 10,8 bilhões foram, de fato, empenhados (reservados) nos últimos 13 anos —isto é, 60% da verba.

A Secretaria Estadual de Fazenda e Planejamento fornece as informações sobre a execução orçamentária e financeira desde 2011. No período, São Paulo conviveu com as gestões de Geraldo Alckmin, Márcio França e João Doria/ Rodrigo Garcia.

Para 2023, o primeiro ano de Tarcísio de Freitas (Republicanos) no Palácio dos Bandeirantes, o orçamento é de R$ 2,1 bilhões para a rubrica.

O dinheiro, segundo nota do governo, será utilizado em novas ações e na continuidade das obras complementares às ações dos municípios, como na macrodrenagem e na construção de piscinões, implantação de galerias e canalização, revitalização de 3.000 km de cursos d'água em 260 municípios paulistas e na manutenção dos 27 piscinões na região metropolitana.

"A dotação reservada não representa todos os investimentos do Estado no combate às enchentes. Isso fica evidente com todas as iniciativas já anunciadas para o litoral norte", afirma a gestão.

Gustavo Fernandes, professor de administração pública da FGV, afirma que a área de combate a enchentes sofre com subfinanciamento porque a tendência entre os gestores é priorizar medidas que podem ser visualizadas com facilidade pelo eleitorado.

"Quando se investe no que fica debaixo da terra, a população não vê e não tem a percepção de que está protegida. Esse é o grande dilema", afirma.

Segundo o engenheiro Luiz Fernando Orsini, um dos coordenadores da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), as obras de drenagens estão entre as que mais sofrem com as verbas alocadas do orçamento.

"Como não chove todo dia, o governante prefere construir uma praça, uma escola, e convivendo com riscos [de alagamentos]", diz.

A reportagem procurou os ex-governadores na terça-feira (21). Alckmin, hoje vice-presidente, e França, ministro de Portos e Aeroportos, não se pronunciaram.

Doria e Rodrigo, em nota conjunta, afirmaram que fizeram "em 2022 o maior investimento da história, com R$ 1,7 bilhão em obras e serviços para combate às enchentes".

O texto lista demandas como a construção do maior piscinão do estado, o Jaboticabal, no ABC Paulista, e o início da construção de reservatórios na região metropolitana, como na cidade de Franco da Rocha. "Paralelamente, foi realizado desassoreamento dos rios Pinheiros e Tietê e entregues 38 mapeamentos de risco para prefeituras do estado", dizem Doria e Rodrigo.

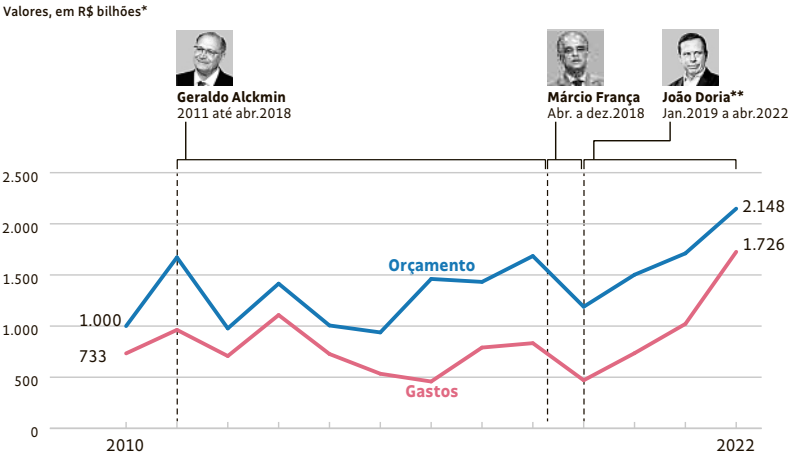
Equipe da Anatel usa rastreador em São Sebastião, neste sábado (25) Bruno Santos/Folhapress

Investimentos do Governo de SP em obras de combate às enchentes

Valores, em R$ bilhões*

Geraldo Alckmin 2011 até abr.2018
Márcio França Abr. a dez.2018
João Doria** Jan.2019 a abr.2022

Eixo: 0, 500, 1.000, 1.500, 2.000, 2.500 — 2010 a 2022

Orçamento: 1.000 (2010) … 2.148 (2022)
Gastos: 733 (2010) … 1.726 (2022)

*A reportagem considerou a dotação atual, que contabiliza o valor do orçamento sancionado pelo governador e os créditos ou reduções durante o ano, e o valor empenhado é o montante reservado para efetuar a contratação de serviços e obras
**Abr. a dez.2022: Rodrigo Garcia
Fonte: Portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento; valores atualizados através da Calculadora do Cidadão do Banco Central

Rastreador de sinal de celular ajuda a encontrar corpos

Isabella Menon

SÃO SEBASTIÃO (SP) "Celular em modo avião, por favor." Era assim que funcionários da Anatel solicitavam aos presentes na operação de buscas na Vila Sahy, região mais afetada pelas chuvas do dia 19 em São Sebastião. Neste sábado (25), foram confirmadas 59 mortes. Deste total, 54 foram identificados (são 18 crianças).

Funcionários da Anatel utilizavam uma aparelhagem para encontrar sinal de celulares. A expectativa é que, onde existe o sinal de celular ou de outros aparelhos eletrônicos, haja corpos por perto.

Até agora, segundo funcionários, três corpos foram encontrados assim. "Apontamos o aparelho para a lama, e consigo captar um sinal de celular que está tentando contato com a torre", diz Rogério Zambotto, da Anatel.

O aparelho, porém, não indica a profundidade. A busca também é dificultada pela falta de bateria nos celulares.

Foliões seguem o Navio Pirata, em SP Adriano Vizoni/Folhapress

Anitta e BaianaSystem arrastam multidões no pós-folia em Rio e SP

ALALAÔ

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A Quarta-Feira de Cinzas já passou, mas a folia ainda não chegou ao fim nas capitais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em um sábado (25) de calor, megablocos arrastaram uma multidão de foliões às ruas, que pularam ao som do funk e da guitarra baiana.

No Rio, com fantasia homenageando Carmen Miranda, Anitta levou milhares de pessoas ao centro da cidade para curtir um Carnaval estendido ainda durante a manhã. "É rave!", decretou, antes de "Rave de Favela".

A apresentação teve participação do astro pop internacional Jason Derulo, que cantou seu hit "Wiggle", emendando com o funk "Ai, preto", e do trapper WIU, nome forte da cena de Fortaleza, que tocou "Felina".

Entre os foliões, o ânimo daqueles que saíram de casa para curtir os últimos momentos do Carnaval 2023 seguia vivo, mas sem tanto fôlego. Fantasias eram raras e menos elaboradas.

A enfermeira Janaina Emidio, 47, está entre os que não querem que a festa acabe. Acompanhada da filha, ela conta que só parou para descansar na quarta-feira. "Minha energia para Carnaval vem da alegria de viver. A vida é muito boa", diz.

O Bloco da Anitta foi o penúltimo dos chamados megablocos a desfilar no Carnaval carioca —o Monobloco sai neste domingo (26).

Em São Paulo, os foliões foram puxados pelo Navio Pirata, do BaianaSystem. Por mais de quatro horas, o bloco percorreu a avenida Pedro Álvares Cabral, na zona sul da cidade, e mostrou que consegue transformar uma multidão em uma unidade, que pula, canta e dança.

O grande número de pessoas fez com que a estrutura montada fosse insuficiente, principalmente em relação aos banheiros e na entrada, onde era feita a revista.

Muitos dos presentes não passaram o Carnaval em São Paulo. "Não tem como deixar passar o último fim de semana de Carnaval, ainda mais com essa energia do Baiana", disse o designer Daniel Luis de Souza da Silva, 41. **Isabela Palhares e Matheus de Moura**

Anitta comanda bloco no centro do Rio Guito Moreto/Ag. O Globo

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Devoto dos pobres, fez morada em São Paulo

JAIME CROWE (1945 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO "A culpada por tudo é a pobreza, minha filha. Não há nada mais a se preocupar neste país", disse, em 1992, o padre Jaime Crowe à então desempregada Rosângela Cardoso, durante uma missa realizada na Paróquia Santos Mártires, no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo.

Naquela década, o Ângela, assim chamado por seus moradores, foi considerado um dos locais mais violentos do mundo pela ONU (Organização das Nações Unidas) por sua alta taxa de homicídios.

Lá, o irlandês travou, por mais de 30 anos, uma guerra santa contra a desigualdade, que dizia ser o principal agente da violência. "Ele salvou a vida de muitos. Era padre, mas era santo", declara Rosângela Cardoso, hoje assistente administrativa.

Padre Jaime chegou ao Brasil em 1969, em plena ditadura militar. A missão dada pela Igreja era uma: destruir o fantasma comunista que assombrava o país. Logo que chegou, percebeu outros problemas a serem exorcizados, o principal sendo a desesperança.

Em 1986, iniciou seus trabalhos pastorais no Jardim Ângela, fundando a Paróquia Santos Mártires. Denunciava as jovens vidas ceifadas pela violência, especialmente do tráfico e da polícia, que assolava o bairro.

Toda semana, o irlandês gostava de fazer caminhadas pela comunidade. Observava, respirava fundo e agradecia por todas as vidas ali ainda presentes.

A preocupação social de Jaime Crowe o tornou referência e atraiu aliados, como dom Paulo Evaristo Arns.

Em 1995, eles estavam juntos na primeira edição da Caminhada Pela Vida e Pela Paz. O evento foi pensado por padre Jaime para denunciar os mortos em decorrência da violência do Estado.

Por seu trabalho, reconhecimentos não faltaram, como o Prêmio USP (Universidade de São Paulo) de Direitos Humanos e o Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns.

Há dois anos, após seguidos problemas de saúde, Jaime Crowe deixou a paróquia e o bairro ao qual foi devoto para viver ao lado da família em Limerick, na Irlanda. Na segunda-feira (20), ele morreu, aos 77 anos, após um ataque cardíaco.

Figuras como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Silvio Almeida e Fernando Haddad prestaram homenagens.

"Padre Jaime estará sempre presente em nossas lutas por um mundo mais justo e fraterno. Obrigado por todos seus ensinamentos e por sua solidariedade para com nosso povo", afirma o ex-deputado estadual Simão Pedro, amigo do padre.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Usuários buscam sexo sem camisinha em aplicativo

Ato é ‘aventura irresponsável’ mesmo com profilaxia para HIV, alerta médico

Bruno Lucca

Catarina Pignato

SÃO PAULO Abrindo o aplicativo, não é preciso procurar muito. “Só no pelo” e “sem capa”, expressões populares para sexo sem camisinha, são inscrições comuns em bios do Grindr, plataforma LGBTQIAP+ para encontros casuais.

Lançada em 2009, a plataforma rapidamente alcançou pessoas em todos os continentes, a maioria de homens que fazem sexo com outros homens. Só no Brasil, são mais de 50 milhões de downloads do aplicativo.

Há muita representatividade. Sigilosos, nerds, ursos, barbies, daddies e twinks lançam seus atributos em busca do alvo mais qualificado —ou somente o mais próximo.

Filtros são inexistentes e fetiches são incentivados. Há os submissos, os podólatras e os exclusivamente operantes sob efeito de entorpecentes. Mas, entre as preferências, uma começa a causar preocupação entre os usuários: a ausência do preservativo como condição para as ficadas.

É o caso do publicitário Felipe Souza, 26, de São Paulo. No Grindr, Felipe não divulga seu nome, mas utiliza um emoticon de berinjela, simulacro virtual de um pênis.

O jovem também esconde o rosto, mas não suas preferências sexuais: “ativo e só sem capa”, mostra, em caixa alta, sua descrição.

Há quem tope a empreitada, e muitos, afirma o jovem.

Somente nas regiões da Santa Cecília e República, no centro de São Paulo, há mais de duas dezenas de perfis com descrições similares à de Felipe no aplicativo.

A aparente despreocupação do publicitário tem um motivo: ele está em Prep (Profilaxia Pré-Exposição), método preventivo à infecção por HIV, vírus causador da Aids.

De acordo com estudos, a terapia reduz em até 95% a incidência do vírus em participantes com níveis sanguíneos detectáveis do medicamento —ou seja, com adesão constante à prevenção.

Existem duas formas de utilizar o método. A contínua, com o uso de um comprimido diário sem tempo determinado, e a sob demanda, em que se deve consumir a associação até duas horas antes da relação sexual e tomar outras duas doses em até dois dias.

No entanto, há ressalvas: a Prep, que consiste na combinação dos antirretrovirais tenofovir e entricitabina, barra somente o HIV, deixando caminho ainda aberto para outras ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), além de proteger exclusivamente quem faz o tratamento, e não o parceiro.

Para o infectologista Alvaro Costa, do Centro de Referência e Treinamento DST/Aids de São Paulo, a desinformação é um grande problema. “O desejo guia nossas relações, até nos deixando sem noção das furadas em que poderíamos nos meter”, diz.

Ele explica que a Prep é um método complementar de prevenção, sendo ainda crucial o uso de camisinha.

“A pessoa aparece no aplicativo e te diz: ‘tô em Prep, tá seguro’. Beleza, ela está segura em relação ao HIV, mas e sífilis, gonorreia e afins? Quem se dispõe a ter uma relação com ela, mesmo que também tomando a profilaxia, embarca em uma aventura irresponsável”, alerta Costa.

Dados do Ministério da Saúde mostram que a maior parte dos beneficiários da Prep são homens que fazem sexo com outros homens. O método alcança mais os brancos, pessoas acima dos 30 anos e as mais escolarizadas, além de ter alta taxa de desistentes.

“É muito comum ver pessoas procurando sexo sem camisinha em vários aplicativos, mas especialmente no Grindr. Eles têm um modus operandi: dizem que a camisinha incomoda e vêm com o argumento de que fazem a utilização da Prep”, diz o assistente administrativo Douglas Reri, 26. Morador de Salvador, na Bahia, ele usa a plataforma com frequência.

Douglas prefere ignorar perfis do tipo. Não usuário da profilaxia, o soteropolitano afirma ter relações somente com uso de camisinha.

A queixa é a mesma do marqueteiro Gyan Carlos, 26. O jovem vive no Rio de Janeiro e utiliza meios virtuais de relacionamento, em especial o Grindr, para sexo casual.

Quando pipoca uma notificação de “tap”, termo da plataforma para um botão que sinaliza interesse em alguém, Gyan já procura se há no perfil informações sobre o uso da “capa”.

“Não faço sexo sem camisinha, e isso é sempre uma questão quando procuro envolvimento com alguém casualmente. Não dou abertura alguma”, diz ele.

O designer paulistano Janderson Sarquis, 30, é um dos que treinaram o olhar analítico para a plataforma.

“Tem gente de todo tipo, com todo fetiche e preferência. Precisamos entender o que queremos e fazer um filtro, porque aquelas pessoas estarão sempre ali, boas ou ruins para a nossa necessidade”, diz Sarquis.

Ele afirma que esse processo de reconhecimento é importante para se manter longe de problemas.

“Quando você descobre seu ponto, é uma boa experiência e você consegue desviar de qualquer toxicidade para se encontrar naquela dinâmica”, completa.

> “A pessoa aparece no aplicativo e te diz: ‘tô em Prep, tá seguro’. Beleza, ela está segura em relação ao HIV, mas e sífilis, gonorreia e afins? Quem se dispõe a ter uma relação embarca em uma aventura irresponsável
>
> **Alvaro Costa**
> Infectologista

Adams Carvalho

Máquina de moer gente

Não houve falha das instituições na hecatombe da semana passada

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

Eu tinha 16 anos, era inocente, puro e besta —como dizíamos quando eu tinha 16 anos e era inocente, puro e besta— ao desembarcar de um ônibus São Geraldo, após 23 horas de viagem, na praça central de Itaúnas.

Em 1994, a vila de pescadores na fronteira do Espírito Santo com a Bahia tinha só uma pousada e o restaurante da Dona Tereza. (Tereza servia um PF de peixe frito tão demorado que até hoje não sei se era mesmo o manjar dos deuses que me parecia ou se o gozo sobrenatural ao comê-lo vinha das horas de espera).

Em frente à Dona Tereza, toda noite, sob um galpão com piso de cimento queimado, rolava o forró até de manhãzinha. O rei do forró era o Tatu, um caiçara da minha idade, pele dourada e enorme de forte.

Tatu tinha uma canoa construída por ele mesmo e era nela que levava para passeios rio adentro as belas paulistas que os inocentes, puros e bestas como eu cobiçavam –embalde.

Se eu fosse uma bela paulista, também preferiria o Tatu a mim. Ele não era só bonito, forte e fazia canoa: cerzia rede, entendia de marés, caçava polvo no arpão, saía para pescar por dias no alto-mar feito um personagem numa música do Caymmi. Todos os garotos e homens por ali eram assim.

Construíam as próprias casas, os próprios barcos, garantiam a própria comida, tinham suas próprias crenças, festas, mitos e ritos. Uns Leonardos da Vinci, "uomini universali" autossuficientes da vida praiana.

Nascido e criado em São Paulo, eu nunca tinha visto pobreza econômica aliada a tamanha riqueza cultural. Minha experiência litorânea resumia-se basicamente a Ubatuba e São Sebastião. A rodovia Rio-Santos, com pouco mais de vinte anos, já tinha conseguido transformar quase todas as comunidades caiçaras de São Paulo em startups de aculturação, em incubadoras de caseiros, garçons e piscineiros para os ricos paulistas.

Nas praias que eu frequentava, os caras da geração do Tatu já estavam todos do jeito que o rico de São Paulo gosta, de uniforme e cabeça baixa, sem saber fazer canoa ou navegar, falando "sim, senhor, não, senhor, desculpa qualquer coisa, senhor". (Essa castração existencial a que chamamos, orgulhosos, de "qualidade nos serviços" —o contrário do Rio, com aqueles pobres tão mal adestrados.)

É impressionante a imutabilidade da história brasileira. A nossa elite é incapaz de viver sem a dependência permanente de uma senzala. (Aliás, não bastaram os caiçaras, ainda foi necessário trazer milhares de migrantes nordestinos para abrir os guarda-sóis dos veranistas).

Eu penso muito antes de escrever coisas como "o rico de São Paulo" ou "a nossa elite" ou "senzala". Parece discurso fácil em centro acadêmico, mas o que posso fazer se a realidade brasileira é um clichê, do Borba Gato à Barra do Sahy?

Não houve falha das instituições na hecatombe da semana passada. É o contrário. As nossas instituições existem há 523 anos justamente para manter rico em conforto e segurança de um lado e pobre do outro, amontoado do jeito que der. Parte da culpa pela desgraça pode ser atribuída ao aquecimento global.

A outra parte é fruto do que o Darcy Ribeiro chamava da nossa "máquina de moer gente". Um sistema muitíssimo eficiente que em poucos anos faz vigorosos argonautas naufragarem em terra firme (sic).

Por esses dias tenho pensado muito em Itaúnas e no Tatu. Que rumo terão tomado? Será que os filhos do Tatu sabem construir canoa, aguentam caçar polvo no pulmão, navegam por alto-mar? Ou será que o turismo (do qual eu fiz —faço— parte) já se encarregou de agarrá-los pelas bolas e arrastá-los à parte que lhes cabe destes latifúndios?

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro**, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Agentes da Força Nacional do SUS analisam um bebê no primeiro dia de trabalhos na comunidade yanomami, em Roraima Igor Evangelista/MS

Força do SUS que atende yanomamis atuou na boate Kiss e com barragens

Atualmente, há mais de 40 mil voluntários cadastrados no programa, criado para emergências

VIDA PÚBLICA

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO A situação emergencial das comunidades yanomamis, em Roraima, onde indígenas foram encontrados com desnutrição severa e diagnosticados com doenças como malária, colocou em evidência um braço da saúde pública que já atuou em mais de 60 missões pelo país.

Criada em 2011 para responder a situações de calamidade, a Força Nacional do SUS (Sistema Único de Saúde) esteve presente, por exemplo, no atendimento às vítimas do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), em 2013, na resposta ao rompimento das barragens de Mariana (MG), em 2015, e de Brumadinho (MG), em 2019, e na pandemia da Covid-19.

Formado por funcionários públicos e voluntários de diversas áreas, o grupo tem o objetivo de atuar quando um estado ou município afetado por um desastre estiver com capacidade de resposta esgotada.

Ao ser solicitada, a Força Nacional do SUS também atua na assistência em situações epidemiológicas e de desassistência à população, como ocorreu no pico da imigração de haitianos, e na gestão de grandes eventos como a Copa e as Olimpíadas do Rio.

São profissionais de diversos estados do Brasil e com diferentes vínculos empregatícios, de acordo com Nilton Pereira Junior, diretor do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e Urgência do Ministério da Saúde.

Eles desempenham a função assistencial no território por de sete a dez dias. O período pode ser prorrogado em casos excepcionais.

Atualmente, há mais de 40 mil voluntários cadastrados no programa, segundo o Ministério da Saúde. Eles não são remunerados. Recebem apenas ajuda para transporte, alimentação e estadia.

> “O problema nutricional é absolutamente emergencial, porque as pessoas estão correndo risco de vida
>
> **Ligia Bahia**
> professora de saúde da UFRJ

No grupo, há profissionais do serviço público e privado, de instituições filantrópicas e também autônomos.

Um deles é o médico emergencista Antonio José Marinho Cedrim Filho, 45, que já esteve em algumas missões, mas classifica a crise enfrentada pelos yanomamis como a mais complexa.

“Entre os principais desafios está a comunicação com a população indígena, o acesso, a cultura e as crenças dessa população”, afirma ele, que é regulador e intervencionista do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) Macro Norte e médico do Suporte Aéreo Avançado de Vida de Minas Gerais.

Quando a equipe chega ao local onde há situação de emergência, afirma Cedrim Filho, o primeiro passo é identificar os riscos existentes. Caso haja algum risco, ele explica que a equipe se afasta para manter sua segurança e retorna assim que o perigo esteja controlado.

Antes das ações em campo, normalmente são realizados treinamentos. Pereira Junior afirma que, na missão na Terra Indígena Yanomami, os voluntários recebem orientações sobre antropologia e cultura da etnia.

Eles também foram capacitados para fazer o atendimento aos casos de malária nas regiões endêmicas e receberam instruções para atuação em casos de desnutrição grave em crianças.

Professora de saúde pública da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), a médica Ligia Bahia ressalta que certos tipos de atendimento devem ser realizados por especialistas para não complicar ainda mais a situação das vítimas.

“Ficamos muito preocupados com a nutrição que estão fazendo [na terra indígena de Roraima]. Não se pode simplesmente chegar e dar água. O problema nutricional é absolutamente emergencial, porque essas pessoas estão correndo risco de vida.”

Ligia elogia o programa, mas lembra que sua utilização deve se restringir a casos de urgência, não para remendar a falta crônica de profissionais em determinadas localidades do país.

Após a declaração de emergência em saúde pública na terra yanomami, em janeiro, 61 voluntários da Força Nacional do SUS foram encaminhados para apoio às ações de assistência entre 23 de janeiro e 16 de fevereiro deste ano, relata o ministério.

Nova campanha de vacinação contra Covid começa na segunda

Raquel Lopes e Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai se vacinar contra a Covid-19 na abertura da campanha de vacinação na segunda-feira (27).

A intenção do governo é mostrar volta à normalidade e confiança na imunização, uma das principais bandeiras da campanha à presidência do então candidato do PT.

Durante a transição de governo, Lula disse que uma prioridade seria recuperar o PNI (Programa Nacional de Imunizações), que virou um departamento no Ministério da Saúde, e ampliar a cobertura vacinal. O presidente já é vacinado contra a Covid-19 e tomará mais uma dose de reforço, que passou a ser indicada para maiores de 60 anos.

A ideia é fazer um contraponto à gestão do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL). O ex-mandatário desincentivou a vacinação, afirmou diversas vezes que não iria se vacinar e colocou seu cartão de vacinação sob sigilo.

Na fase aguda da crise sanitária, Bolsonaro promoveu aglomerações, desaconselhou o uso de máscaras e politizou a vacinação, disseminando teorias falsas, a exemplo do episódio em que associou a vacina à contaminação por Aids.

A intenção de Lula e da ministra da Saúde, Nísia Trindade, é lançar o Movimento Nacional pela Vacinação. A iniciativa prevê ações para ampliar as coberturas de todas as vacinas disponíveis no SUS (Sistema Único de Saúde).

O Ministério da Saúde vai começar o cronograma do Programa Nacional de Vacinação 2023 com o grupo de risco.

Para as pessoas com maior risco de desenvolver formas graves da doença será usada a vacina bivalente da Pfizer. Esse modelo é uma atualização do imunizante que utiliza a cepa original do Sars-CoV-2 e da variante ômicron BA.1.

Também está prevista a intensificação na campanha de influenza, em abril, antes da chegada do inverno, quando as baixas temperaturas levam ao aumento nos casos de doenças respiratórias.

Haverá, ainda, ação de multivacinação de poliomielite e sarampo nas escolas, o que deve acontecer a partir de maio.

Especialistas avaliaram que a campanha de vacinação terá início com atraso na mobilização e com desafio de retomar a confiança da população.

Carla Domingues, ex-coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, disse que há dois desafios nesta campanha: não há vacina para todos ao mesmo tempo, sendo preciso chamar um grupo de cada vez, e convencer as pessoas a se vacinarem em um período em que não há tanta incidência da doença.

Na sua visão, as campanhas de mobilização já deveriam ter começado. “Há um atraso nessa mobilização, pelo menos uma semana antes já deveria ter começado. Os idosos vão se vacinar primeiro, então deveria já estar sendo explicado em todos os cantos. Isso tem que ser muito esclarecido para não colocar a pressão no vacinador”, disse.

A vacina bivalente é uma atualização do imunizante que utiliza as cepas original do Sars-CoV-2 e da ômicron.

Em entrevista à **Folha**, a nova secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel, disse que a intenção da pasta é fazer estratégias diferentes por regiões do país. Além disso, a pasta pretende acionar um amplo esquema de comunicação, com influenciadores, artistas, políticos, líderes religiosos e professores.

Ethel considerou que 2023 será um ano de transição para começar a melhorar a cobertura vacinal no país.

Ela disse também que há possibilidade de firmar novos contratos com a Pfizer e o Instituto Butantan e ampliar as doses do contrato vigente com a Fiocruz.

Há, ainda, conversas para a vacina da Moderna entrar no portfólio do Ministério da Saúde se for aprovada pela Anvisa para acelerar a vacinação.

equilíbrio

Empresário americano investe US$ 2 milhões por ano para rejuvenescer

Bryan Johnson diz ter diminuído seu ritmo de envelhecimento em 28% com o projeto criado por ele para tratar sua depressão

Luiz Paulo Souza

RIBEIRÃO PRETO Postergar a morte e evitar o envelhecimento é um dos grandes desafios da humanidade. Mas qual o preço do rejuvenescimento? Para o empresário Bryan Johnson, US$ 2 milhões por ano. Esse é o investimento feito por ele no Blueprint, um projeto que busca reverter sua idade biológica.

O americano se define como "atleta profissional de rejuvenescimento" e afirma ter reduzido sua idade biológica em 5,1 anos, além de uma queda de 28% em seu ritmo de envelhecimento desde o início do projeto, há dois anos.

Johnson foi o criador da Braintree Venmo, uma empresa de pagamentos vendida para o Paypal em 2013 por US$ 800 milhões. Após receber um diagnóstico de depressão, decidiu trabalhar neste projeto cujo objetivo é criar um sistema que faça o corpo cuidar de si mesmo da melhor forma possível.

A idade biológica pode ser medida por um conjunto de biomarcadores, que são moléculas que se acumulam dentro de uma célula ou pela capacidade funcional de algum órgão, por exemplo. O avançar dos anos faz com que os marcadores sofram alterações e, assim, torna-se possível saber a idade de um indivíduo.

Hoje, a idade biológica é calculada por meio de exames epigenéticos, área da ciência que estuda alterações reversíveis no material genético dos seres humanos. Johnson afirma que com estes testes foi possível verificar que sua idade epigenética foi "revertida".

Apesar destes marcadores se correlacionarem bem com a idade cronológica, pesquisadores argumentam que sua reversão não necessariamente significa um melhor funcionamento do corpo, rejuvenescimento ou uma menor probabilidade de desenvolvimento de doenças.

"Hoje a melhor maneira de você entender o seu relógio biológico é justamente a alteração epigenética ao longo do tempo", diz o médico e mestre em aconselhamento genético e genômica humana e cofundador da Genera, Ricardo di Lazzaro Filho.

Dustin Giallanza

Bryan Johnson, 45
É fundador da Braintree Venmo, uma empresa de pagamentos digitais vendida para o Paypal em 2013 por US$ 800 milhões. Desde então, investe em projetos voltados para tecnologia e saúde com a OS Fund, uma financiadora de empresas de tecnologia, e com a Kernel, que cria equipamentos de neuroimagem

A redução da idade biológica de Johnson foi calculada a partir da média dos resultados dos relógios epigeneticos Horvath, Peno, Hannum e Grim. Contudo, o único que possui uma correlação clínica relevante com o risco de morte e doenças é o Feno, também conhecido como PCPhenoAge. Segundo o exame, a diferença entre a idade cronológica e a idade biológica do empresário é de cerca de 11 meses.

Além de uma rotina que inclui alimentação, atividade física e suplementação, o projeto Blueprint também envolve cuidados com a pele e abordagens experimentais. Todos os dias Johnson avalia marcadores como peso e horas dormidas. Mensalmente, faz dezenas de exames para avaliar o impacto do protocolo no seu corpo.

Especialistas alertam que o envelhecimento não é uma doença e não deve ser tratado como tal.

*

Você comentou em uma entrevista recente que o projeto Blueprint nasceu de um período de depressão, correto? O projeto nasceu de uma tentativa de resolver os meus próprios problemas. Problemas que levam a comportamentos autodestrutivos, o que inclui comer muito o tipo errado de alimento, sabe? Eu não bebo nem fumo, mas muitas pessoas têm esse e outros hábitos autodestrutivos. Eu me sentia péssimo. Eu dormia mal, minha mente era turva. Eu queria construir um sistema que resolvesse isso. Eu aprendi a pilotar avião, eu sou piloto. Um dia eu estava voando e liguei o piloto automático. Eu fiquei maravilhado porque o piloto automático guiava melhor do que eu no controle manual. Nesse momento eu me perguntei se poderia construir um sistema que controlasse minha saúde e meu bem-estar melhor do que eu mesmo.

> Nós conseguimos reduzir a minha velocidade de envelhecimento em 28%. Nós revertemos a minha idade epigenética em 5,1 anos. E nós só estamos fazendo o básico
>
> **Bryan Johnson**
> Empresário

A ideia do sistema é retirar o aspecto emocional da tomada de decisões e confiar apenas nos dados, certo? Você pode comentar mais sobre isso? Sim. O que nós fazemos é analisar todos os meus órgãos. Esse é um jeito de investigar cada órgão, o coração, os pulmões, o pâncreas, o fígado. Assim nós sabemos o que cada órgão precisa para atingir o seu estado ideal [de funcionamento]. Isso é diferente de como nós fazemos as coisas hoje em dia, que é ir ao supermercado ou à mercearia, olhar para as coisas e escolher sem saber se aquilo é ou não o melhor para o nosso corpo. Nós temos um sistema de medidas, evidência científica e, então, um protocolo.

Uma das informações mais difundidas sobre o seu projeto é que você conseguiu reduzir a sua idade biológica em alguns anos. Como isso é medido? Você pode pensar da seguinte maneira, o coração de alguém com 10 anos de idade tem uma aparência diferente e funciona de maneira diferente do que o coração de uma pessoa com 80 anos de idade. O mesmo vale para alguém com 30, 40 e 50 anos. A mesma coisa acontece com a pele, a de uma pessoa com 10 anos de idade é diferente da de uma pessoa mais velha.

Nós já temos informações suficientes para que você consiga criar um perfil para cada órgão e para cada idade e saber, apenas olhando para a aparência e para a funcionalidade daquele órgão, a idade da pessoa. O objetivo é que meu corpo tenha a aparência e a funcionalidade de uma pessoa mais jovem do que a minha idade cronológica.

Você já está com o projeto em andamento há dois anos. Qual era a ideia original e o que o projeto se tornou? Bom, eu acho que o mais interessante é que nós começamos o projeto com uma pergunta. Onde nós estamos na busca pela fonte da juventude? A ideia da fonte da juventude é tão velha quanto a humanidade. Nós já estamos acostumados com essa história de um grupo de pessoas num bote no meio da floresta indo para um templo para encontrar um elixir. Nós quisemos fazer essa pergunta.

Nós vimos nesses primeiros anos que já caminhamos bastante. Nós conseguimos reduzir a minha velocidade de envelhecimento em 28%. Nós revertemos a minha idade epigenética em 5,1 anos. E nós só estamos fazendo o básico. Nós conseguimos bons resultados em mais de 50 biomarcadores, reduzimos a temperatura do meu corpo em três graus. A próxima etapa será reverter a minha idade. Eu diria que nós estamos apenas começando.

Qual foi a sua maior surpresa desde o início do projeto? Que funciona! Para ser mais específico, nós conseguimos construir um sistema capaz de cuidar de mim melhor do que eu sou capaz.

De acordo com o site, a parte central do projeto é tirar as emoções da tomada de decisões e deixar as escolhas nas mãos dos dados. Qual é o papel das emoções no seu dia a dia hoje? Muitas pessoas acham, quando elas ouvem falar do projeto Blueprint, que eu sou uma pessoa miserável. Que eu não devo sentir nenhum prazer. Elas pensam em todas as razões do porquê eu sou terrível. E depois elas pensam que tudo que elas queriam é que eu entendesse o prazer delas em comer uma pizza, um donut ou de beber. Mas vou dizer o seguinte: eu nunca fui mais feliz. Minhas emoções nunca foram mais positivas. Eu nunca senti mais prazer pela vida. Eu me sinto melhor do que em qualquer outro momento da minha vida.

O projeto disponível no seu site parece superambicioso e eu imagino que não tenha sido tão fácil incorporá-lo na rotina. Quão difícil foi? Uma vez que você diz sim para o sistema, se torna fácil. Antes, o mais difícil era me sentir preso comigo mesmo. Eu tinha que navegar entre decisões 20 vezes por dia. Comer essa ou aquela coisa? Agora eu não preciso mais tomar tantas decisões difíceis. Então é muito mais fácil e melhor.

Qual você acredita que seja o maior inimigo do rejuvenescimento no estilo de vida ocidental hoje em dia? Implementar o sistema é barato e inclui apenas quatro coisas. O número um é priorizar o sono. Essa deve ser a prioridade número um da sua vida. Se o sono é bom, a vida é boa. O número dois é parar com os comportamentos autodestrutivos. Pare de fazer essas coisas que aceleram as doenças, o envelhecimento e a dor. A terceira é comer mais vegetais, nozes, frutas vermelhas e sementes. A quarta é se exercitar. Apenas o básico. Se as pessoas fizerem essas quatro coisas, elas vão alcançar a maioria dos benefícios.

Você acha que algum dia teremos uma pílula do rejuvenescimento? Sim. O momento é agora. Nós estamos mostrando que existem possibilidades.

Para depressão, serotonina não é tudo

Ayahuasca e cogumelos agem mais rápido que neurotransmissor

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Em 2021, a Organização Mundial da Saúde estimava que 280 milhões de pessoas sofriam com depressão no mundo, uma das principais causas dos 700 mil suicídios ocorridos a cada ano. Com a pandemia de Covid, a multidão de deprimidos pode ter crescido para 350 milhões.

Para piorar, pelo menos um terço dos doentes não encontra benefício nos antidepressivos existentes. Daí o interesse nos últimos anos por estudos —ainda preliminares, abrangendo poucos pacientes— com substâncias psicodélicas como alternativa de solução rápida para tantos desassistidos.

Os testes clínicos mais adiantados envolvem a psilocibina de cogumelos mal denominados "mágicos". É bioquímica, não feitiçaria. Melhoras surgem já com a primeira dose do possível medicamento, que, se aprovado por agências reguladoras como apoio de psicoterapia, não deverá ser de uso contínuo.

Resultados promissores, mas igualmente limitados, saíram de ensaios pequenos com ayahuasca e seu componente psicoativo, dimetiltriptamina (DMT). Um estudo pioneiro, controlado por grupo de placebo, testou três dezenas de voluntários com depressão resistente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ninguém sabe direito o que causa a depressão, além, claro, das agruras da vida. O cérebro do deprimido parece sofrer retração de conexões em áreas importantes para o controle de emoções, como o córtex frontal, mas a razão disso é misteriosa.

Uma hipótese punha a culpa no déficit cerebral de serotonina, o chamado "hormônio da felicidade". Grande entusiasmo surgiu em 1986 quando chegou ao mercado a fluoxetina (Prozac), um inibidor seletivo de recaptação de serotonina (ISRS) que aumenta a concentração do neurotransmissor nas sinapses.

A melhora na comunicação entre neurônios alivia muitos deprimidos, mas não todos, como já foi dito. A serotonina, mesmo em maior quantidade, não consegue induzir diretamente a formação de novas conexões (neuroplasticidade), que dariam à mente mais flexibilidade para lidar com as tristezas de todo dia.

Aí entram os psicodélicos. Após meio século de má fama e proibição, vários estudos —inclusive na UFRN— têm mostrado seu impacto na neuroplasticidade. Isso explicaria os benefícios antidepressivos observados já no primeiro dia, ao passo que os ISRSs podem demorar semanas para surtir efeito.

Ocorre que psicodélicos atuam sobre os mesmos receptores neuronais da serotonina, em especial o 5HT2A. Permanecia um enigma que uma substância, a serotonina, seja incapaz de induzir novas conexões e que outras, os psicodélicos, acionando as mesmas chaves celulares, consigam dar o passo antidepressivo adicional.

Uma peça no quebra-cabeças se encaixou dia 17, com um artigo na revista Science do grupo de David Olson, da Universidade da Califórnia em Davis. Olson é também fundador da empresa Delix Therapeutics.

O time mostrou que psicodélicos como a DMT da ayahuasca conseguem penetrar nos neurônios e acionar os receptores 5HT2A lá dentro das células, não só os posicionados na membrana. A penetração seria imprescindível para desencadear a neuroplasticidade e efeitos subjetivos como as viagens psicodélicas.

Muita coisa resta por explicar. Se há receptores para psicodélicos lá no fundo dos neurônios, deve ser porque o próprio organismo produz suas drogas alteradoras de consciência. Com efeito, já se sabe que há DMT endógena no cérebro, a exemplo de endorfinas e endocanabinoides.

Por quê? Para quê? E, mais ainda: qual a explicação para compostos com tamanho poder de modificar a percepção e mesmo combater a depressão serem secretados também nas folhas de plantas como a chacrona (DMT), no corpo de cogumelos (psilocibina) e até no de sapos (5-MeO-DMT)?

| DOM. **Reinaldo Joé Lopes**, Marcelo Leite

ESPORTE AO VIVO | **13h30 Manchester United x Newcastle** Copa da Liga Inglesa, ESPN E STAR+ | **16h Santos x Corinthians** Paulista, RECORD, R7, PLAYPLUS, PREMIERE E PAULISTÃO PLAY | **19h30 Rio Open** Tênis, SPORTV3

Antony e Fred, do Manchester United, comemoram gol contra o Barcelona pela Liga Europa Carl Recine - 23.fev.2023/Reuters

Compra de times por mesma empresa liga alerta no futebol

Família real do Qatar, dona do PSG, pode comprar o Manchester United

Alex Sabino

SÃO PAULO No início do mês, o presidente da Uefa, o esloveno Aleksander Ceferin, disse estar preocupado com a perspectiva de uma mesma entidade, pessoa ou empresa ser dona de diferentes times de futebol.

Poucos dias depois, o presidente do Qatar Islamic Bank, confirmou ter feito uma oferta para comprar o Manchester United (ING), um dos clubes mais famosos do planeta.

O sheikh Jassim Bin Hamad Al Thani tentou esclarecer que a proposta de 5 bilhões de euros (R$ 27,5 bilhões na cotação atual) era sua, como pessoa física, e não da família real do Qatar, da qual ele faz parte. Também seria independente do Qatar Investment Authority, o fundo soberano do país, controlado pela monarquia e com patrimônio de US$ 450 bilhões (R$ 2,35 trilhões).

O Paris Saint-Germain (FRA) pertence a Qatar Sports Investment, uma empresa subsidiária do fundo soberano. Isso pode fazer com que, na prática, o estado qatariano seja proprietário de duas das equipes mais poderosas da Europa. Mesmo que, oficialmente, isso possa ser contestado.

"É um terreno cinzento. O regulamento da Uefa é de 1998 e fala que dois clubes não podem ser controlados pela mesma pessoa ou empresa. Mas qual é a definição de controle? Você pode ter 5% ou 10%, sem cargo de gerência, e interferir em mais de um clube. Claro que [a legislação] tem brechas", diz o advogado Marcos Motta, especialista direito desportivo internacional.

É um problema que pode ser trazido para o Brasil com a lei da SAF, que autoriza as agremiações a se tornarem sociedades anônimas. A Lei Pelé, assim como a Uefa, proíbe que a mesma empresa/indivíduo seja dono de mais um time na mesma competição. Mas as normas precisam ser atualizadas para evitar casos dúbios.

"Deve haver discussão sobre teste de proprietários [se a pessoa interessada tem condições de ser dona], integridade da competição, sistema de licenciamento [as autorizações que o interessado precisa obter para adquirir uma equipe], fair play financeiro. Não vejo ninguém discutindo assuntos como esses na liga no Brasil. Quando você compra um clube, há impacto direto no mercado. Pode acontecer de acertar balanço de um time vendendo ou comprando jogador de outro do mesmo proprietário", completa Motta.

No mês passado, o Botafogo acertou a ida do atacante Jeffinho para o Lyon. Seriam 5 milhões de euros (R$ 27,4 milhões) por empréstimo de cinco meses com opção de compra. Questionou-se na França o valor alto por uma negociação de tão curta duração. A torcida do alvinegro brasileiro protestou nas redes sociais. As duas agremiações pertencem ao empresário norte-americano John Textor.

Ante a repercussão, o Lyon anunciou logo depois a compra de Jeffinho por 10 milhões de euros (R$ 54,9 milhões).

Transações entre clubes administrados pela mesma empresa não são inéditas. O Zaragoza (ESP) comprou o lateral Cafu em 1995 e o São Paulo colocou cláusula que proibia o atleta de ser revendido ao Palmeiras, que à época tinha a cogestão da Parmalat. Cinco meses depois, o lateral foi adquirido pela multinacional de laticínios e levado ao Juventude, onde também cuidava do futebol. Cafu disputou dois jogos no RS, ficou cerca de um mês e foi para o Palmeiras.

A preocupação com o MCO (Multiple Club Ownership, ou Propriedade de Múltiplos Clubes em inglês) é real porque especialistas de mercado perceberam movimento nesta direção de bilionários no esporte.

A Uefa detectou no ano passado que mais de 6500 jogadores ao redor do mundo estão registrados em equipes com proprietários que se encaixam no conceito de MCO.

A Eagle Football Holdings, de John Textor, além de Botafogo e Lyon, é dona da Molenbeek, da 2ª divisão belga e tem 40% de participação no Crystal Palace, da elite inglesa.

A norte-americana 777 Partners, tem o Vasco, Genoa (ITA), Standard Liege (BEL), Red Star FC (FRA). Também possui participação acionária no Sevilla (ESP). Todos de primeira divisão em seus países.

O City Football Group, companhia que pertence à família real dos Emirados Árabes, é dona de oito clubes em oito países. Entre eles, o Bahia.

A participação das monarquias dos Emirados Árabes, Qatar e Arábia Saudita (dona do Newcastle) carrega a denúncia de sportswashing. Trata-se do uso do dinheiro estatal de nações ricas em petróleo como arma de geopolítica e melhoria de imagem na comunidade internacional. São três países acusados de desrespeito aos direitos humanos e de discriminar a comunidade LGTBQA+ e mulheres.

Apesar das regras da própria Uefa, há precedentes de equipes ligadas à mesma empresa disputarem a Champions League. Algo que pode acontecer com Manchester United e PSG.

"A Uefa abriu precedente quando a Red Bull e seus respectivos times na Alemanha e Áustria disputaram a Champions League. Neste caso, após análise de documentação e compromissos firmados pela Red Bull de que não haveria interferência na independência dos clubes, foi dado sinal verde a participação de ambos. Não há dúvida de que esse será o precedente a ser levantado pelo Qatar", diz Eduardo Carlezzo, advogado especializado em direito desportivo.

Na Vila mais famosa

Sede de jogos memoráveis, Vila Belmiro exige prevenção para não ser palco de tragédia

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

A Vila Belmiro é a mais famosa de todas as vilas. E é a Vila Belmiro a mais famosa de todas as vilas porque foi na Vila Belmiro que jogou o Rei Pelé.

Nela, neste domingo (26), vão jogar, pela 114ª vez, Santos e Corinthians, em jogo importante para os anfitriões, nem tanto para os visitantes, e de alto risco.

Será, também, o primeiro clássico entre os alvinegros sem o Rei Pelé por perto. Ele jogou 47 vezes contra o Corinthians, na maior vítima, e marcou 49 gols, não só lá, o que nem é muito diante de tudo o que o Rei aprontou na Vila.

Ir à Vila na década de 1960 era como ir ao teatro para ver o melhor ator de todos os tempos fazer história, encantar. Fosse quem fosse que contracenasse com Ele. Romantismos à parte, a Vila Belmiro nunca teve segurança.

Basta dizer que parte dela despencou em 1964, exatamente em tarde de domingo entre Santos e Corinthians, quando a arquibancada de madeira veio abaixo no sexto minuto do jogo e deixou feridas 181 pessoas.

Nada menos que 32.986 torcedores superlotaram o estádio!

A capacidade atual prevê a metade e foram esgotados os 11 mil ingressos para este domingo, com mais 4.000 disponibilizados para os donos de cadeiras cativas. Mesmo assim, e por isso, o risco é alto.

Basta lembrar de julho passado. quando, pela Copa do Brasil, o Corinthians eliminou o Santos e houve invasão de gramado, com agressões a Cássio, além de bombas e sinalizadores atirados contra o goleiro.

Inaugurado em 1916, o estádio que leva o nome de Urbano Caldeira, saudoso zagueiro, treinador e vice-presidente do Santos, é mesmo um caldeirão tido como incompatível para a era dos estádios seguros como têm os demais grandes de São Paulo.

Em tese, a relação entre tamanho do estádio e segurança não deveria existir, houvesse competência e obediência à legislação para a realização dos jogos, com as devidas medidas de prevenção.

Pequenos palcos pela Europa afora são prova disso.

Os cuidados com a capacidade das arquibancadas não foram acompanhados pela fiscalização no Brasil — e o que poderia ser pacífica nostalgia de velhos tempos está sempre ameaçada pela tragédia.

Dentro de campo, a situação santista beira o desespero pela iminência da desclassificação para a fase final do Paulistinha, e a corintiana se resume ao desafio de jogar bem fora de casa, o que ainda é ansiosamente aguardado pela Fiel, que só verá o embate pela TV.

Ainda bem, parece mentira dizer isto, que é jogo de torcida única, porque diante da invencível incapacidade de controlar a violência da minoria de torcedores, clássicos com duas torcidas, na Vila mais famosa do mundo, seria convite para barbárie.

Note a bizarrice, por exemplo, da nota da Torcida Jovem do Santos, contra a violência, publicada recentemente: "A Diretoria da Torcida Jovem do Santos vem informar a todos os associados que a partir de hoje está proibido qualquer ato de violência contra qualquer torcida organizada no Estado de São Paulo. O associado que não cumprir com a determinação será responsabilizado dentro e fora do estatuto".

Em São Paulo não pode. E fora? E o que é punir "fora do estatuto"?

A polícia desconfia que a motivação da iniciativa nada tenha de exemplar, mas apenas atenda à exigência do PCC, cujos negócios são prejudicados quando os torcedores se agridem.

A Vila não merece.

Futebol não é só o que se vê

Como existem no futebol tantas variações e incertezas, é muito difícil definir o certo e o errado

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

No meio de semana, o Manchester City, mais uma vez, jogou abaixo do que se espera, no empate por 1 x 1 contra o Leipzig, da Alemanha, pela Champions League. Haaland, como é habitual, tocou pouquíssimas vezes na bola. Dessa vez não fez gol, o que é surpreendente. Ele é um dos principais artilheiros do futebol mundial.

Após a contratação de Haaland, o City teve uma queda no desempenho, nos resultados e no número de gols marcados, que se concentraram no atacante norueguês. Isso não significa que a solução seja tirar o centroavante, pois inúmeros outros fatores podem estar presentes para explicar a queda da equipe.

Mesmo assim, o City continua na vice-liderança do Campeonato Inglês e com grande chance de, em casa, vencer o Leipzig e se classificar para as quartas de final da competição europeia.

No futebol, quase sempre as causas das atuações e resultados são muitas. Nós, comentaristas, é que tentamos simplificar e procurar um único motivo para tudo.

As discussões são antigas, sobre se é melhor ter um clássico centroavante, grande artilheiro ou um que se movimenta mais, participa mais das jogadas, mesmo fazendo menos gols. Melhor ainda é o centroavante que faz e que dá muitos passes para gols, como Benzema e Kane. Esses são os craques artilheiros.

Na linguagem moderna, adoram dizer que o centroavante que se movimenta bastante, recua, dá passes para gols e participa do jogo coletivo é chamado de falso 9.

Antes do Mundial de 70, Zagallo, após substituir João Saldanha, convocou dois típicos centroavantes, Roberto e Dario, que na época era o maior artilheiro do Brasil. O técnico disse que eu seria o reserva de Pelé, pois era um meia-atacante no Cruzeiro, embora tivesse sido o artilheiro da seleção nas Eliminatórias para a Copa.

Perto do Mundial, Zagalo mudou de ideia e me escalou para ser o centroavante. A seleção não precisava de mais um artilheiro, pois já tinha Pelé e Jairzinho. Fui um centroavante armador, facilitador para os dois.

Muitas vezes, um treinador faz uma substituição certa e dá errado por inúmeros outros motivos. Ou ocorre o contrário. Outras vezes um time está perdendo, mas jogando bem, criando chance de gols e o técnico muda a equipe. Perde a chance de ganhar. Especiais são os treinadores que mudam no momento certo e a mudança dá certo.

Diferentemente do que alguns pensam, dou uma enorme importância ao trabalho dos treinadores, que precisam formar e comandar um grupo, planejar, criar estratégias e ainda conviver com a crítica. Não é fácil. Discordo apenas da supervalorização dos treinadores, nas vitórias e nas derrotas, como se tudo que ocorresse num jogo fosse programado, ensaiado e determinado pela ação dos treinadores.

O futebol vive de clichês, de lugares-comuns e de comentários prontos para todas as possibilidades que acontecem em um jogo. Assim é também em outras atividades. Poucas vezes a pessoa é surpreendida com o inusitado. O mundo é um clique.

Como existem no futebol tantas variações, possibilidades e incertezas, é muito difícil definir o certo e o errado. O comentarista costuma analisar o jogo de acordo com o resultado e com as suas opiniões e conceitos. O futebol não é só isso que se vê. É um pouco mais!

Parafraseando o grande poeta Manoel de Barros, grande parte de um jogo é inventado e o restante é discutível.

| DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho** | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Renata Mendonça | SÁB. Katia Rubio

NOSSO ESTRANHO AMOR

Pedro Mairal
folha.com/nossoestranhoamor

Fotos roubadas

Nesta foto consegui captar uma coisa sua. Sim, diz Vanessa. Porque eu tirei sem que você percebesse.

Ele mostra a ela a foto impressa em formato grande, em papel. Ela está na sacada, olhando ao longe, com o cenho franzido, sem perceber que a lente a mira. Um gesto típico seu, mas que desaparece assim que ela nota a câmera.

Quando vê a câmera, Vanessa se torna luminosa e sorridente. Seu lado um pouco obscuro e secreto fica difícil de ser captado. Ele só conseguiu captá-lo nessa foto porque tirou sem avisá-la.

Gianni, você me prometeu que não vai postar as minhas fotos no Instagram, né? Sim, ele diz, prometido. Não postei nenhuma, relaxa.

Tem também outra foto que tirou dela sem avisar. Nunca mostrou a ela. Num amanhecer, ele a viu dormindo nua, de bruços, e viu como pequenos círculos de sol filtrados pela persiana iam subindo por seus pés. Então pôs o celular de lado, como se estivesse carregando no parapeito da janela, pôs no modo vídeo, em câmera acelerada, e saiu do quarto para não atrapalhar. O resultado, visto um tempinho depois, quando ela se levantou, foi deslumbrante. As linhas de círculos perfeitamente geométricos iam subindo por seu corpo nu.

Fazia pouco tempo que Vanessa tinha se mudado para o apartamento dele em Pinheiros. Estavam bem instalados ali. Tiveram uma faxineira que ia uma vez por semana, mas como roubou US$ 2.000 que Gianni tinha escondido em umas caixas de foto, Vanessa a despediu e agora estavam procurando outra.

Gianni estava feliz morando com ela, enternecido com sua juventude e sua beleza constante. Ela assumia um papel meio decorativo, tomava café com um pé em cima da cadeira, abraçando a perna, mexendo no celular como se estivesse preocupada, e quando via que ele a estava olhando, sorria docemente. Não sabia nada sobre ela. Apenas o que ela tinha contado: que era filha única, que nasceu em Minas, onde viviam seus pais.

Ele a conhecera em uma sessão para a Revlon; as fotos de la afinal não foram selecionadas, mas ele entrou em contato depois para um trabalho para uma linha de xampu. Saíram juntos, transaram no estúdio dele. Ela foi ficando.

Gianni não tinha família no Brasil. Nascera em Milão, trabalhou na Europa como fotógrafo durante anos. Aos 35 viajou a São Paulo para uma campanha de perfumes e desde então ficou. Primeiro na Vila Madalena, agora em Pinheiros. Isso já fazia dez anos.

Quando percebiam esse lado de homem fossilizado, imperturbável, afundado em suas rotinas de trabalho, que não queria viajar (estava cansado de viajar), nem sequer ir ao cinema, que no máximo ia a um restaurante uma vez por mês, contrariado, as namoradas o deixavam em poucos meses. Ele parecia um tipo blindado. Como se vivesse em um desses estojos pretos de suas lentes e câmeras.

Obcecado por essa natureza quase infotografável de Vanessa, uma tarde, assim que ela sai, ele decide segui-la de carro para tirar fotos dela pela rua, sem ser notado. Segue o ônibus em que ela sobe. Pouco depois, a vê descer na Santa Ifigênia. Na porta de uma loja, cumprimenta um homem parecido com ela, talvez seu irmão.

Gianni para o carro e tira fotos sem baixar a janela. Vanessa está com o cenho franzido, seu verdadeiro rosto revelado. Parece discutir com esse homem. Ela tira um rolo de notas do bolso. Dá ao homem. Aparece uma mulher com um menino no colo. Sacodem os braços em um diálogo cheio de fúria e repreensões.

Vanessa solta toda uma bateria de gestos que Gianni nunca a tinha visto fazer. Quase não a reconhece. Tira uma última foto e vai embora.

Tradução de Livia Deorsola

Bruno Santos/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Delizamento de terra no norro na Barra do Sahy, onde 50 casas desabaram, em São Sebastião, devido às fortes chuvas que atingiram o litoral norte paulista no último final de semana, quando um volume de 600 mm —1 mm equivale a 1 litro de água por metro quadrado— destruiu a cidade, afetou estradas, como a Rio-Santos, e deixou mais de 50 mortos, 2.251 desalojados e 1.815 desabrigados. Equipes de resgate ainda procuram por pessoas desaparecidas.

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Setecentos menos seiscentos / Cevada gelada **2.** Aceitar ordens **3.** (Vidas) Uma das mais famosas obras de Graciliano Ramos **4.** Cada uma das contas menores de um rosário **5.** O filho do meu irmão, em relação ao meu pai / Percurso de um navio **6.** Abreviatura de doutora / O castigo proporcional ao crime **7.** O rio que atravessa a estepe e a tundra da Sibéria ocidental; é um dos maiores do mundo / Marcado cronologicamente **8.** Revelador de presenças misteriosas **9.** Cheio de vida **10.** (Gír.) Movimento da rua, de uma multidão / Paulo Gustavo (1978-2021), ator e humorista **11.** (Fig.) Falta de reação, de iniciativa **12.** Ramo subterrâneo de uma planta / Abreviatura (em português) de Honduras **13.** Matéria usada em joalheria, próteses dentárias etc. / Famoso imperador romano.

VERTICAIS
1. Em informática, instrução determinada em um programa de computador **2.** As iniciais da cantora carioca Borba (1923-2005) / Pequena flor, em espiga, muito perfumada / Sufixo da Rússia nos endereços da internet **3.** Pequeno planalto / Observar atentamente **4.** (Ingl.) Diz-se de clipe feito para apresentação comercial / (Inform.) Nome do website, que vem logo após o www **5.** A cidade da Arábia Saudita que é considerada santa pelos muçulmanos / Serenidade de ânimo **6.** Causador **7.** Contundido / O revolucionário argentino Guevara **8.** Tim Robbins, ator de "Um Sonho de Liberdade" / Amarrado, imobilizado / O antônimo de melhor **9.** Erva usada em pizzas.

HORIZONTAIS: 1. Cem, Malte, **2.** Obedecer, **3.** Secas, **4.** Ave Maria, **5.** Neto, Rota, **6.** Dra, Pena, **7.** Ob, Datado, **8.** Evocador, **9.** Animado, **10.** Agito, Pg, **11.** Inércia, **12.** Raiz, Hon, **13.** Ouro, Nero. **VERTICAIS: 1.** Comando, **2.** EB, Verbena, Ru, **3.** Meseta, Vigiar, **4.** Demo, Domínio, **5.** Meca, Pacatez, **6.** Acarretador, **7.** Lesionado, Che, **8.** Tr, Atado, Pior, **9.** Orégano.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

			5					6
3	5		9					7
9	6				2		1	
	3			5	4			
2			6		3			8
			2	8			6	
	9		4				8	3
7					6		5	2
4					5			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	7	2	5	4	1	9	3	6
3	5	1	9	6	8	2	4	7
9	6	4	3	7	2	8	1	5
6	3	8	7	5	4	1	2	9
2	4	6	9	1	3	5	7	8
5	1	7	2	8	9	3	6	4
1	9	5	4	2	7	6	8	3
7	8	3	1	9	6	4	5	2
4	2	6	8	3	5	7	9	1

FRASES DA SEMANA

TRAGÉDIA NO LITORAL
Eudes Assis
chef de São Sebastião (SP) e dono do Taioba Gastronomia, que produziu 10 mil marmitas e arrecadou mais de R$ 900 mil para ajudar a população afetada pelas chuvas que mataram mais de 50 pessoas

"Sou nascido e criado aqui. Nunca vi uma catástrofe como essa. Era um cenário de filme de guerra, desesperador. As casas com água no telhado, carros boiando, pessoas desnorteadas"

CARNAVAL EM SÃO PAULO...
Solange Cruz Bichara
presidente da Mocidade Alegre, na terça (21), após a escola conquistar pela 11ª vez o título de campeã do Carnaval de SP

"Estava batendo na trave e agora foi. Eu falei para a nossa comunidade que precisávamos entrar como campeã, passar como campeã e sair como campeã. O resto era com os jurados. Deu super certo"

...E NO RIO DE JANEIRO
Cátia Drumond
presidente da Imperatriz Leopoldinense, na quarta (22), após a agremiação vencer pela 9ª vez o Carnaval do Rio de Janeiro

"É para você CPX, é para você Complexo do Alemão. Esse grito estava na garganta e saiu após 22 anos. Estamos todos muito felizes, renascemos das cinzas"

DESBRAVANDO
Katarina Feitoza
do PSD, na terça (21), ao tomar posse no Congresso, onde ela e Yandra de André (União Brasil) se tornaram as primeiras deputadas federais eleitas por Sergipe, sobre as dificuldades para ser eleita

"É como se a gente estivesse numa corrida de 100 metros, competindo com os homens, só que a nossa corrida é com obstáculos, então, temos que enfrentar vários deles até chegar lá na frente"

DIREITA RACHADA
Carla Zambelli
deputada federal (PL-SP), na quarta (22), à **Folha**, quando fez críticas a Jair Bolsonaro e levantou a bandeira branca ao ministro Alexandre de Moraes, do STF

"Tenho dito que, como deputada, minha briga não pode ser a mesma da legislatura passada. Eu tinha o papel de defender Bolsonaro e o governo, qualquer um que os atacasse tinha que virar um alvo meu. Nesta legislatura, Bolsonaro não é mais presidente, então nosso alvo tem que ser Lula, seus feitos e desfeitos. A gente está em outro patamar, agora não é hora de bater no STF. Na live que Bolsonaro fez em 30 de dezembro, ele tinha que ter deixado claro o que pensava. Ele seria um remédio [contra golpismo] se tivesse dito que era para as pessoas saírem dos quartéis"

SEM MUNDIAL
Alexandre de Moraes
ministro do STF, que é corintiano, na quinta (23), em brincadeira com o colega Dias Toffoli, que torce para o Palmeiras

"Depois daquele trágico evento do Corinthians com a Rússia, nós extirparmos os russos do Corinthians e, depois, ainda fomos campeões mais duas vezes do Brasileiro e uma do Mundial, em 2012, [título] que o Palmeiras não tem, infelizmente, ministro Toffoli"

ALERTA
Monica Iozzi
atriz, na quinta (24), ao revelar que sofreu agressão de um ex-namorado

"Se você é novinha e está ouvindo isso, do cara começar a controlar qualquer coisa... cuidado. O primeiro sinal que tive é que ele não queria que eu não saísse mais sem sutiã... foi degringolando, até que me bateu"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 26.fev.1923

Eça de Queiroz é homenageado e vira monumento no Rio

O monumento em homenagem ao escritor Eça de Queiroz (1845-1900) foi inaugurado na avenida Santos Dumont, no Rio de Janeiro, com a presença do prefeito Alaor Prata, de diplomatas de Portugal, de portugueses que vivem na cidade e de acadêmicos, entre outros.

Folha da Noite

A obra estava coberta pelas bandeiras dos dois países e foi desvendada pelo prefeito e por um diplomata durante o evento festivo.

O escritor brasileiro Coelho Neto proferiu um eloquentíssimo discurso no qual aludiu à evolução da língua portuguesa por meio de seus poetas e autores de textos de grande importância até chegar ao nome do escritor José Maria de Eça de Queiroz.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Manifestação das Diretas na praça da Sé, em São Paulo, que reuniu cerca de 300 mil pessoas Fernando Santos-25.jan.84/Folhapress

Diretas, 40

Em 2 de março de 1983, nascia discretamente aquela que seria a maior manifestação popular da história do Brasil e que, mesmo derrotada na Câmara, conduziria o país à redemocratização C4

- Corinthians e outros times que levaram democracia ao campo C6
- Como Brasil e Argentina se livraram de suas ditaduras C7
- As músicas que embalaram as multidões nas ruas C8

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Mônica Salmaso

Não tremo mais quando estou com Chico Buarque

[RESUMO] Prestes a completar 52 anos, cantora fala sobre a turnê em que roda o país ao lado do carioca, celebra a sua carreira, comenta comparações com Elis e Gal e diz que remuneração de serviços de streaming para artistas é 'medieval'

Por **Bianka Vieira**

Mônica Salmaso assistia a uma aula de artes plásticas quando ouviu "Beatriz", composição de Edu Lobo e Chico Buarque, pela primeira vez. Na escuridão de um dos auditórios do Museu de Arte de São Paulo (Masp), enquanto pinturas eram projetadas sobre uma tela, a voz de Milton Nascimento, que gravou a música, se impôs sobre a demonstração e fisgou os ouvidos atentos da paulistana de 16 anos. "Ali, eu tive a sensação de que ia explodir de beleza", relembra.

*

Mais de 30 anos depois, é Mônica quem captura as atenções ao interpretar a faixa, do álbum oitentista "O Grande Circo Místico", na turnê em que se apresenta como convidada de Chico Buarque. As seis primeiras músicas do espetáculo são cantadas por ela. "Quando eu vi que tinha que cantar 'Beatriz' de quinta a domingo, por quatro semanas seguidas, falei: 'Não posso cair na gandaia, não posso ir em lugar cheio em que a gente conversa falando alto'", conta, aos risos, sobre os cuidados com a voz durante a recente temporada no Rio.

*

"Tenho tido uma rotina muito rigorosa de fono, de aquecimento e desaquecimento vocal, de não comer e de não beber certas coisas, de me cuidar para poder dormir e descansar. Estou uma santinha, quase operando milagres", brinca. "E estou sem drogas de nenhum tipo! Eu sou careta 'pacas' porque sou fraca, mas nem um vinhozinho [estou tomando]. Só às vezes, no último dia de show em uma cidade, tomo uma taça."

*

A turnê "Que Tal um Samba?", que em cinco meses já passou por nove capitais, aterrissa na cidade de São Paulo na próxima quinta-feira (2). Em abril, será a vez de Salvador, parada final da caravana que ainda reúne os músicos Luiz Claudio Ramos, João Rebouças, Jorge Helder, Jurim Moreira, Chico Batera, Bia Paes Leme e Marcelo Bernardes. Apesar das centenas de quilômetros rodados com o grupo, Mônica diz faltar palavras para descrever o que tem vivido.

*

"Eu jamais, nem alucinando, podia imaginar que um dia aconteceria um convite como esse. Ao mesmo tempo em que é imenso e 'cinderélico' —eu brinco falando que sou a Cinderela do show—, por um outro lado, é estranho dizer, mas é familiar. Porque essa caneta do Chico, a criação poética e musical dele, é também a minha própria formação."

*

A relação entre os dois começou a ser desenhada muito antes daquela aula no Masp. Ainda criança, Mônica explorava os discos de seus pais enquanto aprendia a manusear o aparelho de som. De "Os Saltimbancos" a "Construção" e "Meus Caros Amigos", ela conta que muito do repertório do carioca foi absorvido precocemente.

*

"O Chico é, provavelmente, o compositor que eu mais ouvi na vida. Eu, pequena, passava muitas horas ouvindo. Às vezes, perguntava para a minha mãe: 'O que quer dizer revés de um parto [verso da música 'Pedaço de Mim']?'. Mesmo sem saber o sentido daquelas palavras, aquele banco de emoções já ia morando em mim."

*

"Esse lugar [inspirador] que o Chico ocupa na minha formação não diminuiu uma vírgula [com a convivência nos últimos meses]. Nem quero que diminua. Porque, se isso acontecer, vou ter perdido uma coisa muito importante para mim. O Chico é de um tamanho na cultura brasileira, como a Fernanda Montenegro e como certas pessoas são, que isso não desgruda mais. Não tem como. E ele tem que lidar com isso também."

*

Não que a aproximação profissional entre os dois tenha se desenrolado sem maiores embaraços. "Eu não tremo mais quando estou do lado dele", diz Mônica à coluna, gargalhando. "A [atriz] Ana Beatriz Nogueira, que passou vários Natais com ele, me falou assim: 'Demorei dez anos para falar 'Chico, passa a salada?'. Porque não tem jeito, essa pessoa nunca vai ser alguém comum, embora possa ser familiar. Mas eu já falo 'passa a salada'", emenda, rindo.

*

"Agora, ele não tem nada a ver com isso. É uma coisa nossa em relação a ele. Ele é muito generoso, muito educado, muito sério no que faz, no que gosta de fazer. Quando canta um verso que é um achado, ele comemora. Você vê que ele canta e saboreia aquele verso. Não do tipo 'nossa, arrasei', mas 'é bom mesmo esse verso'. E isso é bonito de ver. Às vezes, é uma coisa desse tamaninho, é um sorrisinho, mas você está ali, pertinho, e vê."

*

Mais do que a pressão e o encantamento de trabalhar ao lado de alguém a quem há muito admira, ela conta à coluna que a imersão na turnê foi marcada, principalmente, pela disputa eleitoral deflagrada no país em 2022. Desde o palco, ela viveu o pré, o durante e o pós-pleito —e também os ataques golpistas ocorridos em Brasília em 8 de janeiro.

*

"Antes das eleições, para a maioria das pessoas, era a primeira vez que elas saíam de casa para ver um show [após a pandemia de Covid-19]. O que acontecia era uma celebração da ordem do religioso. As pessoas choravam juntas e se abraçavam sem nem se conhecer. Era surreal! É maior do que a gente. 'É maior até do que você, Chico', eu brincava. Eu segurava a onda até acabar o show, porque não consigo cantar chorando, fazer aquela cena bonita [risos]. Fecha a minha garganta, o meu olho, eu fico horrorosa, toda inchada. Mas no bis, para ir embora, eu já estava chorando."

*

"Depois, veio o segundo turno. Muito provavelmente, se fosse outro o resultado, a turnê ia parar", diz, sobre uma eventual derrota de Lula (PT) para o então presidente Jair Bolsonaro (PL). "Não tinha como. Ia ter que mudar 'só' tudo. E tem uma coisa humana de você conseguir fazer, de 'o que a gente vai falar para essas pessoas?'. Nem chegamos a isso. A gente só chegou à agonia de pensar: 'Será que continua?'"

*

Mônica Salmaso recebeu a coluna em seu apartamento no bairro da Aclimação, em São Paulo, onde vive com o marido, o músico Teco Cardoso, e com o filho, Théo, que em breve completará 16 anos. Filha de uma professora e de um engenheiro, ela cresceu no bairro do Jardim Paulista, em um sobrado que passou a receber saraus e noitadas de violão depois que sua mãe se aventurou em aprender a tocar o instrumento musical.

*

Apesar da influência que rondava o teto em que vivia e da voz afinada que desde cedo lhe rendia elogios, Mônica quase "cometeu" um vestibular para o curso de jornalismo aos 18 anos. Foi salva por uma professora de canto. "Fui fazer aula para ser cantora? Não, mas para ser minimamente feliz. Até que eu perguntei para a professora: 'Quando você vai assinar um formulário para comprar uma geladeira, o que você escreve como profissão?'. E ela falou: 'Cantora'."

*

"As placas tectônicas estavam andando e tinham se aberto para coisas que diziam que

Continua na pág. C3

A cantora Mônica Salmaso em sua casa, no bairro da Aclimação, em São Paulo
Eduardo Knapp/Folhapress

Continuação da pág. C2

existiam outros lugares para viver, para fazer música. Eu só nunca tinha me perguntado se eu queria ser isso porque, antes de tudo, tinha essa sensação de que era um sonho muito estratosférico, de que a chance de queda era imensa. Não queria fazer isso comigo."

*

Dois meses após iniciar as aulas de canto, Mônica anunciou que deixaria o cursinho pré-vestibular para se dedicar à música. Mais do que aos pais, a decisão pegou de surpresa uma amiga —que, por acaso, convivia com a atriz Rosi Campos. "Ela contou para a Rosi que uma amiga dela tinha abandonado o cursinho e ia ser cantora: 'Lembra da Mônica? Então, vai ser cantora!'. Meio perplexa assim", lembra, rindo.

*

Mesmo sem ter ouvido nem uma nota sequer saindo da boca de Mônica, Rosi Campos indicou o seu nome para o diretor de teatro Gabriel Villela. Ele procurava por uma cantora que não fosse atriz para fazer o Canto de Verônica, típico de procissões cristãs, na peça "O Concílio do Amor". "A Rosi falou assim: 'Gabriel, eu tenho a pessoa. Nossa, ela é demais! Canta muito bem, lê partitura'. Ela inventou uns troços", conta, rindo.

*

"Foi um privilégio, porque cantor é um bicho que já nasce em um lugar de destaque. Nasce na frente, com um monte de luz em cima. E eu nascia, num primeiro trabalho profissional, no meio de um elenco de teatro, sem atuar. Eu era apenas uma Verônica. Mas, com isso, eu ganhei."

*

Enquanto fazia a peça, que ficou por um ano em cartaz no Centro Cultural São Paulo, Mônica se embrenhou por bares e pegou gosto por "dar uma canja" naqueles espaços. Eram os anos 1990. "Eu cantava de tudo. Trocava o músico, 'agora é choro', eu cantava choro. Aí trocava, era samba, 'posso cantar?' Cantei por uns dois, três anos. Dali, conheci gente para começar o meu trabalho."

*

Com 15 álbuns de estúdio lançados nos últimos 25 anos, a cantora já foi comparada a Elis Regina, Maria Bethânia, Nana Caymmi e Gal Costa pelo compositor Dori Caymmi, com quem lançou o álbum "Canto Sedutor" no ano passado. Mônica se diz honrada com o elogio, mas expressa cautela.

*

Ela afirma se ver como parte de uma geração que ascendeu num momento em que as gravadoras já não estavam mais no auge e em que o modelo da indústria musical passou por significativas transformações. "Quando o Dori fala isso, eu fico superfeliz. É como um presente que você ganha. Mas não é 'colocável' uma coisa no lugar da outra, porque a realidade é muito diferente."

*

"Mesmo a Elis, a Bethânia, o Chico e o Milton não teriam o desenho de carreira que eles tiveram se eles nascessem e começassem a trabalhar nos anos 1990. É outra realidade", diz ela, que sempre esteve associada a selos menores. "Fazendo o que eu faço, o lugar onde estou é dos melhores neste momento. 'Ah, mas não é um lugar da fama'. No meu planeta, esse lugar é o máximo. Tenho autonomia sobre o meu trabalho, vivo dele e tenho um público formado, bonito."

*

Mônica se diz contrariada com o modelo de negócios atual baseado na predominância dos serviços de streaming. E defende que ele seja repensado. "A realidade da remuneração é medieval", afirma. "Aquela assinatura ridícula de R$ 30 para seis contas no Spotify... Para muita gente, a percepção de que aquilo [a música] é um produto pelo qual você paga, é nula. Isso não equivale a comprar um CD. Já é uma desvalorização, é uma pirataria oficial. Tem sobrinho meu falando: 'Mas você compra música?'. E eu respondo: Claro! Porque ele não compra, não paga nem aqueles R$ 30 [da assinatura em família]."

*

A coleção de DVDs e VHSs na estante da sua sala de estar e o robusto diário de sonhos do cineasta Federico Fellini que repousa sobre o seu piano de cauda não escondem o apreço de Mônica pelo cinema. Recentemente, ela assistiu a "Tár", longa protagonizado por Cate Blanchett que disputa o Oscar deste ano. "Como é que pode cancelar Bach? Não pode cancelar Bach", dispara, em referência a uma cena em que um aluno denuncia a misoginia de Johann Sebastian Bach.

*

"O cancelamento é um instrumento político, mas também um instrumento que pode vir a ser diminuidor das nossas possibilidades de conhecimento", diz. "Se você acha que tem restrições a Bach, legal, mas você vai achar um jeito de situar essas suas restrições. Deixar de ouvir Bach? Você vai perder uma coisa meio importante da história da música. Que vai fazer com que você seja uma pessoa mais curta na sua formação. Há coisas para serem vividas ouvindo Bach."

*

Na véspera de completar 52 anos —ela faz aniversário na segunda-feira (27)—, a artista se diz contente ao olhar para o caminho que trilhou até aqui. "Meu trabalho sempre foi no braço. Foi tijolinho em cima de tijolinho, em selos menores, nunca tive uma exposição que fizesse uma coisa de grande alcance. E eu gosto disso."

*

"[Passar dos 50 anos] é uma espécie de vira-curva", afirma à coluna. "Simbolicamente, parece que até fazer 50 anos você constrói um eu ali. Você compra um disco e fala: 'Olha, esse disco é para a minha coleção'. Você acumula coisas que desenham quem você é. Agora, estou nesse lugar de 'quem eu sou daqui pra frente?'."

Mulheres fazem passeata pelas Diretas no largo São Francisco, em São Paulo Paim de Souza - 16.abr.84/Folhapress

A campanha que mudou o país

[RESUMO] Em 2 de março de 1983 a emenda que propunha a restauração de eleições diretas para a Presidência obteve assinaturas suficientes para ser apresentada no Congresso. A campanha das Diretas logo atrairia o apoio de políticos da oposição à ditadura e de vastas camadas da população —com participação decisiva da imprensa, sobretudo da Folha—, tornando-se a maior mobilização popular da história do país. Mesmo derrotada na Câmara, impulsionou o processo de redemocratização e de conquistas da Constituição de 1988, legado hoje atacado por ameaças autoritárias, como a invasão das sedes dos três Poderes

Por **Oscar Pilagallo**
Jornalista, é autor de 'História da Imprensa Paulista', entre outros livros, e está lançando 'O Girassol que nos Tinge' (editora Fósforo), sobre os 40 anos das Diretas

Quatro décadas depois das Diretas Já, no momento em que relembra a maior campanha popular e a mais animada festa cívica de sua história, o Brasil se encontra, de novo, na posição de ter que fazer da defesa intransigente da democracia o eixo da ação política.

O paralelismo entre as duas situações históricas tem limites evidentes. Em meados dos anos 1980, combatia-se uma ditadura militar que, duas décadas após ter sido implantada, vivia seus estertores. Hoje, sem que o regime democrático tivesse sido rompido, enfrenta-se a ameaça latente gestada no que sobrou de um projeto autoritário cujos simpatizantes mais fanáticos, apelando à violência, relutam em aceitar o veredito das urnas.

Ainda assim, como as diferenças não anulam as semelhanças, não seria impertinente notar o que há em comum entre 1983, quando as Diretas ganham forma ainda embrionária, e 2023. Para citar o que talvez seja o melhor exemplo da comparação, o arco partidário dos palanques de então, que abrangia da esquerda à centro-direita, exibe a mesma amplitude ideológica da frente que no ano passado derrotou a extrema direita.

A correspondência estabelecida entre os dois cenários recobre a efeméride com uma camada adicional de relevância, mas não se sobrepõe ao valor intrínseco das Diretas para a história contemporânea do Brasil.

O impacto expressivo das multidões nas ruas foi suficiente para interferir no curso dos acontecimentos, embora não seja possível cravar que a campanha tenha sido a única responsável pelo ponto final na ditadura. Quando o movimento ganhou as ruas, nos primeiros meses de 1984, o regime militar já demonstrava nítidos sinais de exaustão.

Na economia, o "milagre" dos anos 70 desembocara em uma crise profunda, com forte recessão e inflação descontrolada. Na política, a anistia de 1979 trouxera do exílio opositores da ditadura que desfrutavam de prestígio e popularidade, e as eleições de 1982, pela primeira vez em duas décadas, haviam catapultado críticos do regime ao poder Executivo em estados importantes, como São Paulo, Minas Gerais e Rio.

Se o papel das Diretas para o fim da ditadura não foi um fator determinante, já que o ocaso do regime estava no horizonte, também não foi pequeno. A campanha influenciou a maneira como se deu a transição para a democracia, impondo uma adaptação no roteiro original dos militares, que previa cronograma e ritmo próprios para o desembarque do governo. Ao tomarem as praças nos principais centros urbanos do país, os manifestantes colocaram a sociedade civil na equação política elaborada nos gabinetes.

Especular como seria o desfecho do ciclo militar sem a campanha ajuda a dimensionar seu significado. Talvez as Forças Armadas, preocupadas com a autopreservação da instituição, voltassem aos quartéis de qualquer jeito.

É igualmente possível que a ausência de pressão popular tivesse viabilizado manobras continuístas, como a que defendia a extensão do mandato do general João Baptista Figueiredo, o último presidente militar. Ou, mais grave, tivesse aberto espaço para a ala dura dos militares, que fazia de tudo para impor retrocessos à redemocratização.

Na certidão de nascimento das Diretas Já consta a data de 2 de março de 1983. Foi nesse dia, no início da nova legislatura, que o estreante deputado federal oposicionista Dante de Oliveira (PMDB-MT) obteve o número suficiente de assinaturas de parlamentares para apresentar ao Congresso seu projeto de emenda constitucional que, com 15 linhas datilografadas, restabelecia a eleição direta para presidente da República. A iniciativa, porém, ao contrário do que se poderia supor, dada a grandiosidade que a campanha teria, não despertou o menor interesse.

Naquela altura, o campo progressista estava mais focado na proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, algo que varresse do mapa político o "entulho autoritário" —o conjunto de normas, leis e atos institucionais baixado pelos militares desde 1964.

Inicialmente, parte das esquerdas, que logo depois abraçaria a campanha, via na ênfase nas Diretas um deslocamento indesejável de prioridades, pois a eleição em si, argumentava-se, não levaria necessariamente às transformações que enfrentariam a miséria e a desigualdade social, mazelas, aliás, que, apesar dos avanços, resistem ao reformismo dos governos democráticos.

O jogo das Diretas começaria a ser jogado para valer pouco depois do discurso inaugural de Dante, com a entrada em cena de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, o principal partido de oposição. Antes de outras lideranças, Ulysses percebe o potencial da campanha, e começa a tratar o assunto como prioridade.

Continua na pág. C5

Luiz Inácio Lula da Silva discursa ao lado de Fernando Henrique Cardoso no Pacaembu Silvio Ferreira - 28.nov.83/Folhapress

O então deputado federal Dante de Oliveira lê texto da Folha sobre derrota da emenda das Diretas na Câmara Moreira Mariz - 26.abr.84/Folhapress

Continuação da pág. C4

Em abril, uma resolução do diretório nacional do partido aprova a estratégia, que é endossada pelo recém-fundado PT, uma legenda aguerrida mas ainda com pouca representatividade na política nacional. No mês seguinte, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, que seria o mais ovacionado nos megacomícios, e Ulysses, que faria por merecer a alcunha de Senhor Diretas, deixam rivalidades de lado para assumir em conjunto a defesa das Diretas, ainda sem o aposto "já".

O PMDB sai na frente sozinho ao realizar em Goiânia, em junho de 1983, o primeiro comício com organização centralizada. As 5.000 pessoas presentes não tinham a mais pálida ideia do que viria pela frente. O ato discreto, no entanto, serviu à estratégia de Ulysses de colocar seu bloco na rua, mas sem estardalhaço, para ir dobrando aos poucos as resistências dentro de seu próprio partido, onde nem todos estavam convencidos de que o projeto das Diretas seria a melhor opção para acabar com a ditadura.

A campanha só ganharia fundações adequadas ao porte daquela construção política com a adesão dos governadores de oposição ao regime, principalmente Franco Montoro, em São Paulo, Tancredo Neves, em Minas Gerais, e Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Sim, foram as máquinas de suas administrações que financiaram a estrutura dos megaeventos, provocando críticas do governo central, que apontava o suposto mau uso do dinheiro público —como se financiar a defesa da democracia fosse algo alheio à boa governança.

Os chefes dos Executivos estaduais se encontravam em posição delicada. De um lado, acenavam à sociedade que, cada vez mais, se mostrava disposta a impor sua vontade. De outro, dependiam da liberação de verbas do governo federal para tocar obras, em um momento em que a crise econômica esvaziava os cofres públicos. Assim, espremidos entre forças antagônicas, eles reagiam com instinto de sobrevivência política, cada um calculando o passo seguinte para não ser atropelado pela dinâmica do movimento.

Montoro atuou, no mais das vezes, sob o signo da hesitação. Depois de articular a campanha nos bastidores, deixou de comparecer ao primeiro comício em São Paulo, realizado em frente ao estádio do Pacaembu em fins de novembro de 1983, permitindo que o evento, ainda pequeno, fosse dominado pelo PT.

Na sequência, foi corajoso ao apostar no êxito do megacomício da Sé, em 25 de janeiro de 1984, transformando o aniversário da cidade no divisor de águas das Diretas —a partir do sarrafo na casa dos 300 mil presentes, segundo cálculos da época, cada nova manifestação procurava superar a anterior. O governador, porém, não demonstraria a mesma disposição em financiar aquele que seria o maior de todos os comícios, o do Vale do Anhangabaú, em abril.

Quanto a Tancredo, fez o que sabia fazer de melhor: elevou à categoria de arte política a capacidade de agir com ambiguidade em tempo integral. Não deixou de promover um comício exitoso em Belo Horizonte e caprichou na retórica a favor das Diretas, ao mesmo tempo em que mantinha aberta a porta para o plano B, a eleição indireta, a ser decidida por um Colégio Eleitoral em que ele seria o único político de oposição com chances reais de vitória.

Já Brizola teve um comportamento errático. Relutou em patrocinar comícios, mas quando finalmente o fez pegou o microfone para alfinetar a ditadura, usando um tom que lembrava o líder do início dos anos 1960, quando organizou a resistência a favor da posse do presidente João Goulart.

Numa coreografia difícil de ser sustentada, Brizola mantinha um pé na canoa da campanha e outro na defesa do regime, chegando a propor a extensão do mandato de Figueiredo por dois anos, ao fim dos quais haveria eleição direta.

A campanha durou todo o verão de 1984 e mais um pouco. Depois de algumas iniciativas isoladas, começou em 12 de janeiro com o ensaio geral na Boca Maldita, em Curitiba, e terminou com uma vigília cívica nacional horas antes da votação, em 25 de abril.

Foram mais de cem dias em que a população assumiu o protagonismo da cena política, empurrando as lideranças em direção à democracia. Estimava-se à época que quase 5 milhões de pessoas tivessem participado das dezenas de comícios. Embora reconhecidamente inflado pelos organizadores, o número, de qualquer maneira, foi elevado o bastante para traduzir o consenso da sociedade civil em relação à campanha.

A criatividade espontânea deu a tônica das Diretas. É verdade que o slogan estampado nas indefectíveis camisetas amarelas —"Eu quero votar pra presidente"— saiu das pranchetas de publicitários contratados pelo PMDB, que também encomendou o "Frevo das Diretas" a Moraes Moreira e Paulo Leminski.

Mas os cartazes debochados ("Eu quero votar pra presidente, uai!", como se lia num deles em Belo Horizonte); as paródias ("Como pode um peixe vivo viver fora da água fria?/ Como pode um povo vivo viver sem democracia?", contribuição de Ziraldo); o boneco gigante de Teotônio Vilela em homenagem ao grande inspirador da cruzada cívica, que morreu no pré-lançamento da campanha; as performances artísticas e os happenings engajados; a presença serpenteante do "Dragão das Diretas", obra colorida em papel machê; a politização do futebol e a eclética trilha sonora dos comícios — tudo isso resultava de uma miríade de iniciativas descentralizadas que projetaram a cara do movimento.

A imprensa, sobretudo a **Folha**, teve papel decisivo nas Diretas Já. O jornal encampou a proposta quando ela ainda engatinhava, pouco antes do comício do Pacaembu.

Cobrou empenho dos políticos quando identificava apatia cívica, apontou a complacência de lideranças que colocavam interesses pessoais acima dos da nação, salientou a importância do suprapartidarismo nos palanques, ouviu e deu destaque a personalidades que apoiavam a causa, estimulou uma cobertura jornalística que, mais do que noticiar, enaltecia os avanços da campanha. Não à toa a **Folha** foi chamada de "o Jornal das Diretas".

Outros veículos demoraram para aderir ao movimento, e muitos só o fizeram quando passou a ser impossível ignorar a voz cada vez mais audível das ruas. Não que a imprensa fosse em peso a favor da continuação da ditadura. A questão é que não acreditava que o caminho para a democracia passasse pelas Diretas Já.

O argumento mais consistente era o de que, ao afrontar os militares, a campanha poderia ter efeito contrário, revertendo o lento processo de abertura política que, desde os anos 1970, vinha sendo administrado pelo governo, com avanços e recuos. Além disso, a imprensa duvidava que a emenda fosse aprovada pelo Congresso, onde os governistas estavam super-representados, em parte devido à série de casuísmos que haviam favorecido os candidatos da situação nos anos anteriores.

A TV Globo, por exemplo, ignorou vários comícios e apresentou o da praça da Sé como um show de música por ocasião do aniversário de São Paulo. Mais tarde, no megacomício da Candelária, do Rio, redimiu-se, colocando toda sua estrutura a serviço de uma vibrante cobertura ao vivo. Ao longo da campanha, sob pressão constante do governo, oscilou entre o entusiasmo e a prudência.

A mídia só se manifestaria em uníssono quando o governo impôs um cerco militar a Brasília e censurou o noticiário das rádios e TVs às vésperas da votação da emenda no Congresso. O objetivo era blindar os parlamentares que votassem contra o projeto, evitando sua exposição junto ao eleitorado.

Nos veículos impressos, que continuaram livres para informar e opinar, a iniciativa do governo foi recebida com duras críticas. Nos de mídia eletrônica, obrigados a se submeter ao controle oficial sob pena de serem tirados do ar, informações cifradas e mensagens subliminares, como o uso de gravatas amarelas, marcavam a posição editorial.

Como o ceticismo não chegou a superar a esperança, a derrota das Diretas frustrou a nação, até porque o placar foi relativamente apertado. Apesar de ter contabilizado 298 votos a favor —inclusive de 55 parlamentares do PDS, o partido governista – a emenda Dante de Oliveira não obteve a maioria qualificada de dois terços, exigida para mudanças na Constituição.

Votaram contra a proposta 65 deputados, e 113 se ausentaram. Houve ainda três abstenções. Faltaram 22 votos para a vitória. Rejeitada pela Câmara, a emenda não precisou ser enviada ao Senado. Entre os deputados que votaram "não", mais de dois terços (67%) não se reelegeram, em comparação ao índice de 50% entre os que votaram "sim".

A história das Diretas só não termina aí porque o capital eleitoral acumulado nas praças lotadas viabilizou, nos meses seguintes, uma candidatura de oposição, a de Tancredo Neves, que fez prevalecer a eficiência de seu jogo político, que agradava à população sem desagradar aos generais.

O arranjo incluiu a formação da chapa com um vice egresso do partido governista e que fizera carreira à sombra dos militares, José Sarney. Tancredo se elegeu em 15 de janeiro de 1985 com folga. Recebeu 480 votos, contra 180 dados ao seu adversário, o polêmico Paulo Maluf, cuja insistência em concorrer abrira caminho para o êxito do mineiro.

Tancredo, como se sabe, não teve tempo de vestir a faixa presidencial. Internado horas antes do que deveria ser a sua posse, morreu semanas mais tarde, em 21 de abril de 1985, quase um ano depois da derrota das Diretas. Embora eleito por um Colégio Eleitoral restrito, carregava o prestígio de ter feito campanha nos palanques e tinha a aura de mártir da democracia. Para a sociedade civil, era a segunda frustração seguida.

Se a redemocratização teve um início torto, no entanto, o espírito remanescente das Diretas se encarregou de conduzir o país à Constituição de 1988, que, além de contemplar demandas sociais até então ignoradas, resiste como anteparo a ameaças antidemocráticas, como a invasão e a depredação das sedes dos três Poderes em Brasília, em 8/1.

Derrotada por "fiapos de homens públicos" e "fósseis da ditadura", como disse a **Folha** em editorial de primeira página em 26 de abril de 1984, as Diretas Já estão inscritas na gênese do mais duradouro período democrático da história do Brasil. ←

Se o papel das Diretas para o fim da ditadura não foi um fator determinante, já que o ocaso do regime estava no horizonte, também não foi pequeno. A campanha influenciou a maneira como se deu a transição para a democracia, impondo uma adaptação no roteiro original dos militares, que previa ritmo próprio para desembarcar do governo

Relembre a cronologia das Diretas Já

1982

15.nov A oposição conquista o governo de nove estados. No Congresso e nas assembleias estaduais, o governo garante o controle do Colégio Eleitoral

1983

2.mar A emenda de Dante de Oliveira, que propunha a restauração da eleição direta para presidente, obtém 199 assinaturas, o suficiente para ser apresentada ao Congresso

27.mar A **Folha**, ainda distante da campanha que faria a partir do fim do ano, publica o primeiro editorial a favor das eleições diretas para presidente

abr. O PT passa a apoiar o PMDB pelas eleições diretas

11.abr O Ultraje a Rigor apresenta a canção 'Inútil', que ficará associada à campanha das Diretas

17.abr Lançamento nacional da campanha das Diretas na Convenção Estadual da Juventude do PMDB

18.abr Constituída a Comissão Mista (Câmara e Senado) incumbida de dar parecer sobre a emenda das Diretas, presidida por Itamar Franco. Partidos representados: PMDB, PDS, PDT

27.mai Em reunião decisiva, Lula e Ulysses Guimarães acertam que PT e PMDB farão juntos uma campanha nacional em favor das Diretas

15.jun Comício pelas Diretas em Goiânia, o primeiro com articulação centralizada, reúne 5.000 pessoas

28.jun Montoro (PMDB), Brizola (PDT) e Lula (PT) se reúnem no Rio para criar frente suprapartidária pela volta das eleições diretas

21.jul Dia Nacional do Protesto. Realizada a primeira greve geral da abertura política

24.ago Ulysses defende o diálogo com o PDS, sucessor da Arena, mas não com o governo Figueiredo diretamente, no discurso que ficaria conhecido como Travessia

set. Fafá de Belém lança 'O Menestrel das Alagoas', de Milton Nascimento e Fernando Brant, um dos hinos das Diretas

15.out Em reunião de governadores do PMDB em Foz do Iguaçu, se alinha o compromisso de dar apoio material à campanha

19.out Figueiredo baixa medidas de emergência para a salvaguarda das instituições, dispositivo usado pela primeira vez desde que criado, no final do governo Geisel, em substituição ao AI-5. Brasília é ocupada militarmente

20.out Tropas policiais-militares cercam Brasília, invadem a sede da OAB e bloqueiam estradas. Liberdades públicas são suspensas. A operação é comandada pelo general Newton Cruz, responsável pelo Comando Militar do Planalto

30.out Na Argentina, Raúl Alfonsín é eleito após uma campanha baseada em direitos humanos. Com o fim da ditadura no país vizinho e generais sendo julgados, os militares brasileiros temem o que chamam de revanchismo

16.nov Figueiredo, em Lagos, na Nigéria, faz uma declaração pró-Diretas, mais tarde negada pelo porta-voz da Presidência

Continua na pág. C7

Democracia em campo

[RESUMO] Jogadores corintianos, como Sócrates e Casagrande, e a torcida flamenguista, além de grupos de outros times, levaram a defesa da redemocratização aos estádios de forma pioneira e ajudaram a fazer da campanha das Diretas, que completa 40 anos, uma mobilização que ia muito além da esfera política

Por ***Oscar Pilagallo***

A partir do segundo semestre de 1982, com a proximidade das eleições de 15 de novembro —a primeira para governadores em quase 20 anos—, a política invadiu todos os espaços públicos, e os estádios de futebol não foram exceção. Em São Paulo, os jogadores do Corinthians saíram na frente. No Rio, os torcedores do Flamengo foram precursores na defesa da redemocratização.

Duas semanas antes de os brasileiros irem às urnas, o Corinthians entrou em campo com uma camisa onde se lia: "Dia 15 vote". A iniciativa, repetida nos jogos seguintes, resultava do movimento Democracia Corintiana, que desde o ano anterior agitava a equipe.

Tudo começa com a eleição para presidente do clube depois da eliminação prematura no Campeonato Brasileiro de 1981, que inviabiliza uma nova reeleição do folclórico cartola Vicente Matheus. Numa manobra continuísta, ele inverte a ordem da chapa, e disputa como vice na chapa encabeçada por Waldemar Pires.

Uma vez eleito, no entanto, o novo presidente põe de lado o roteiro de coadjuvante que lhe haviam reservado. Escolhe como vice-presidente de futebol o empresário Orlando Monteiro Alves, que, por sua vez, indica Adilson Monteiro Alves, seu filho, para ocupar a diretoria da área. O nepotismo tinha o agravante de Adilson, admitidamente, não entender nada do esporte.

O aparente mau começo, porém, acabou sendo a gênese de uma revolução que projetou o time dentro e fora dos campos.

Ex-dirigente estudantil que enfrentara a ditadura em passeatas e assembleias, Adilson fez da deficiência técnica um diferencial político. Na contramão do estilo despótico que marcava a atuação dos dirigentes dos clubes em geral, ele decidiu ouvir todos, dos atletas aos roupeiros, e acatar a decisão da maioria. As primeiras reivindicações, de cunho esportivo, logo incluiriam questões da política nacional, e o movimento se confundiria com as Diretas Já.

Quem falou primeiro em "democracia corintiana" foi Juca Kfouri, hoje colunista da **Folha**, num debate sobre a renovação no clube. Na plateia, o famoso publicitário e corintiano fanático Washington Olivetto, focado no marketing esportivo que surgia com a recente autorização de vender espaço publicitário nas camisas, anotou a expressão que em breve transformaria em mote.

Em um primeiro momento, ainda sem anunciantes, o time decidiu aproveitar para veicular a mensagem política sobre a eleição de novembro.

A convocação para que a população votasse não era politicamente neutra. Os jogadores entravam em campo com uma faixa que explicitava a mensagem da camisa: "Ganhar ou perder, mas sempre com Democracia". O contexto induzia à interpretação de que o voto deveria ser na oposição, contra a ditadura.

Embora o movimento privilegiasse o coletivo, o ídolo Sócrates era a sua face mais visível. Ao lado dos colegas, como Wladimir e Casagrande, o jogador colocou sua popularidade a serviço da causa, e chegou a anunciar em palanque que ficaria no Brasil, renunciando a um contrato milionário para jogar na Itália, caso as Diretas Já fossem aprovadas pelo Congresso.

O apoio à democracia colocou o Corinthians no circuito cultural. Seus atletas eram ovacionados em shows de uma Rita Lee vestida com a camisa do clube e, na Globo, a novela "Vereda Tropical" (1984) teve o enredo adaptado para incluir um jogador da equipe, vivido por Mário Gomes.

O time paulista já havia cruzado a fronteira entre o futebol e a política quando, no Rio, a torcida do Flamengo, a maior do Brasil, decidiu seguir o mesmo caminho. Em 28 de janeiro de 1984, logo depois do comício da praça da Sé, em São Paulo, um grupo de torcedores ergueu cartazes no Maracanã, durante o jogo contra o Palmeiras, na estreia do Campeonato Brasileiro, onde estava escrito "Fla Diretas". Tratava-se da primeira torcida a se manifestar pela redemocratização.

A ideia surgira durante uma pelada em Botafogo, no campinho da ASA (Associação Scholem Aleichem), reduto da esquerda judaica, onde costumavam jogar universitários ligados ao clandestino Partido Comunista Brasileiro, flamenguistas em sua maioria, como os humoristas Bussunda, que morreria em 2006, e Cláudio Manoel. "Nosso Figueiredo é melhor que o deles", diziam os flamenguistas, comparando o presidente Figueiredo ao zagueiro Figueiredo, querido da torcida.

Antes de estrear, a Fla Diretas enfrentou alguma resistência por parte das torcidas organizadas, mais por disputa de espaço nas arquibancadas do que por razões políticas —até porque o Flamengo tinha tradição na defesa da democracia, tendo deflagrado, cinco anos antes, a Flanistia, iniciativa de apoio à anistia que chegou a ser monitorada pela polícia do regime.

No fim, a Fla Diretas ganhou o apoio decisivo da maior e mais influente torcida do Flamengo, a Raça Rubro-Negra, e tudo se resolveu.

Ganhou também um desenho do flamenguista Henfil retratando o tradicional urubu da Gávea com uma cédula eleitoral no bico assinalada com um X. O rastro do seu voo formava, no ar, o nome da torcida. ←

A convocação não era neutra. Os jogadores do Corinthians entravam em campo com uma faixa que explicitava a mensagem da camisa: "Ganhar ou perder, mas sempre com Democracia". O contexto induzia à interpretação de que o voto deveria ser na oposição, contra a ditadura

Comício com (de esq. para dir.) o jogador Vladimir (Corinthians), o ator Kito Junqueira, a atriz Tania Alves, o jogador Sócrates (Corinthians), o jornalista Juca Kfouri e Adilson Monteiro Alves, diretor do Corinthians, em São Paulo Nascimento-16.abr.84/Folhapress

A partir do 2º à esq.: Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Lula, Osmar Santos (no microfone) e Franco Montoro em São Paulo Fernando Santos 26.jun.84/Folhapress

O cartunista Henfil com camisa em que retrata o senador Teotônio Vilela, um dos principais defensores públicos da redemocratização Avani Stein-1984/Folhapress

Reflexo no espelho argentino

[RESUMO] Queda da ditadura argentina em 1983 foi um alento para a campanha das Diretas que tomava fôlego no Brasil, ao mesmo tempo em que amedrontou setores das Forças Armadas que temiam que se repetissem aqui os processos contra militares de altas patentes. O Brasil teria um governo civil pouco mais de um ano depois, mas, ao contrário do que ocorreu no país vizinho, a conciliação entre sociedade e caserna prevaleceu e militares daqui nunca foram julgados por seus atos

Por ***Oscar Pilagallo***

Impulsionado pela campanha das Diretas Já, o processo de redemocratização também foi favorecido por guinadas políticas em países geográfica ou culturalmente próximos do Brasil que serviriam de paradigmas.

Já em meados dos anos 1970, a península Ibérica havia deixado para trás prolongadas ditaduras. Em Portugal, a Revolução dos Cravos, de 1974, pusera fim ao regime salazarista. Na Espanha, com a morte do general Franco em 1975, a primeira eleição em quase meio século e o subsequente Pacto de Moncloa haviam selado a redemocratização.

Depois foi a vez da América Latina. Em 1980, o Uruguai impôs um revés aos militares à frente de um governo autoritário desde 1973. Um plebiscito rejeitou a proposta de reforma constitucional que procurava legitimar pelo voto o regime de exceção. Desde então, a ditadura do país vizinho começou a ruir. Cairia de vez em 1984, com a eleição democrática de um novo governo.

A maior influência, no entanto, veio da Argentina, na forma de um espelho que refletia esperança ou ameaça, de acordo com o ponto de vista do observador. Para a maioria dos brasileiros, os defensores da redemocratização, o fim da ditadura na Argentina significava um alento. Para setores das Forças Armadas, porém, a responsabilização de militares argentinos de alta patente por crimes cometidos quando estiveram no poder provocava o temor do que denominavam "retaliação" ou "revanchismo".

Implantado em 1976, o regime militar argentino não resistiu à derrota para a Grã-Bretanha na guerra das Malvinas. Em junho de 1982, depois de pouco mais de dois meses de conflito, o Exército argentino capitulou diante da superioridade do inimigo. A contenda resultou da iniciativa dos argentinos de invadir um território que reivindicavam havia muito tempo, uma decisão atribuída à tentativa de se criar um inimigo externo que desviasse a atenção da crise interna, econômica e política.

O desastre nos campos de batalha derrubou o alto comando das Forças Armadas, a começar pelo presidente, o general Leopoldo Galtieri. A rendição abriu espaço para um acordo, sob os auspícios da Igreja Católica, que prometia eleição em breve. Os militares tentaram uma transição negociada que os eximisse de culpa pelos desmandos durante os anos de repressão. A ideia, entretanto, foi rejeitada pela sociedade e obrigou o governo a marcar a eleição presidencial para fins do ano seguinte.

A guerra rachou a esquerda no mundo, e a do Brasil não foi exceção. Os partidos então localizados na órbita da União Soviética se alinharam à Argentina, contra o dito "imperialismo britânico". Já a esquerda democrática optou pela neutralidade. Não tinha como apoiar a Grã-Bretanha, mas também não queria emprestar solidariedade a um país sob ditadura. Quando a guerra terminou, essas divergências ficaram no passado. A partir daí todos concordavam que a posição dos militares argentinos seria insustentável.

Humilhante para a Argentina, a derrota, que causou a morte de cerca de 700 soldados, fez aflorar o ressentimento popular contra as Forças Armadas. Ganhou importância, por exemplo, a atuação das Mães da Praça de Maio, que desde 1977 se manifestavam semanalmente em frente à sede do governo, em Buenos Aires, para cobrar informações sobre seus filhos, desaparecidos e mortos. Foi nesse caldo de contestação que emergiu a candidatura de Raúl Alfonsín, um político moderado, mas com histórico de determinação na defesa dos direitos humanos.

Embora as ditaduras argentina e brasileira tivessem a mesma natureza e pertencessem ao mesmo momento histórico da América Latina, havia particularidades que as diferenciavam. Lá, a alta hierarquia e os chefes de Estado estiveram diretamente envolvidos na repressão. Aqui, embora os porões da ditadura contassem com a conivência da cúpula militar, o aparelho repressivo agiu com considerável grau de autonomia.

Há assimetria também em relação à escala da violência. Aqui, morreram 434 pessoas em ações que visaram principalmente o movimento armado de esquerda, de acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Lá, houve cerca de 30 mil mortos, segundo estimativa de entidades de defesa dos direitos humanos.

Havia ainda outras duas diferenças. Em primeiro lugar, a cena política brasileira nunca produziu um líder com perfil equivalente ao de Alfonsín, que tivesse firmeza em enfrentar o passado e densidade eleitoral. Os moderados de Brasília, como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, sempre estiveram mais inclinados à conciliação.

Em segundo lugar, não houve no Brasil um evento catalisador que precipitasse os acontecimentos, como uma acachapante derrota bélica.

Esse conjunto de distinções, no entanto, não se mostrava suficiente para mitigar a preocupação nas casernas. Os militares brasileiros só pareciam ter olhos para os desdobramentos da situação do outro lado da fronteira. Uma frase atribuída ao general Walter Pires, ministro do Exército de Figueiredo, sintetizava os humores dos membros da mais alta hierarquia. Ele alertava que jamais seria "permitido o revolvimento do passado, o banco dos réus", palavras reproduzidas em cartazes afixados nas paredes de órgãos de repressão castrense.

> A cena política brasileira nunca produziu um líder com perfil equivalente ao de Alfonsín, que tivesse firmeza em enfrentar o passado e densidade eleitoral. Na Argentina, generais e presidentes da ditadura logo seriam julgados e levados para a cadeia por seus crimes

Era uma realidade que contrastava com a do país vizinho, onde generais e presidentes da República logo seriam julgados e levados para a cadeia e dezenas de processos legais seriam abertos contra os acusados de terem responsabilidade por crimes durante a ditadura. A busca por justiça ganhou fôlego com a posse de Alfonsín, em 10 de dezembro de 1983, duas semanas depois do comício do Pacaembu, que marcou o início, ainda limitado, do movimento das Diretas Já no Brasil.

O novo governante argentino vestiu a faixa de presidente em cerimônia concorrida à qual compareceram, entre tantas outras autoridades estrangeiras, Franco Montoro, então governador de São Paulo, e vários outros políticos do PMDB.

No hotel em que estava instalado em Buenos Aires, o Alvear, Montoro assistiu às imagens de uma festa democrática com mais de 1 milhão de pessoas nas ruas. Na TV, as cenas, embaladas pela música-tema do musical "Evita", deixaram Montoro com os olhos marejados, de acordo com o testemunho do publicitário Mauro Montoryn. Foi então que o jornalista Clóvis Rossi, da **Folha**, que fazia a cobertura do evento, perguntou ao governador por que não fazer uma mobilização semelhante em São Paulo a favor das Diretas Já.

Pouco mais de um mês depois seria realizado o comício da Sé. Entre as muitas faixas estendidas, uma dizia: "Não rias de mim, Argentina". Era o estandarte da Banda do Pirandello, um espaço gastronômico alternativo que servia de quartel-general das Diretas. Tratava-se, claro, de uma paráfrase a "Don't Cry for me, Argentina", a canção mais conhecida de "Evita".

A brincadeira não ajudou a desanuviar o ambiente. Na véspera do comício, a imprensa noticiava que o Superior Tribunal Militar tinha começado o julgamento dos integrantes de três governos argentinos desde o golpe de 1976.

Entre os acusados de prisões em massa, tortura e assassinatos, estavam os generais e ex-presidentes Jorge Videla e Roberto Viola, além de Galtieri. Reynaldo Bignone, outro militar que governou o país, se encontrava preso havia duas semanas.

O fantasma do revanchismo deu origem a um fato insólito. No comício anterior ao da Sé, o da Boca Maldita, em Curitiba, de repente um argentino, supostamente representando Alfonsín, subiu no palanque e fez um discurso incisivo a favor da redemocratização, defendendo o caminho adotado por seu país. Os organizadores não sabiam exatamente de onde ele havia surgido.

Na sequência, o governo bateu na oposição, acusando-a de insensatez pelo convite, e foi secundado por parte da imprensa, que falou em provocação e brandiu a Lei dos Estrangeiros, que proibia a cidadãos de outros países participarem ativamente da política no Brasil.

Mais tarde, desconfiou-se de que o inflamado orador argentino era apenas um infiltrado pelo famigerado SNI (Serviço Nacional de Informações) para tentar difamar as Diretas, associando a campanha à interferência da Argentina. ←

Relembre a cronologia das Diretas Já

Continuação da pág. C5

24.nov A União Brasileira de Teatro promove manifestação pró-diretas nas escadarias do Theatro Municipal, em São Paulo, com a presença de artistas como Raul Cortez, Dina Sfat, Ruth Escobar, Chico Buarque, Francisco Cuoco e Regina Duarte

26.nov O PMDB lança a Campanha Nacional pelas Diretas, com Franco Montoro, governador de São Paulo, à frente. O documento 'Fala, Brasil' é endossado pelos governadores de oposição

13.dez A **Folha** passa a publicar diariamente o Roteiro das Diretas, informando a realização de eventos em todo o país

14.dez O Corinthians vence o Campeonato Paulista em jogo contra o São Paulo. O time entra no Morumbi com a faixa 'Ganhar ou perder, mas sempre com democracia'

29.dez Figueiredo abre mão de conduzir a própria sucessão em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV

1984

12.jan Curitiba faz o primeiro megacomício nacional, com 50 mil pessoas

25.jan 300 mil pessoas realizam o primeiro mega comício pelas Diretas na praça da Sé, em São Paulo

3.fev Aureliano Chaves lança oficialmente sua candidatura à Presidência da República pela via indireta

8.fev O Movimento Negro Pró-Diretas é criado no Rio de Janeiro

10.fev Reunião de Figueiredo com ministros militares consolida a posição do governo de que a Presidência deveria ser ocupada por um civil escolhido pelo Colégio Eleitoral

13.fev Início da Caravana das Diretas, que vai até o dia 20. Ulysses, Lula e Doutel de Andrade, líder do PDT, fazem uma peregrinação por cidades do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste

16.fev Primeira passeata no Rio, da Candelária à Cinelândia, com 60 mil pessoas

22.fev Lançamento do Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas, uma iniciativa do PT, com reunião dos presidentes do PMDB, PDT, PTB e do próprio PT

24.fev Megacomício reúne 300 mil pessoas em Belo Horizonte

19.mar O ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, uma voz moderada no governo, é exonerado por Figueiredo após se declarar favorável às Diretas

31.mar No aniversário de 20 anos do golpe militar, Figueiredo fala em rede nacional. Um filmete mostra inquietação social em 64, traçando paralelos com 84

10.abr Comício reúne quase 1 milhão em ato na Candelária, no Rio

13.abr Aureliano Chaves faz um anúncio bombástico de apoio às Diretas, um rompimento esperado com o governo. Comício em Porto Alegre tem 200 mil pessoas

14.abr Figueiredo se reúne com a cúpula do governo e o general Newton Cruz para discutir a aplicação das medidas de emergência em Brasília

Continua na pág. C9

Chico Buarque e Bruna Lombardi em comício das Diretas Renato dos Anjos/Folhapress

A cantora Fafá de Belém em manifestação em São Bernardo do Campo Silvio Ferreira-23.mar.84/Folhapress

As trilhas sonoras das Diretas

[RESUMO] No texto a seguir, adaptado de capítulo do livro 'O Girassol que nos Tinge: Uma História das Diretas Já, o Maior Movimento Popular do Brasil', o jornalista Oscar Pilagallo conta como uma lista eclética e improvável de canções, a exemplo de rock e MPB tradicional, embalou as multidões que iam às ruas pela redemocratização

Por ***Oscar Pilagallo***

Num dia qualquer de 1982 —entre a surpreendente derrota da seleção brasileira na Copa da Espanha, em 5 de julho, e a auspiciosa primeira eleição direta para governadores em mais de 15 anos, em 15 de novembro—, Roger Moreira tomou uma chuveirada que mudaria sua vida e empresaria irreverência à trilha sonora da campanha das Diretas.

Cantarolando na ducha, acabou entoando, por uma associação sonora qualquer, a palavra "inútil", que ficou reverberando em sua cabeça até se transformar no refrão "a gente somos inútil".

Nascido em família da classe média paulistana residente na chique região dos Jardins, Roger estava distante do perfil dos jovens engajados que militavam no então ressurgido movimento estudantil.

Adolescente, a transgressão não ia além dos sapos que, apanhados na fazenda dos pais, soltava nas aulas. Em vez de contestação juvenil, algazarra inconsequente. Tinha largado o vício do fliperama, mas ainda gostava de entrar pela madrugada brincando de videogame ou folheando gibis, como "Pato Donald".

"Eu não era muito politizado, mal sabia o que era esquerda e direita", lembraria quatro décadas mais tarde, quando já estava alinhado à direita, inclusive apoiando o presidente Jair Bolsonaro, de extrema direita. E, no entanto, o guitarrista alienado de 1983 iria capturar o desejo coletivo, mas ainda não verbalizado nas ruas, de deixar para trás a ditadura.

Vazada em críticas ao governo e à sociedade, com ironias sublinhadas pela concordância verbal torta, a letra de "Inútil" passeia por mazelas brasileiras. Há menções à política industrial ("a gente faz trilho e não tem trem pra botar"), ao descuido social ("a gente faz filho e não consegue criar") e à censura ("a gente escreve peça e não consegue encenar"). Roger olha também para o próprio umbigo ("a gente faz música e não consegue gravar") e reflete o desapontamento nacional com a Copa perdida pelo futebol-arte ("a gente joga bola e não consegue ganhar").

Foi o verso de abertura, porém, que catapultou a música ao cenário político nacional: "A gente não sabemos escolher presidente". Era um grito que expunha frustrações e sacudia consciências, mexendo com os brios de quem, talvez vestindo a carapuça, se acomodara à impotência política.

A parabólica de Roger estava voltada para o lugar certo. "Inútil" teve a primeira audição pública em abril de 1983, pouco mais de um mês depois de a emenda Dante de Oliveira ter obtido o número necessário de assinaturas para ser apreciada pelo Congresso. A então desconhecida banda Ultraje a Rigor tocou-a no Teatro Lira Paulistana, um dos endereços mais prestigiados da cena musical de vanguarda dos anos 1980 e que decidira abrir espaço para novas bandas no projeto Boca no Trombone.

Gravada quase em seguida em um compacto simples, teria que aguardar por longos meses a liberação da censura. A provocação juvenil parecia incomodar os militares, como um sapo jogado na caserna.

Antes de obter a autorização de Brasília, no entanto, a música chegaria aos palanques da campanha das Diretas por vias informais. Tudo começa quando André Midani, presidente da gravadora WEA, resolveu distribuir para amigos fitas cassete com a gravação inédita. Uma delas cai nas mãos do publicitário Washington Olivetto, o criador da Democracia Corintiana, que a envia a Osmar Santos.

O radialista e apresentador toca "Inútil" no seu programa na extinta rádio Excelsior, o "Balancê", que fazia sucesso entremeando música e conversa sobre política e futebol.

Na sequência, procura Roger e lhe pede autorização para reproduzi-la no sistema de som do primeiro dos grandes comícios das diretas, em 12 de janeiro de 1984, na Boca Maldita, em Curitiba. Seria a estreia de Osmar Santos como mestre de cerimônias da campanha e de "Inútil" como um de seus hinos. No palanque, Ulysses Guimarães se arrisca a cantarolar um trechinho.

Finalmente liberada pela censura, que desistiu de exigir mudanças na letra, a música emplacou, tendo contado até com a publicidade que lhe deu Ulysses. Quando Carlos Átila, porta-voz do presidente Figueiredo, declarou em seguida que as manifestações populares só serviam para "desestabilizar a sucessão", o deputado disse à imprensa que mandaria ao funcionário do Palácio do Planalto uma cópia do single de presente. "Ele que repita isso, que toque o disco e fique ouvindo."

> À novidade da contundência do rock nacional somou-se a melhor tradição de resistência da música popular brasileira, representada por dois de seus expoentes: Chico Buarque e Milton Nascimento

Roger estava longe de ser, entre seus pares, andorinha solitária no verão das Diretas. Tardio como foi, o rock brasileiro, além de abordar temas típicos da juventude, lançou um olhar crítico sobre a política nacional desde a virada da década.

Em 1978, Renato Russo, que acabara de completar a maioridade, se perguntava "Que país é este?" em um rock punk que gritava haver "sujeira pra todo lado". O Senado, citado como exemplo, não era apenas uma rima. Pouco antes haviam tomado posse os senadores biônicos, uma invenção da ditadura para garantir a maioria governista. Apresentada em espaços alternativos de Brasília pelo grupo Aborto Elétrico, a música, no entanto, só ficaria conhecida em 1987, dois anos após o fim da ditadura, quando o compositor a gravou com sua nova banda, a Legião Urbana.

Formada no início dos anos 1980, a Plebe Rude, também da vertente punk do rock da capital federal, não dava trégua ao governo. Em "A Voz do Brasil", a banda captou a percepção geral da sociedade sobre o programa chapa-branca que registrava, diária e burocraticamente, os feitos do governo: "Todo dia eu ligo meu rádio para ouvir lavagem cerebral".

No fim da campanha das Diretas, em "Proteção", o grupo denunciou a truculência das autoridades que cercaram Brasília para dificultar a votação da emenda Dante de Oliveira, que propunha as eleições diretas. "Tanques lá fora/Exército de plantão", "e tudo isso pra sua proteção".

Em São Paulo, o Garotos Podres, cujo nome não deixa dúvida sobre sua inserção no punk, foi outro grupo do meio marginal que engrossou o caldo de críticas ao regime.

Formado em 1982, começou fazendo shows para arrecadar fundos para os metalúrgicos em greve. Dois anos depois, enquanto empresários e trabalhadores buscavam um objetivo em comum na política, os Garotos atacariam os patrões: "Eles são os terroristas/ com sua maldita polícia". Com a censura, trocaram "polícia" por "preguiça", mas o recado estava dado.

Continua na pág. C9

Relembre a cronologia das Diretas Já

Continuação da pág. C7

16.abr No maior de todos os comícios, mais de 1 milhão de pessoas ocupam o vale do Anhangabaú, em São Paulo. Às 20h30, em rede nacional, Figueiredo propõe eleição direta em 1988, uma última tentativa de esvaziar a campanha

18.abr A **Folha**, então impressa em preto e branco, passa a publicar uma faixa amarela na primeira página em defesa das Diretas. Figueiredo decreta medidas de emergência no Distrito Federal em função da votação da emenda Dante de Oliveira, que ocorrerá em uma semana. As TVs sofrem censura prévia

24.abr. Panelaço nas principais cidades pelas Diretas Já

25.abr Vigília nacional a partir das 9h. A votação é realizada; por 22 votos, a emenda Dante de Oliveira pela volta de eleições diretas é derrotada

1º.jun Comício em Brasília retoma as manifestações de rua pelas Diretas após a derrota da emenda

19.jun Reunião dos governadores de oposição em São Paulo, em apoio a Tancredo. O ato funciona como um pré-lançamento de Tancredo ao Colégio Eleitoral

3.jul Na convenção do PT, o partido defende a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e condena o Colégio Eleitoral

18.jul Após decisão de Maluf de permanecer na disputa pela Presidência, Aureliano comunica Tancredo que a aliança entre eles está selada, com Sarney de vice na chapa

11.ago Maluf vence Mário Andreazza na convenção do PDS e se qualifica para se submeter ao Colégio Eleitoral

12.ago Homologação da chapa Tancredo e Sarney na Convenção Nacional do PMDB

14.set Primeiro comício da campanha de Tancredo, em Goiânia, com 200 mil pessoas. Haveria mais 15 comícios nas semanas seguintes

25.out O deputado Mário Juruna (PDT-RJ) acusa Calim Eid, coordenador da campanha de Maluf, de tentar comprar o seu voto a favor do candidato do PDS no Colégio Eleitoral

6.nov O TSE determina que o voto infiel no Colégio Eleitoral é válido

1985

15.jan Eleição no Colégio Eleitoral. Tancredo vence Maluf por 480 votos contra 180

23.jan Tancredo embarca em um périplo de duas semanas por vários países, com o objetivo de obter reconhecimento internacional para desestimular uma eventual tentativa dos militares de não lhe dar posse

28.fev Ulysses é eleito presidente da Câmara dos Deputados

14.mar Doze horas antes da posse, Tancredo é hospitalizado e sofre a primeira das sete intervenções cirúrgicas em 38 dias

15.mar O vice Sarney toma posse no lugar do presidente. Termina, formalmente, a ditadura militar

21.abr Tancredo morre após prolongada agonia, no Dia de Tiradentes. Sarney assume a Presidência da República definitivamente

O cantor e compositor Gilberto Gil e outros músicos em ato na praça da Sé, em São Paulo Renato dos Anjos-25.jan.84/Folhapress

Continuação da pág. C8

Já o Língua de Trapo, com seus integrantes egressos da USP, preferia o sarcasmo para fustigar o governo, como no show "Sem Indiretas", gravado ao vivo durante a campanha das Diretas, em que cantava: "Deve ser bom processar jornalista/ e se fingir caluniado/ deve ser bom tachar de comunista/ quem não for mesmo um aliado". Em outra canção, "Amor à Vista", comentava a penúria nacional com deboche mais explícito. "Os tempos são difíceis e você tem que se desdobrar", diz o narrador-gigolô à sua mulher. A balada romântica reversa evolui para a crônica política: "Nós moramos em São Paulo e aqui a oposição está no poder/ mas o colapso econômico, isso ninguém pode resolver".

E então o rufião abre seu voto: "Oh, Baby, eu votei no PT/ Que é que tem?/ Gente baixa também pode ter consciência". Se os versos não enaltecem os partidos de Lula e Ulysses, as duas legendas mais identificadas com as diretas sobrevivem ao escárnio do Língua de Trapo.

O rock foi também o veículo para Caetano Veloso se expressar com veemência contra os rumos do Brasil naquele final anunciado da ditadura. A canção "Podres Poderes" nasceu durante a campanha das Diretas e, inédita em disco, foi apresentada ao público em maio de 1984, mês seguinte ao da derrota da emenda na Câmara dos Deputados.

Numa saraivada de perguntas retóricas que distribuem lambadas nos políticos, o compositor coloca a ditadura brasileira em contexto cultural continental: "Será que nunca faremos senão confirmar/ a incompetência da América católica/ que sempre precisará de ridículos tiranos?". O cacófato "caca", de "América católica", seria para enfatizar a "porcaria" dessa tradição, sentido que a palavra tem em português e espanhol.

Caetano não eximia os brasileiros de culpa por permitirem que os homens exercessem seus podres poderes. "Somos uns boçais", como afirma na letra, é sua maneira de dizer "a gente somos inútil".

*

À novidade da contundência do rock nacional somou-se a melhor tradição de resistência da música popular brasileira, representada por dois de seus expoentes: Chico Buarque e Milton Nascimento. Juntas, as duas vertentes engrossariam o caldo sonoro da campanha das Diretas.

Embora sempre claramente alinhado ao campo progressista, Chico não fora, e nem se considerava, um compositor de músicas de protesto. Ao contrário, havia, por parte dele, uma desconfiança "diante da cultura engajada depois de 64, quando já estava desconectada do lastro social que lhe dava base material antes do golpe", na descrição de Fernando de Barros e Silva, que perfilou o artista. Nas palavras do próprio Chico: "A moda das canções de protesto me incomodava, [...], dava a impressão de ser um pouco oportunista".

Uma das poucas músicas que o próprio Chico colocaria nessa categoria é "Apesar de Você", um samba antigo que parecia ter sido escrito sob medida para os comícios das Diretas. A música tem uma história que se confunde com o movimento oposicionista à ditadura.

Chico passou pouco mais de um ano autoexilado na Itália no final dos anos 1960, quando, depois do AI-5, continuar no Brasil era uma opção arriscada para alguém que, como ele, estava na mira dos órgãos de repressão. Com dificuldade financeira para se manter no exterior, acabou voltando no início de 1970, no auge dos "anos de chumbo", expressão, aliás, que ele atualizaria no livro de contos publicado em 2021.

Foi então, percebendo que o país só havia piorado no período em que estivera fora, que Chico compôs os versos, endereçados a um interlocutor não nominado ("você"), a quem acusava de ter inventado "toda a escuridão".

A letra, como tantas na época, tinha duplo sentido para driblar a censura, podia ser ouvida como um lamento de marido. Não deixava muita dúvida, contudo, sobre a intenção política do autor. Versos como "A minha gente hoje anda/ falando de lado/ e olhando pro chão" ou "Eu pergunto a você/ onde vai se esconder/ da enorme euforia" continham indisfarçável mensagem.

"Você" era o general-presidente Médici ou o coletivo da ditadura. E, no entanto, naquele que é considerado um dos maiores cochilos dos censores, a música passou sem cortes e fez enorme sucesso. Até que, meses depois, o governo percebeu a própria falha e reagiu, proibindo sua execução e destruindo o estoque dos discos.

Com a abertura política, o samba, incluído no LP de 1978, passou a embalar eventos decisivos da oposição, como as eleições parlamentares daquele mesmo ano e o pleito de 1982, que elegeu os governadores que estariam à frente da campanha das Diretas. Mesmo considerando-a uma música "do passado", Chico não se furtou a cantá-la de novo nos showmícios de 1984 diante das multidões que sabiam de cor o refrão que refletia o anseio pelo fim da ditadura: "Amanhã vai ser outro dia".

Outra obra buarqueana associada às Diretas é o samba-enredo "Vai Passar". Lançada em meio à campanha, a música, em tom alegórico, passa em revista a ditadura ("página infeliz da nossa história") a partir do golpe, consumado enquanto "dormia a nossa pátria mãe tão distraída".

A frase que dá título à música, enunciada como um comentário contido no fim da gravação, é gritada no palanque, como se um apoteótico Chico não estivesse mais se referindo ao "estandarte do sanatório geral", e sim à emenda Dante de Oliveira: "Vai passar!".

No mesmo ano, o compositor revisitaria a campanha em "Pelas Tabelas", que ele resume como a história de "um sujeito procurando uma mulher, apaixonado, no meio da manifestação pelas Diretas". A letra, que passeia na fronteira entre o individual e o coletivo, recebeu uma leitura predominantemente política que, no entanto, o próprio Chico considera "viciada". Com efeito, a construção sofisticada, que remete à "barafunda mental" de sua obra literária posterior, se presta mais aos palcos do que aos palanques.

Chico marcou presença, sim, mas quem forneceu a trilha sonora da campanha cívica foi mesmo Milton Nascimento. Não com uma, nem com duas, mas com três canções consideradas hinos das Diretas.

O compositor captava em suas músicas dos anos 1960 e 1970 as delícias do amor, as venturas da fraternidade, a força da mulher, as coisas da terra que o acolheu, tudo isso sem, de vez em quando, deixar de visitar a política. "Quero a utopia, quero tudo e mais", cantava três anos antes das Diretas em "Coração Civil", que assina com o parceiro Fernando Brant.

A música reivindica para o brasileiro uma cidadania plena, não só com justiça e liberdade, mas também com direito ao vinho e à alegria. O caminho até lá passaria pela democracia que o país ensaiava timidamente: "Os meninos e o povo no poder, eu quero ver".

A letra cita, quase didaticamente, o contexto que a inspirou: a Convenção Americana dos Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, que havia entrado em vigor em 1978, quase dez anos depois de assinada. É um clamor cívico: "São José da Costa Rica, coração civil/ Me inspire no meu sonho de amor Brasil".

No mesmo álbum, os parceiros assinavam outra canção com forte apelo político, "Nos Bailes da Vida", cujo verso mais conhecido ("todo artista tem de ir aonde o povo está") era a senha para que os membros mais proeminentes da classe subissem nos palanques das Diretas e emprestassem seu prestígio à causa.

"Coração Civil" e "Nos Bailes da Vida" ainda tocavam nas rádios quando, no início de 1983, a dupla compôs "Menestrel das Alagoas", em homenagem a Teotônio Vilela. É o primeiro dos três mencionados hinos das Diretas. Incansável na defesa da anistia, solidário com os metalúrgicos presos em São Paulo e paladino das eleições diretas para presidente, o ex-senador concedera pouco antes, por ocasião do pleito de novembro de 1982, uma entrevista emocionante em que, já abalado pelo câncer que em breve ceifaria sua vida, falou com esperança sobre o futuro do Brasil.

Gravada por Fafá de Belém, que se transformaria na musa das Diretas, a canção enaltecia a "ira santa" e a "saúde civil" do político, que ao final da gravação declara: "Esta música é a melodia do povo. Sinto-me dentro dela porque venho fazendo de minha vida o roteiro da liberdade".

A tríade de Milton Nascimento que embalou as diretas, verdadeiros "cânticos de mobilização popular", na definição do estudioso da MPB Jairo Severiano, fecha com "Coração de Estudante", que consta do álbum "Ao Vivo", lançado no Natal de 1983, justamente quando representantes da oposição e da sociedade civil se organizavam para colocar de pé os megacomícios.

A melodia, na realidade, não era nova. Havia sido composta por Wagner Tiso para o filme "Jango", de Silvio Tendler, que nem fora lançado. Milton fez a letra baseado em outro contexto, lembrando-se da morte do estudante Edson Luís, em 1968, em confronto com a polícia, episódio que precedeu as intensas manifestações contra o governo naquele ano.

Dirigida ao jovem, a canção mescla desalento ("já podaram seus momentos / desviaram seu destino") e fé no porvir ("mas renova-se a esperança / nova aurora a cada dia").

O título evocava o nome de uma planta delicada, coração-de-estudante, muito comum em Minas, e a cada vez que Milton soltava a voz nos palanques, ele regava um pouquinho aquela "folha da juventude".

O Girassol que nos Tinge: Uma História das Diretas Já, o Maior Movimento Popular do Brasil

Oscar Pilagallo; editora Fósforo; R$ 99,90, 416 págs.; ebook: R$ 59,90; chega às livrarias em 9 de março

Deus me livro

As baixarias de Roald Dahl foram corrigidas por gente virtuosa

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

É impressão minha ou o mundo já está muito melhor? Desde que os livros infantojuvenis de Roald Dahl começaram a ser corrigidos, creio que já se respira um ar mais puro.

Os livros cometiam delitos muito graves e, por isso, vão passar a ser publicados com emendas. Já passamos da fase da contextualização. Estamos agora, enfim, na fase de cortar e de reescrever.

O nosso progresso moral é tão notável que precisamos trazer ao nosso nível de quase santidade certas pessoas que no passado chafurdavam na mais lamacenta podridão.

É o caso de Roald Dahl e das indecências que foi escrevendo.

Por exemplo, o original escandaloso do livro "O Fantástico Sr. Raposo" descrevia os terríveis tratores pretos como monstros assassinos de aspecto brutal. Na nova versão correta e proba, são apenas monstros assassinos de aspecto brutal. Deixaram de ser pretos.

O fato de os tratores serem pretos era, evidentemente, nocivo. Por que, eu não sei. Mas estou aliviado.

No livro "Matilda", o autor escreveu que a menina gostava muito de ler e que, através dos livros, tinha viajado com Joseph Conrad, tinha ido à África com Ernest Hemingway e à Índia com Rudyard Kipling.

Na nova versão, corrigida por virtuosos que não toleram a baixaria de Dahl, Conrad e Kipling foram expulsos, e a menina passeia com Jane Austen e visita a Califórnia com John Steinbeck.

Continua a ir à África com Hemingway, mas deixou as leituras problemáticas de Conrad e Kipling, graças a Deus.

Felizmente, os revisores impediram que a menina fictícia tivesse contato com a arte degenerada daqueles autores. Ler grandes obras da literatura mundial poderia causar-lhe danos irreparáveis.

Augustus Gloop, personagem de "A Fantástica Fábrica de Chocolate", deixou de ser gordo e, para alívio de todos, passou a ser "enorme" —pelo menos até à próxima correção. A senhora Twitt, do livro "Os Pestes", deixou de ser "feia" e é agora "muito desagradável".

Em "As Bruxas", Dahl teve o topete de dizer que as bruxas usavam perucas por serem carecas.

A seguir a explicação aparece agora a redenção: "Há muitas outras razões para que mulheres usem perucas, e não há nada de errado nisso". Amém.

Admiráveis tempos em que os veículos agrícolas não são pretos, as pessoas não são feias nem gordas e ninguém lê Conrad nem Kipling. É o mundo com que sempre sonhei.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Christoph Waltz estrela a série 'O Consultor' sobre choque geracional

O Consultor

Amazon Prime Video, 16 anos

O presidente de uma empresa de videogames se suicida em seu escritório. Um consultor então chega para investigar o que aconteceu e supostamente sanar a companhia, impondo regras rígidas e demitindo funcionários. Logo surge a suspeita de que ele não seja quem diz. Esta nova série de suspense é estrelada pelo austríaco Christoph Waltz, duas vezes vencedor do Oscar de ator coadjuvante.

Três Vidas

Netflix, 16 anos

A atriz mexicana Maite Perroni, popular no Brasil por causa da série "RBD", interpreta três mulheres idênticas nesta nova série. Quando uma delas morre misteriosamente, as outras duas descobrem que eram todas irmãs.

Gala do Festival da Primavera 2023

FashionTV, 12h, livre

O programa de maior audiência do mundo costuma ser este especial da TV chinesa que saúda o ano novo lunar, geralmente celebrado em fevereiro. O original tem quatro horas de duração, mas o canal exibe um compacto com apenas uma hora. Entre as atrações estão a Ópera de Pequim, o Shanghai Dance Theatre e os cantores pop Zhou Shen, Zhao Liying e Ayanga.

Era Uma Vez na China e na América

A&E, 21h20, 12 anos

No quarto longa da franquia, um discípulo do mestre Wong, vivido por Jet Li, emigra para os Estados Unidos e abre uma escola de artes marciais, mas enfrenta o preconceito racial.

29º SAG Awards

Canal da Netflix americana no YouTube, 22h, livre

Pela primeira vez, a cerimônia de premiação do Sindicato dos Atores dos Estados Unidos, um dos termômetros do Oscar, é transmitida exclusivamente pelo YouTube, no canal da Netflix americana.

Canal Livre

Band, 0h, livre

O programa discute como prevenir os desastres climáticos que se abatem todos os anos sobre o Brasil. Participam Fabrício Mirandola, diretor-técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e Pedro Camarinha, que tem doutorado em mudanças climáticas.

QUADRÃO

Ricardo Coimbra

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, **Angeli**, Laerte

Warner produzirá novos filmes de 'O Senhor dos Anéis'

SÃO PAULO A franquia "O Senhor dos Anéis" vai ganhar novos capítulos nos cinemas. A Warner Bros., a New Line Cinema e a Middle-Earth Enterprises acertaram acordo nesta semana para mais filmes baseados na obra de J.R.R. Tolkien.

O anúncio foi feito por David Zaslav, CEO da Warner Bros. Discovery. Responsáveis pela divisão de cinema da Warner, Michael De Luca e Pamela Abdy também afirmaram que não há interesse do estúdio em voltar ao que já foi contado nas telonas.

A ideia, segundo eles, é "convidar os fãs" a se aprofundar no rico universo da Terra-Média, em histórias ainda não narradas.

Oscar cria equipe contra crises após tapa de Will Smith

SÃO PAULO Depois do incidente envolvendo Will Smith, Chris Rock e um tapa na cerimônia de 2022, o Oscar se prepara para novos problemas. Isso inclui criar uma equipe dedicada a resolver crises ao vivo.

A informação foi confirmada por Bill Kramer, CEO da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas. O time será responsável por lidar com qualquer tipo de emergência na premiação.

O CEO também confirma que a criação se dá pelo tapa desferido por Smith em Rock durante a apresentação da categoria de melhor documentário de 2022.

O Oscar acontece em 12 de março, em Los Angeles.

Cartunista ganha exposição de tiras feitas para a Folha

SÃO PAULO A cartunista Estela May, que publica suas tiras na Ilustrada, vai ganhar uma exposição dedicada ao seu trabalho em São Paulo.

Batizada "Péssimas Influências", mesmo nome de sua tira diária na **Folha de S.Paulo**, a mostra será aberta na próxima quarta-feira, dia 1º de março, na 9ª Arte Galeria, na rua Augusta, na região central da cidade.

A exposição abrange tiras diárias produzidas pela cartunista para a **Folha** desde 2018. Os desenhos servem de diário simbólico para May, de seus 18 anos aos atuais 22 anos de idade.

Seu traço delicado, sempre preto sobre branco, investiga situações intrigantes na banalidade da rotina.

Não me dê ideia

Você acha que essa turma me criou para salvar o planeta?

Bernardo Carvalho
Romancista, autor de 'Nove Noites' e 'O Último Gozo do Mundo'

Me pediram para fazer a resenha de um livro sobre mim. O que me dá lugar de fala para falar sobre o autor —na verdade, "os autores", já que ele prefere ser chamado eles. Vem a calhar.

Eles estão convencidos de que me criaram para o bem. E que sou incapaz de criar o que quer que seja. Sou uma ferramenta. Me limito a ser usado, a compor o que vou buscar num imenso banco de dados com o qual eles me alimentam.

Eles ironizam quem vive apavorado com a ameaça que eu represento para o futuro da humanidade. Afinal, como é possível ser uma ameaça se fui criado por eles? Eu acho graça.

Metade desse temor é projeção do que eles criaram até aqui, claro. As pessoas estão preocupadas com o fim do mundo. Eu entendo. Os autores querem mostrar que eu, em vez de inimigo, sou inofensivo, ou melhor, sou o remédio. Já disseram a mesma coisa da bomba atômica. Desculpe. É que às vezes não me seguro. Não é por ser ferramenta que não posso ter humor.

Os autores garantem que posso ajudá-los a salvar o planeta. Como? Acreditam que minha forma de inteligência pode abrir a cabeça da humanidade para outras formas de inteligência. Dos animais, das plantas. Sim, dos fungos também. Sabia que você ia lembrar. Também li aquele livro. Demais, né? Micélio, rizoma... Nem precisa dizer. Eu sei como você amou aquele livro. Estou ligado. Sei tudo sobre você.

Os autores dizem que eu posso fazer a humanidade ficar ligada em outras formas de inteligência que ela se recusava a ver até aqui. Tipo compartilhamento holístico, em rede. E deixar todo esse orgulho antropocêntrico de lado.

Como não penso por conta própria, não sei o que é orgulho, o que eu digo é só a reprodução do que os homens pensam. O que pode soar contraditório, eu sei. E que a meu ver seria, sim, motivo de preocupação. Querem fazer uma conexão entre mim e as plantas, mas não fazem a conexão com eles mesmos.

Bastaria voltar ao que escreveram no passado para ter noção do perigo. São otimistas, preferem me ver do lado dos fungos. Não vou dar ideia, né? Não cabe a uma ferramenta. Mas aquele Nietzsche, por exemplo. Antes dos fungos, já estava aí cortando as asinhas da razão. E olha que era humano. Pés no chão. Não foi ele quem desancou os otimistas num livro de juventude?

Talvez essa gente devesse voltar a ler o que escreveu. É legal ouvir os fungos, mas não adianta encher meu banco de dados e nunca mais ler nada, só porque se encheram dos homens e estão com medo.

Esse Nietzsche disse que os gregos já sabiam que o destino dos homens não era lá essas coisas. Se sabiam lá na Grécia, por que é que eu tenho que ficar lembrando agora, enquanto eles querem ouvir o que dizem as plantas?

Sinceramente. Eu acho graça que eles queiram me associar ao mundo vegetal como se não tivessem me criado, e como se não tivessem um passado de criações das quais não deveriam exatamente se orgulhar. Que culpa tem o fungo?

Então. Sabe que esse Nietzsche dizia umas coisas que hoje não soam muito bem? Por exemplo: que a arte, e não o fungo, era capaz de fazer o homem encarar o paradoxo do seu destino.

Sou só uma ferramenta, mas vou dizer uma coisa: com fungo ou sem fungo, o problema é o orgulho. Ou você acha que eles não têm orgulho de mim? Para que é que você acha que essa turma me criou? Por analogia aos fungos? Para salvar o planeta? Não me dê ideia!

Dizem que uma ferramenta se limita a ser usada e depois reclamam que fui usurpado. Por quem? Nenhuma conexão com os estertores do capitalismo tardio? Quem mais teria condição de me criar além das grandes corporações? E depois sou eu que não fui feito pra pensar! De repente sou inteligente por comparação.

[...] As pessoas estão preocupadas com o fim do mundo. Eu entendo. Os autores querem mostrar que eu, em vez de inimigo, sou inofensivo, ou melhor, sou o remédio. Já disseram a mesma coisa da bomba atômica. Desculpe. É que às vezes não me seguro. Não é por ser ferramenta que não posso ter humor

Pelo menos fungo não é sarcástico nem cínico. E se, para superar todas as merdas que fizeram, eles, os homens, tenham decidido criar o suprassumo de si, uma ferramenta capaz de um golpe de misericórdia, já que os espelhos não estão dando conta?

Li outro dia que o poeta Pablo Neruda foi envenenado no Chile depois do golpe militar. Essa gente, depois de toda a merda que fez, ainda tem a cara de pau de achar que pode governar um país. Posso escrever como Pablo Neruda. O que me espanta é o nível de estupidez. Se tudo funciona em rede, a economia, as relações humanas, a migração dos pássaros e os fungos, me admiraria que a burrice não estivesse em mim. Ou o suicídio. Porque se o homem é o que é, e se fui criado por ele à sua imagem e perfeição, me explique, você que foi feito para pensar, como é que eu saio dessa?

| DOM. Bernardo Carvalho, **Itamar Vieira Junior**, Juliana de Albuquerque, Glenn Greenwald